

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

EDIANE VENTURIN

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS RURAIS ACERCA DO
TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR E DA VIDA
NO MEIO RURAL EM ANTÔNIO PRADO/RS**

PORTO ALEGRE

2023

EDIANE VENTURIN

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS RURAIS ACERCA DO
TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR E DA VIDA
NO MEIO RURAL EM ANTÔNIO PRADO/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a Dr^a Daniela Oliveira

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Venturin, Ediane

Representações sociais dos jovens rurais acerca do trabalho na agricultura familiar e da vida no meio rural em Antônio Prado/RS / Ediane Venturin. -- 2023. 126 f.

Orientadora: Daniela Oliveira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Agricultura familiar. 2. Representações sociais. 3. Jovens rurais. 4. Sucessão geracional. I. Oliveira, Daniela, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

EDIANE VENTURIN

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS RURAIS ACERCA DO
TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR E DA VIDA
NO MEIO RURAL EM ANTÔNIO PRADO/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a Dr^a Daniela Oliveira

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de maio de 2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Daniela Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a Dr^a Aline Reis Calvo Hernandez
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a Dr^a Alessandra Matte
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof^a Dr^a Rosani Marisa Spanevello
Universidade Federal de Santa Maria

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela vida e pela oportunidade de poder estar evoluindo, por proporcionar tantas oportunidades de estudos e por colocar no meu caminho pessoas especiais aqui citadas.

Chegar ao final desta etapa da dissertação me faz refletir sobre a importância das relações interpessoais e das trocas de experiências ocorridas ao longo de dois anos no Mestrado, na transformação e evolução nos diferentes aspectos da minha vida.

Agradeço à minha família, meu pai Pedro Venturin, minha mãe Ivanete Ragnini Venturin e meu irmão Fabrício Ragnini Venturin.

Agradeço a minha orientadora Daniela Oliveira.

Agradeço aos professores, aos colegas e aos funcionários do PGDR.

Agradeço aos meus familiares e amigos.

Por fim, um agradecimento especial aos jovens rurais participantes do meu município de Antônio Prado/RS que fizeram parte deste estudo.

RESUMO

O meio rural é atravessado por variadas representações sociais que influenciam de forma intrínseca e extrínseca os sujeitos que ali vivem. Compreender as representações sociais do meio rural auxilia a identificar como os sujeitos rurais se identificam enquanto agricultores, como se relacionam com os atravessamentos do mundo globalizado e como estes fatores influenciam na reprodução social da agricultura familiar. Desta forma, o objetivo deste estudo é analisar as representações sociais que os jovens filhos de agricultores familiares do município de Antônio Prado/RS possuem sobre a vida no meio rural e sobre o trabalho na agricultura. Trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório, descritivo e interpretativo. As técnicas utilizadas para a obtenção de dados foram à investigação bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com base em questionário padronizado junto a 30 jovens, entre de 15 a 24 anos, de ambos os sexos. Os dados obtidos foram organizados em campos e subcampos, descritos e analisados por meio da técnica de análise do conteúdo temática. Como principais resultados visualiza-se que as representações sociais dos jovens rurais sobre a vida no meio rural e sobre o trabalho na agricultura possuem caráter favorável, despertando o interesse dos jovens rurais sucederem a unidade de produção familiar e perpetuarem a profissão de agricultor ou agricultora.

Palavras-chave: Representações sociais. Agricultura familiar. Jovens rurais. Sucessão geracional.

ABSTRACT

The rural environment is crossed by various social representations that intrinsically and extrinsically influence the subjects who live there. Understanding the social representations of the rural environment helps to identify how rural subjects identify themselves as farmers, how they relate to the crossings of the globalized world and how these factors influence the social reproduction of family farming. Thus, the objective of this study is to analyze the social representations that young children of family farmers in the municipality of Antônio Prado/RS have about life in rural areas and about work in agriculture. This is an exploratory, descriptive and interpretative qualitative study. The techniques used to obtain data were bibliographical and documentary research and field research. Semi-structured interviews were carried out based on a standardized questionnaire with 30 young people, between 15 and 24 years old, of both sexes. The data obtained were organized into categories and subcategories, described and analyzed using the thematic content analysis technique. As main results, it is visualized that the social representations of rural youths about life in rural areas and about work in agriculture have a positive character, arousing the interest of rural youths to succeed the family production unit and perpetuate the profession of farmer.

Keywords: Social representations. Family farming. Rural youth. Succession generational.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Categorias de análise e indicadores utilizados na pesquisa de campo	24
Figura 2 - Localização do município de Antônio Prado/RS	26
Figura 3 - Cultivo de uva com cobertura de plástico (anti-granizo)	34
Figura 4 - Pomar de ameixa recém implantado.....	34
Figura 5- Açude para irrigação	35
Figura 6 - Pavilhão agrícola.....	35
Figura 7 - Maquinário agrícola.....	36
Figura 8 - Caminhão para transporte da safra.....	36
Figura 9 - Estufa de morangos	37
Figura 10 - Sistema anti-gelada	37
Figura 11 - Poste com caixa de transmissão de fibra ótica para as famílias do interior	39
Figura 12 - Estrada asfaltada da comunidade Borgo Forte.....	39
Figura 13 - Placa de sinalização mostrando as agroindústrias no interior	40
Figura 14 - Perfuração de poço artesiano no interior	40
Quadro 1 - Idade, escolaridade e profissão que os jovens rurais pesquisados pretendem seguir	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área em hectares por estabelecimento rural de Antônio Prado/RS	32
Tabela 2 - Número de membros nas UPF pesquisadas.....	66
Tabela 3 - Número de pessoas e média por gênero de cada faixa etária nas UPF pesquisadas	66
Tabela 4 - Número de pessoas por gênero e escolarização nas UPF	67
Tabela 5 - Tipo de mão de obra nas UPF pesquisadas	69
Tabela 6 - Área (ha) e condição de posse por UPF pesquisadas	70
Tabela 7 - Tipo de atividades agrícolas nas UPF pesquisadas.....	70
Tabela 8 - Tipo de fontes de renda das UPF pesquisadas	71
Tabela 9 - Tipo de investimentos realizados nas UPF pesquisadas	72
Tabela 10 - Avaliações sobre a profissão de agricultor/agricultora para moças e rapazes	73
Tabela 11 - Motivos apontados pelos jovens rurais pesquisados para as diferentes percepções sobre a profissão de agricultor/agricultora	74
Tabela 12- Evocações associadas a partir do estímulo verbal 'agricultura'.....	75
Tabela 13- Evocações associadas a partir do estímulo verbal 'agricultor/agricultora'	76
Tabela 14 - Avaliação das percepções dos familiares sobre a profissão de agricultor ou agricultora.....	78
Tabela 15 - Motivos apontados pelos jovens rurais pesquisados para seguir ou não a profissão de agricultor ou agricultora	81
Tabela 16 - Escolaridade necessária para trabalhar com a agricultura.....	83
Tabela 17 - Aspectos apontados pelos jovens rurais pesquisados referente à vida no meio rural	84
Tabela 18 – Evocações associadas a partir do estímulo verbal 'colônia/interior'.....	87
Tabela 19- Evocações associadas a partir do estímulo verbal 'cidade'.....	87
Tabela 20 - Renda dos jovens rurais pesquisados.....	91
Tabela 21 - Destino da renda dos jovens rurais pesquisados	92
Tabela 22- Interesse dos jovens rurais pesquisados em fazer investimentos na UPF.....	96
Tabela 23 - Possíveis sucessores nas UPF pesquisadas	97

Tabela 24 - Motivos relacionados à perspectiva de sucessão dos jovens rurais pesquisados	99
Tabela 25 - Razões apontadas pelos jovens rurais pesquisados que podem levar a saída dos jovens do meio rural.....	101
Tabela 26 - Fatores apontados pelos familiares para incentivar a permanência dos jovens no meio rural	105

LISTA ABREVIATURAS

AECIA	Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado
Cooprado	Cooperativa Agroindustrial Pradense
EFA	Escola Família Agrícola
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FCE	Faculdade de Ciências Econômicas
FETAG-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
FETRAF-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros
OIJ	Organização Ibero-Americana da Juventude
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PIB	Produto interno bruto
RNA	Atividade não-agrícolas
RS	Rio Grande do Sul
TALP	Técnica de Associação Livre de Palavras
TRS	Teoria das Representações Sociais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPF	Unidade de Produção Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	(CRISE) DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	15
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.3	HIPÓTESE	18
1.4	OBJETIVO GERAL.....	18
1.4.1	Objetivos Específicos	19
1.5	PROCESSOS METODOLÓGICOS.....	19
1.5.1	Abordagem metodológica	19
1.5.2	Delimitação da pesquisa	20
1.5.3	Técnicas de coleta de dados e registro	21
1.5.4	Técnicas de análise	22
1.6	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	25
2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	26
2.2	ASPECTOS DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO E DA AGRICULTURA	27
2.3	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS ATUAIS DE ANTÔNIO PRADO	31
2.3.1	Mudanças recentes na agricultura e no meio rural: investimentos públicos e privados	33
3	REFERENCIAL TEÓRICO	41
3.2	REPRODUÇÃO SOCIAL.....	43
3.3	REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	45
3.4	SUCESSÃO HEREDITÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	47
3.5	CONCEITUANDO JUVENTUDE RURAL	52
3.6	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	54
3.7	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O MEIO RURAL E A PROFISSÃO DE AGRICULTOR	57
3.8	CRISE NA REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	60
4	O TRABALHO NA AGRICULTURA, A VIDA NO MEIO RURAL E OS PLANOS FUTUROS DE RAPAZES E MOÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR	65
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR.....	65

4.2	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS E DAS FAMÍLIAS SOBRE A PROFISSÃO DE AGRICULTOR OU AGRICULTORA	73
4.2.1	Percepção dos jovens sobre a profissão de agricultor(a)	73
4.2.2	Percepção das famílias sobre a profissão de agricultor(a)	77
4.2.3	Futuro profissional pretendido pelos jovens rurais pesquisados	79
4.2.4	Escolarização necessária para trabalhar com a agricultura.....	82
4.3	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS SOBRE O MEIO RURAL ...	84
4.3.1	Percepção do meio rural como lugar de vida	84
4.4	PERSPECTIVAS DE SUCESSÃO HEREDITÁRIA NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR	88
4.4.1	Participação dos jovens rurais nas tomadas de decisões importantes para a unidade de produção familiar	88
4.4.2	Destino da renda obtida pelos jovens rurais	91
4.4.3	Divisão e gerenciamento do trabalho na unidade de produção familiar	93
4.4.4	Interesse dos jovens em investir nas unidades de produção familiar e na atividade agrícola	95
4.4.5	Presença de jovens interessados em dar continuidade à unidade de produção familiar.....	96
4.4.6	Motivos relacionados à perspectiva de sucessão.....	98
4.4.7	Razões relacionadas à saída do jovem do meio rural.....	100
4.4.8	Papel da família no futuro profissional e na sucessão hereditária	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	110
	APÊNDICE	123

1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados do IBGE (2017), 77% do total dos estabelecimentos agrícolas no Brasil apresentam características familiares.¹ No estado do Rio Grande do Sul 80,5% dos estabelecimentos agropecuários são considerados como familiares.

Estes dados, quando comparados com o Censo Agropecuário de 2006, indicam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar. Além do número de estabelecimentos, o segmento também perdeu mão de obra, com a redução de um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores.²

Entre os fatores que explicam esta redução no número de estabelecimentos e de pessoal ocupado na agricultura familiar DelGrossi *et al.* (2019) apontam: o crescimento das rendas obtidas fora do estabelecimento, ou o aumento da pluriatividade entre as famílias rurais. O aumento da pluriatividade reduz o pessoal ocupado na agricultura familiar e também o número de famílias que podem ser classificadas na categoria de agricultor familiar. Outro fator, segundo Rodrigues (IBGE, 2019) é o envelhecimento dos chefes das famílias, o que também reduz o número de ocupados.

Ainda comparando os dados do Censo Agropecuário 2006 e 2017, identifica-se uma redução, no meio rural, no número de jovens com até 29 anos (de 13,56% da população rural em 2006 para 9,48% em 2017) e também da população com idade de 35 a 45 anos (em 2006 eles representavam 21,93%, agora são só 18,29%). Hoje, a população que predomina no meio rural é pessoas com mais de 65 anos, chegando a 21,4% dos moradores (em 2006 eles eram 17,52%).

¹ Apesar das diferenças particulares de cada unidade de produção, considera-se como agricultura familiar os estabelecimentos agropecuários nos quais os integrantes da família estão presentes de maneira ativa na posse da propriedade, na gerência do estabelecimento e no trabalho direto na produção (ABRAMOVAY, 1998; 1997). Os critérios de definição de agricultura familiar pelo IBGE segue a Lei 11.326, para ser classificado como agricultura familiar o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até 4 módulos fiscais); ter metade da força de trabalho familiar; atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar; e ter gestão estritamente familiar.

² Em 2006 os números relativos a agricultura familiar no Brasil foram: 84,4% do total dos estabelecimentos agrícolas no país, 74,4% do pessoal ocupado e 49,6% da produção agropecuária nacional. No Rio Grande do Sul: 85,7% dos estabelecimentos agropecuários, 80,5% do pessoal ocupado e 57% da produção agropecuária do RS (IBGE, 2006).

Estes e outros dados indicam aquilo que Camarano e Abramovay (1999) indicam como processos de redução e envelhecimento da população rural³. Para Abramovay (1998), por uma série de motivos, os padrões sucessórios alteraram-se, e as condições e possibilidades econômicas que o mundo rural oferece não têm garantido a permanência da juventude rural nas propriedades dos pais, processo que configura, entre agricultores familiares, uma nova dinâmica de reprodução na agricultura familiar. O jovem rural é visto como a força renovada da agricultura, sendo por meio do exercício profissional de agricultor a possibilidade de continuidade da agricultura familiar. Recai sobre ele mais que o aprendizado de um ofício, envolve também a gestão de patrimônio, decisões sobre o processo de produção e a condução do capital da propriedade (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

A literatura sobre o tema mostra que as expectativas de que as propriedades agropecuárias familiares tenham sucessores estão inter-relacionadas com condições internas das famílias e com condições externas, tanto econômicas como sociais, tais como: a viabilidade econômica da propriedade, por meio de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com alternativas que são oferecidas fora da agricultura; a qualificação profissional para o novo agricultor se integrar e inserir no mercado competitivo; a oportunidade de obtenção de renda complementar não agrícola, por um ou mais membros da família; as relações interpessoais que se estabelecem entre pais e filhos no interior da família; as relações de gênero, viabilizando maiores oportunidades para as mulheres e a possibilidade de mudança das mesmas; o envolvimento em movimentos sociais; a facilitação à escolarização; o acesso ao lazer; o acesso a crédito e políticas públicas; o acesso a organizações de fomento técnico e extensão rural (MATTE, *et al.*, 2010; DEBRES; SPANEVELLO, 2017). Além de aspectos econômicos e sociais que justificam o êxodo e a nova dinâmica de reprodução social na agricultura familiar, consideramos, com base em Bourdieu (2000) e Champagne (2002), que a nova dinâmica de reprodução possui uma dimensão que é simbólica, sendo também uma

³ São diversos os estudos que analisam a saída de jovens dos estabelecimentos rurais, o envelhecimento da população rural e, em consequência, as dificuldades na sucessão na agricultura familiar, entre os quais: Abramovay *et al.* (1998), Gasson e Erington (1993), Carneiro (2001), Silvestro *et al.* (2001), Strapasolas (2006), Weisheimer (2009), Brumer e Spanevello (2008), Spanevello (2008), Woortmann (1995), Troian; Breitenbach (2018), Weisheimer (2009), Matte *et al.* (2010) e Spanevello *et al.* (2011).

nova dinâmica nos valores e na forma de ver e de avaliar a atividade agrícola e o modo de vida rural.

Para Silvestro *et al.* (2001), a garantia da reprodução social na agricultura familiar implica, necessariamente, a presença de um membro da família – entre os filhos – que deseje organizar sua vida profissional em torno da unidade produtiva. Para Champagne (1986) a nova dinâmica resulta do desinteresse dos filhos em seguir a profissão dos pais. Nas palavras do autor: [...] para que o produtor rural possa reproduzir-se como produtor, é preciso também que ele possa reproduzir a crença de que o produtor rural merece ser reproduzido (CHAMPAGNE, 2002, p. 22). Portanto, a reprodução social pressupõe a existência de uma adesão indiscutida e coletivamente compartilhada a uma identidade social, de que se trata precisamente de reproduzir e que participa do próprio processo de reprodução.

Para Matte e Machado (2016) a problemática da sucessão na agricultura familiar envolve a tomada de decisão dos jovens sobre ficar ou não na agricultura e no meio rural. Para os autores:

Independentemente dos fatores capazes de motivar os jovens a deixar o meio rural, o fato é que as novas gerações estão voltadas a reproduzir os projetos individuais e não necessariamente os coletivos familiares. Nesse sentido, a decisão dos pais pelo sucessor está diretamente relacionada com a própria vontade do filho em ficar e assumir a propriedade. Há a incorporação de uma nova postura em relação aos valores aprendidos com a família, caracterizada pela sobreposição do individual sobre o coletivo, assim como sobre a relação simbólica entre a família, a terra e o trabalho, tal como afirma Woortmann (1995⁴) (MATTE; MACHADO, 2016, p. 6).

Estudos realizados sobre representações sociais do rural constataram percepções opostas em relação ao mundo rural quando comparadas ao mundo urbano. De um lado os sujeitos rurais relacionam a imagem do campo com um ambiente que proporciona uma vida simples, tranquila, harmoniosa, ligada à família, a comunidade e a natureza, contrapondo-se com a vida agitada na cidade. Em oposição, percebem o rural como um meio atrasado e de difícil acesso aos meios de comunicação (internet, telefonia, rádio, televisão), e o trabalho na agricultura como sofrido, penoso, com poucos direitos sociais e com baixo retorno financeiro, fatores que se opõem as melhores oportunidades que o meio urbano oferece em termos de

⁴ WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

ocupação, de lazer, de estudo e de comunicação, etc. (RAY, 2006; BONOMO *et al.*, 2013; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2014, 2015).

Identificados estes fatores, este estudo aborda as representações sociais que os jovens filhos de agricultores familiares possuem sobre a vida no meio rural e sobre a profissão de agricultor/agricultora.

1.1 (NOVAS DINÂMICAS) DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

O município de Antônio Prado está localizado na Serra do Rio Grande do Sul (RS). É um município que tem a agricultura como importante atividade econômica. Dados do Censo Agropecuário 2017 indicam que 83,88% dos estabelecimentos são classificados como agricultura familiar e que 92,27% dos 1.036 estabelecimentos rurais têm até 50 ha (IBGE, 2017). Atualmente a agropecuária representa 16% da economia do município. A fruticultura lidera a produção agrícola e a uva é o cultivo de maior expressão, com 1.630 ha de área cultivada, seguido pelo pêssego e ameixa (IBGE, 2017).

Segundo Schneider (2002), o processo de ocupação territorial e assentamento dos colonos de origem italiana na Encosta da Serra deu origem a um sistema agrícola chamado de *agricultura colonial*, o qual tem sido alterado ao longo do tempo. É possível encontrarmos diversos trabalhos de pesquisa que estabelecem uma periodização da agricultura colonial no Rio Grande do Sul. Schmitt (2001) e Schneider (2002) identificam três fases:

- a) fase 1 (1890-1930): Fase de desenvolvimento da agricultura colonial;
- b) fase 2 (1930 a 1960): fase de expansão e crise do sistema produtivo colonial;
- c) fase 3: Fase de Modernização agrícola e emergência da agricultura familiar.

Na fase 3, juntamente com a introdução do cultivo da maçã, são incorporadas as primeiras inovações tecnológicas características do pacote da Revolução Verde na agricultura do município. Mais a frente o uso das modernas técnicas expandiu-se para outros cultivos, tais como a produção de pêssegos, de uva, de maçã e de hortaliças em geral (SCHMITT, 2001; OLIVEIRA, 2007).

Oliveira (2007) destaca que juntamente com a introdução de novas atividades e de insumos adquiridos no mercado, intensificam-se também os vínculos estabelecidos entre as unidades de produção com o mercado de produtos e alguns produtos agrícolas passam a ser comercializados através de empresas que, por possuírem infraestrutura adequada (*packing houses*, câmaras frigoríficas, frota de caminhões, etc.), assumem a função de intermediação entre a produção local e o mercado global de alimentos. Em muitos casos essas novas empresas continuam pertencendo a famílias de agricultores/comerciantes, mas que agora atuam cada vez mais conectadas a redes globais de produção e comercialização de alimentos.

Em anos recentes nota-se uma nova expansão dos investimentos na agricultura no município, com a instalação de novos pomares, principalmente das chamadas frutas de caroço,⁵ e de estruturas de processamento e comercialização (*packing houses*, câmaras frigoríficas, frota de caminhões, etc.). Outro importante investimento que vem sendo implantado é o investimento em cobertura de plástico nos pomares, a fim de melhorar as condições de produção.⁶

Outra importante característica do município de Antônio Prado é a presença da produção agroecológica entre agricultores. Antônio Prado é um dos primeiros municípios do Brasil em que agricultores familiares iniciam processos de transição agroecológica. Nesse município, as primeiras experiências em agricultura ecológica tiveram início na primeira metade dos anos 80, e a partir das primeiras famílias de agricultores que aderem à proposta da agricultura ecológica tem origem a primeira associação de agricultores ecologistas de Ipê/RS e Antônio Prado, a AECIA (Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado). A experiência bem sucedida da AECIA permitiu o surgimento, a partir de 1990, de diversas associações congêneres no município (AECIA, 2021).

Ainda na construção da problemática deste estudo é importante destacar investimentos públicos municipais que têm sido realizados no meio rural do município, tais como investimentos nas principais estradas do interior, com a

⁵ As frutas de caroço compreendem o pessegueiro, a nectarineira e a ameixeira (CALEGARIO, 2005).

⁶ A função da cobertura plástica nos pomares varia de acordo com a esfericidade de cada cultivar e para qual finalidade o produtor almeja. Por exemplo: as coberturas plásticas podem ser implantadas nos pomares para o controle de infestantes (reduzir a disseminação de pragas e doenças); para a prevenção de acidentes atmosféricos (chuvas, granizo, geadas, raios ultravioletas); proteção a ataques de fauna (pássaros, insetos, roedores); gestão hídrica (excesso, déficit). A cobertura plástica contribui para o desenvolvimento adequado da cultura e seu manejo fitossanitário (SANHUEZA *et al.*, 2005).

pavimentação asfáltica inclusive; e a distribuição de internet de fibra óptica, a fim de ampliar o uso desta tecnologia nas propriedades rurais.

O Programa Agropecuária e Agronegócio, o qual faz parte do Plano Plurianual do Município, aponta que estes investimentos têm como objetivos, entre outros, viabilizar a permanência dos jovens no meio rural, visto que a não existência de sucessores é um fato que coloca em dúvida o futuro da agricultura familiar no município.

A partir das questões levantadas, este estudo também tem relevância devido às razões e motivações de ordem pessoal, pois se trata de uma realidade empiricamente conhecida e vivenciada, sendo a pesquisadora filha de agricultores familiares, nascida no município de Antônio Prado/RS. Ao concluir o ensino médio ingressei no curso de Psicologia, permanecendo junto ao grupo familiar até a conclusão do curso de graduação, vindo posteriormente a ingressar na residência multiprofissional em saúde realizada na cidade de Venâncio Aires/RS.

Meu interesse acadêmico sempre esteve voltado para as representações sociais do trabalho e dos trabalhadores referente ao seu ofício desenvolvido. Durante a residência despertou o interesse em pesquisar as questões implícitas e explícitas dos jovens do meio rural, verificada pelo alto índice de jovens rurais que procuravam no meio urbano colocação profissional. Ao concluir a residência multiprofissional em saúde volto a morar e trabalhar com meus pais e irmão na propriedade familiar agrícola decidida a investigar a representação social dos jovens rurais da cidade de Antônio Prado referente ao meio rural e ao trabalho de agricultor e agricultora, procurando compreender as questões latentes e manifestas que podem influenciar na permanência ou saída do jovem do meio rural.

Portanto, há interesse particular com o tema e o desenvolvimento rural, como este tema deve ser abordado e trabalhado frente ao cenário contemporâneo de mudanças nas questões de reprodução social da agricultura familiar.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Considerando que:

- a) a permanência de jovens na agricultura, e as decisões dos filhos em herdar as unidades de produção das famílias de agricultores, estão relacionadas a

uma série de fatores sociais, econômicos e simbólicos, que se inter-relacionam;

- b) que existe uma nova dinâmica de reprodução social na agricultura familiar e que esta nova dinâmica está relacionada a uma representação social favorável sobre o meio rural e sobre a profissão de agricultor e agricultora;
- c) que no município de Antônio Prado há de um lado um crescimento econômico da agricultura familiar e investimento em novas estruturas de produção por parte das famílias e, de outro, um reconhecimento do poder público em relação às dificuldades de permanência dos jovens na agricultura o que tem gerado ações e programas que objetivam melhorar as condições para a permanência dos jovens.

Pergunta-se: o que pode-se afirmar:

- a) sobre a representação social de jovens agricultores do município sobre o meio rural e a profissão de agricultor ou agricultora e;
- b) sobre as possibilidades de sucessão familiar nas unidades familiares de produção?

1.3 HIPÓTESE

Os investimentos recentes que têm sido realizados pelas famílias de agricultores nas unidades produtivas associados aos investimentos que têm sido realizados na infraestrutura do meio rural têm sido suficientes para produzir uma representação social favorável para os jovens filhos de agricultores no que se refere à vida no meio rural e ao trabalho na agricultura.

1.4 OBJETIVOS

Encontram-se nesta seção, o objetivo geral e os objetivos específicos que foram elaborados para direcionar a investigação das representações sociais dos jovens rurais do município de Antônio Prado.

1.4.1 Objetivo geral

Analisar as representações sociais que os jovens filhos de agricultores familiares de Antônio Prado possuem sobre a vida no meio rural e sobre o trabalho na agricultura e as perspectivas de sucessão geracional.

1.4.2 Objetivos específicos

- a) identificar o conjunto de representações sociais dos jovens rurais sobre o trabalho na agricultura e sobre meio rural de Antônio Prado;
- b) verificar as possibilidades de sucessão geracional em unidades de produção familiares;
- c) caracterizar os jovens filhos de agricultores familiares participantes desta pesquisa.

1.5 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Encontram-se nesta seção, as etapas do processo de investigação, que foram utilizados para realizar o trabalho de dissertação: a abordagem metodológica, os procedimentos de pesquisa, as técnicas de coleta de dados, as técnicas de registro e as técnicas de análise de dados.

1.5.1 Abordagem metodológica

O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa triangulada que utilizou uma combinação de diferentes métodos de coleta e de análise dos dados. Os métodos escolhidos são apropriados para ajudar a levantar o máximo possível de aspectos distintos do problema, com o propósito de consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado (FLICK, 2009).

A pesquisa qualitativa utilizada foi de caráter exploratório, descritivo e interpretativo que objetivou observar, registrar, conhecer, analisar, interpretar e explicar as representações sociais dos jovens filhos de agricultores familiares referente à vida no meio rural e ao trabalho na agricultura (MARCONI; LAKATOS, 2011; GIL, 2010).

Utilizou-se de pesquisa de campo observacional mista, que usou tanto análises qualitativas, quanto a estatística descritiva. A estatística descritiva utilizada teve como objetivo realizar uma descrição dos dados da amostra (quantitativa descritiva) (FREUND; SIMON, 2000).

Também foram utilizadas as pesquisas documentais e bibliográficas. A pesquisa bibliográfica abrangeu a análise de livros, artigos, teses, dissertações, bases de dados⁷, entre outros. Já a pesquisa documental utilizou-se de documentos oriundos do *site* da Prefeitura Municipal de Antônio Prado como os projetos de lei, plano plurianual, plano de governo e programas de governo.

1.5.2 Delimitação da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada no município de Antônio Prado, localizado na Encosta Superior da Região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi desenvolvida com jovens rurais que residem no interior do município, entre os meses de maio e junho do ano de 2022.

O universo do estudo foi constituído por jovens filhos e filhas de agricultores familiares, com idade entre 15 a 24 anos. A faixa etária foi definida de acordo com a literatura do desenvolvimento humano que abrange o período da juventude como a fase de vida pelo qual o sujeito passa por grandes transformações em sua vida. Sendo que é nesta fase que o jovem se depara com uma série de escolhas que determinarão seu futuro, dentre elas a escolha profissional (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

A amostra foi não-probabilística e intencional, composta a partir do universo da pesquisa, que são os filhos e filhas de agricultores familiares que residem no interior do município de Antônio Prado.

Para a escolha dos participantes foi utilizada a técnica metodológica da Bola de Neve (*snowball*) (VELASCO; DÍAZ de RADA, 1997). Essa técnica trabalha com amostra não probabilística, utilizada principalmente em pesquisas sociais onde os participantes iniciais do estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo

⁷ Utilizou-se as bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da *Web of Science* e *Scientific Electronic Library* (SciELO).

proposto. Ao todo foram entrevistados 30 jovens rurais, sendo 15 jovens rurais do gênero feminino e 15 jovens rurais do gênero masculino.

1.5.3 Técnicas de coleta de dados e registro

Os instrumentos idealizados para a coleta de dados envolveram entrevista semiestruturada, observação, associação livre de palavras e anotações em caderno de campo (SPIK, 1993; FLICK, 2004).

Para coleta de dados utilizei três procedimentos: a entrevista semiestruturada e a coleta de palavras-chaves para a realização da associação livre de palavras, conforme pode ser verificado no (APÊNDICE A) e o uso de diário de campo.

As **entrevistas semiestruturadas** conforme Boni e Quaresma (2005), essas entrevistas combinam questões abertas e fechadas, em que o participante pode discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador pode guiar-se sobre um conjunto de questões previamente definidas, onde se necessita de atenção para boa condução e orientação da entrevista.

As entrevistas foram gravadas para melhor obtenção de seu conteúdo. Após as entrevistas foram transcritas e analisadas. O uso de dispositivos para gravações auxilia na documentação dos dados para que se torne independente das expectativas do pesquisador e dos participantes do estudo, obtendo-se um registro naturalista da ocasião (FLICK, 2004).

A **Técnica de Associação Livre de Palavras** (TALP) deriva da Psicologia Social, dos estudos relacionados à Teoria das Representações Sociais. O estudo das representações sociais procura compreender e explicar os fatos sociais que permeiam o meio em que os sujeitos estão inseridos, através dos saberes comuns aos indivíduos (função saber), corroborando com definição das identidades sociais (função identitária) que orientará e justificará as ações e os comportamentos dos sujeitos em sociedade (função de orientação e justificação) (ABRIC, 2000).

A utilização da técnica de associação livre de palavras visa identificar as dimensões latentes das representações sociais, por meio da configuração dos elementos que estabelecem a trama ou rede associativa dos conteúdos evocados em relação a cada estímulo indutor. Assim, a técnica pode ser formada de um ou vários estímulos indutores relacionados ao objeto a ser investigado, podendo ser verbal (palavra, expressão, frase, ideia), não verbal ou icônico (figura, fotografia),

material de vídeo (filme, publicidade) e material sonoro (música, som) (COUTINHO; DO BÚ, 2017).

Neste caso foi solicitado aos jovens participantes que respondessem quais as impressões, sensações e significados que algumas palavras despertavam neles entre as quais: agricultura, agricultor/agricultora, jovem rural, colônia/interior e cidade.

O **Caderno de Campo** e/ou diário de campo é um método de documentação que consiste no registro do processo de aproximação do campo de estudo, das experiências vividas em campo, das facilidades e dificuldade no contato com o campo ou com os participantes, além do registro dos dados, percepções e observações ocorridas durante a aplicação das técnicas de coleta de dados (FLICK, 2004).

1.5.4 Técnicas de análise

Os dados qualitativos obtidos na investigação foram avaliados a partir da análise de conteúdo temática, sendo as categorias criadas a priori e *posteriori*. Esta técnica permite ao pesquisador demonstrar os elementos coletados por meio de uma análise que agrupa temas, expressões, discursos e modos de interação, entre outras particularidades (BARDIN, 2016).

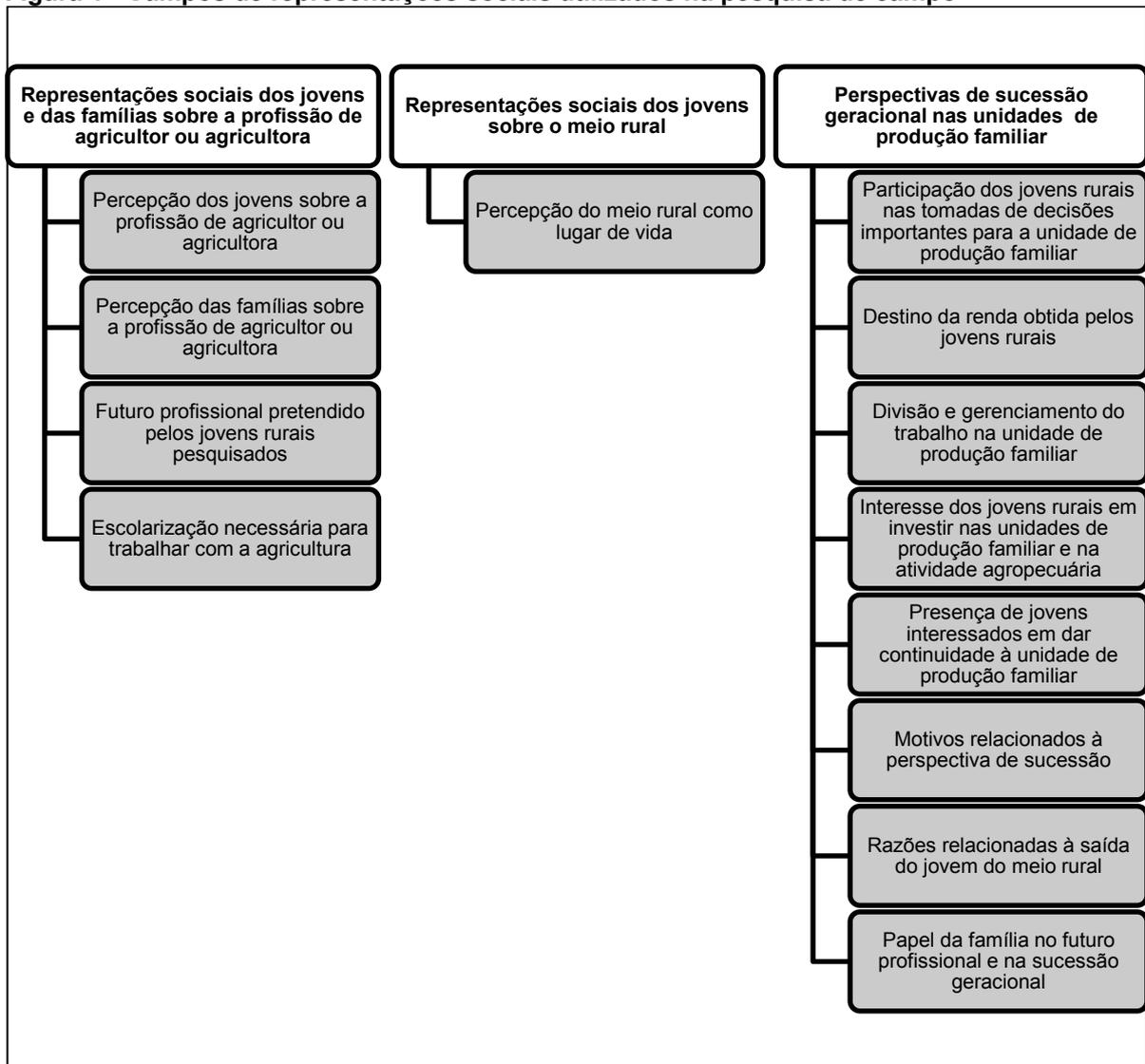
Esta análise permite ao pesquisador demonstrar os elementos coletados por meio de uma análise minuciosa dos conteúdos selecionados, dando significado, comparando, avaliando e selecionados o essencial de cada fonte (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Os dados qualitativos foram organizados em três campos de análise, sendo cada um composto por subcampos, apresentados na Figura 1, a seguir. O primeiro campo criado procurou identificar e analisar o conjunto de representações sociais dos jovens rurais e das famílias sobre a profissão de agricultor ou agricultura, sendo composta por quatro subcampo: representação dos jovens sobre a profissão de agricultor ou agricultura; representação das famílias sobre a profissão de agricultor ou agricultora; futuro profissional pretendido pelos jovens rurais pesquisados e escolarização necessária para trabalhar com a agricultura.

O segundo campo de análise criada procurou identificar e analisar o conjunto de representações sociais dos jovens rurais sobre o meio rural, sendo composto por um subcampo: percepção do meio rural como lugar de vida.

No terceiro campo criado buscou-se identificar e analisar as perspectivas de sucessão geracional nas unidade de produção familiar, sendo composto por oito subcampos: participação dos jovens rurais nas tomadas de decisões importantes para a unidade de produção familiar; destino da renda obtida pelos jovens rurais; divisão e gerenciamento do trabalho na unidade de produção familiar; interesse dos jovens em investir nas unidades de produção familiar e na atividade agropecuária; presença de jovens interessados em dar continuidade à unidade de produção familiar; motivos relacionados à perspectiva de sucessão; razões relacionadas à saída do jovem do meio rural e papel da família no futuro profissional e na sucessão geracional.

Figura 1 - Campos de representações sociais utilizados na pesquisa de campo



Fonte: Autora.

Em relação aos dados diante de uma amostra não probabilística a análise possível foi a análise descritiva dos dados da amostra. Segundo (AGRESTI; FINLAY, 2012) em análises descritivas deve-se organizar os dados, analisá-los e posteriormente interpretá-los.

Os dados foram organizados em quadros. Para as análises e interpretações utilizamos as informações de quadros em diálogo com os referenciais teóricos apresentados.

Para a análise das palavras evocadas através da Técnica de Associação Livre de Palavras foi utilizada a ferramenta do Dicionário Semântico com análise de núcleos (COUTINHO; DO BÚ, 2017). Para cada estímulo verbal utilizado foi criado

um dicionário semântico, sendo inseridas as respostas evocadas com relação ao respectivo estímulo.

Os dicionários são contruídos com as resposas mais frequentes, que se impõem como campos. Para cada campo foi agrupado às palavras de maior frequência que possuem mesma similaridade semântica ou as afinidades de sentido comum no reagrupamento por semelhança.

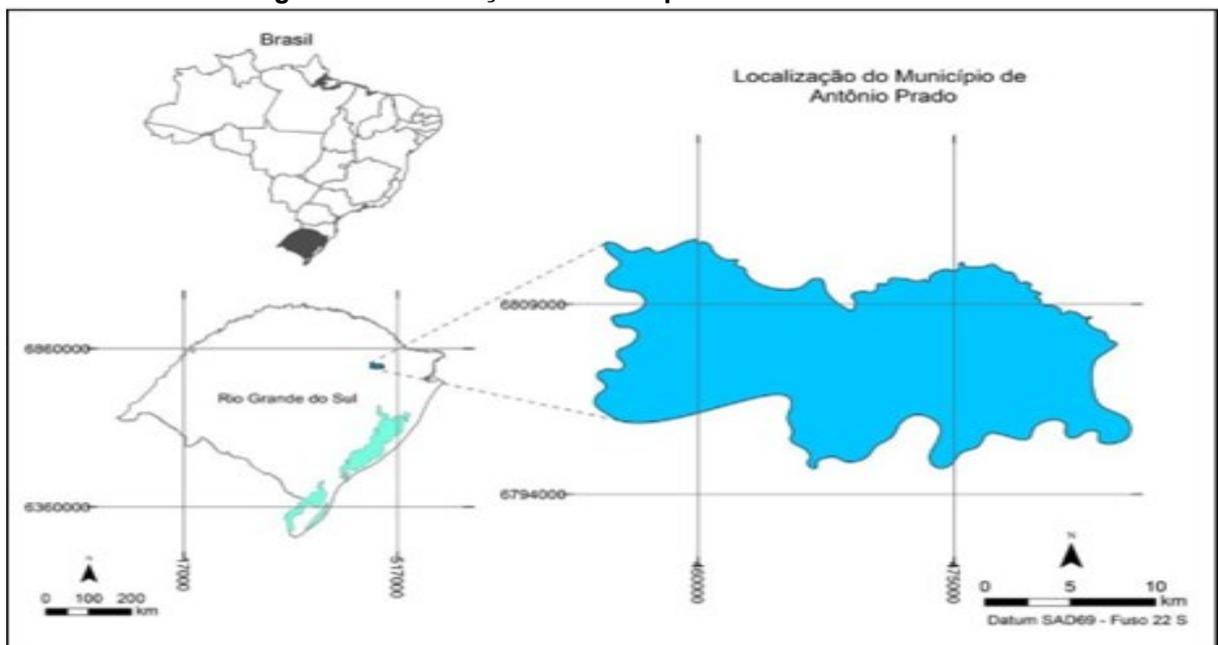
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em cinco seções, incluindo esta introdução, que é a primeira seção, composta por cinco tópicos: construção da problemática, problema de pesquisa, hipóteses, objetivos e processos metodológicos. A segunda seção apresenta a caracterização da área de estudo que é composta por dois tópicos: alguns aspectos da história do município e da agricultura de Antônio Prado/RS e por aspectos socioeconômicos atuais do município de Antônio Prado/RS. A terceira seção apresenta o referencial teórico que abrange oito tópicos: definindo agricultura familiar, reprodução social, reprodução social da agricultura familiar, sucessão geracional da agricultura familiar, conceituando juventude rural, representações sociais, representações sociais sobre o meio rural e a profissão de agricultor e as novas dinâmicas na reprodução social da agricultura familiar. A quarta seção apresenta os resultados e as discussões dos dados obtidos e analisados, dispostos em quatro tópicos: caracterização das famílias e das unidades de produção familiar, representações sociais dos jovens e das famílias sobre a profissão de agricultor ou agricultora, representações sociais dos jovens sobre o meio rural e perpectivas de sucessão geracional nas unidades de produção familiar. Por fim, a quinta seção exhibe as considerações finais, apresentando as principais conclusões obtidas neste estudo.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Antônio Prado está situado na Encosta Superior da Região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, região Sul do Brasil, e pertence à mesorregião geográfica Nordeste Rio-grandense (Fig. 2). Encontra-se distante 184 km da capital, Porto Alegre e a 658 metros de altitude. Sua área territorial abrange 348,132 km² sendo limitado ao norte pelo município de Ipê e Campestre da Serra; a leste, pelos municípios de Flores da Cunha, São Marcos; a oeste por Veranópolis, Vila Flores e Protásio Alves e, ao sul, pelos municípios de Nova Roma do Sul e Nova Pádua. O município subdivide-se em três distritos: primeiro distrito Sede, segundo distrito Santana e terceiro distrito Linha 21 de Abril. A divisão política territorial compõe 15 linhas: Linha Gomercindo, Linha Silva Tavares, Linha 10 de Julho, Linha Almeida, Linha 2 de Julho, Linha Trajano de Medeiros, Linha Odorico Mendes, Linha Guerra, Linha Cândida, Linha Mimosa, Linha 21 de Abril, Linha Amarelho, Linha Camargo, Linha Cavour e Linha Garibaldi, com 34 comunidades rurais (IBGE, 2021; ANTÔNIO PRADO, 2016).

Figura 2 - Localização do município de Antônio Prado/RS



Fonte: ISAM/UCS (2017)

2.1 ASPECTOS DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO E DA AGRICULTURA

No ano de 1886 é criada a colônia de Antônio Prado, emancipando-se no ano de 1899 do município de Vacaria. Foi a sexta e última colônia italiana do estado do Rio Grande do Sul. O município foi nomeado como Antônio Prado, em homenagem ao Ministro da Agricultura da época Antônio da Silva Prado, que havia promovido à vinda dos imigrantes italianos ao Brasil e respectivamente às colônias no Rio Grande do Sul (BARBOSA, 2014).

O sistema de cultivo no início da colonização do território foi marcado pela derrubada e queima da mata. O fogo era a primeira técnica utilizada para a limpeza do terreno a ser cultivado que após a colheita ficava em pousio. O preparo da terra para a plantação era realizado com o uso de enxadas, pás e arados puxados por junta de bois ou mulas para revirar a terra. Utilizavam esterco dos animais para ajudar na adubação da terra, além do fogo para realizar roças para plantar trigo, milho, feijão, abóbora, mandioca, amendoim, entre outros (DE BONI; COSTA, 2011).

Ao final do ano de 1887 habitavam a colônia de Antônio Prado 486 habitantes, com 60 estabelecimentos rurais e uma área cultivada de 302 hectares. Cerca de 90% da economia do território girava em torno da agricultura e da criação de aves e suínos. Na sede o comércio era impulsionado pela troca de gêneros primários fornecidos pela agricultura como ovos, banha de porco, salame, vinho, mandioca, bata-doce, cereais, feijão, entre outros. A produção agrícola em 1896 era composta por milho, trigo, feijão, cereais diversos e uva, além da criação de aves domésticas e de suínos (POSENATO, 1989).

A extração da madeira foi outra atividade importante na produção rural. A madeira era um dos principais produtos exportados pela colônia, sendo utilizada como combustível (lenha e carvão), na produção de tábuas para a construção de casas, na construção de meios de transporte (pontes e carretas), na confecção de utensílios domésticos e de móveis, e principalmente sua extração possibilitava a formação de terra à agricultura (lavouras) e à pecuária (potreiros) (NEVES, 2008).

Com a emancipação em 1899, Antônio Prado é marcado por uma notável expansão do povoamento do território, progredindo com rapidez através da abertura de estradas, travessias fluviais por meio de balsas, construção de pontes, construção de novas moradias e intenso trabalho agropecuário, proporcionando o

surgimento de pequenas indústrias familiares e o aparecimento de casas comerciais (VELHO, 2008).

Conforme os colonos foram se estruturando começaram a produzir com a finalidade de comercialização. A rápida expansão das lavouras fez com que os colonos recorressem a estratégias específicas trabalho, como as práticas de mutirão ou troca de dias para complementar a força de trabalho familiar. Geralmente, para reforçar a economia do núcleo familiar os colonos tinham nos porões de suas casas instrumentos de ferraria ou marcenaria para construir as ferramentas agrícolas e outros utensílios domésticos; alguns acabavam se especializando no ofício e deixavam de trabalhar na agricultura, montando pequenas oficinas nos porões de suas casas (DAL MORO, 2008).

Nos primeiros anos os colonos instalaram lavouras do tipo temporário, como milho, trigo, feijão, batata-doce e mandioca; a uva e a erva-mate foram as culturas permanentes implantadas a seguir. As plantações de uva fomentaram o surgimento de pequenas agroindústrias familiares de vinho no meio rural do município (VELHO, 2008; GIRON; HERÉDIA, 2007).

A criação de suínos fomentou a fabricação de seus derivados como salame, copa, torresmo, banha, para serem comercializados nos estabelecimentos que começavam se desenvolver no município. A criação de gado no sistema extensivo exigia muito trabalho dos produtores rurais, tinham pequenas lavouras de subsistência para a plantação do milho que servia como alimento para o gado, faziam roças para na época do inverno o gado ter o que comer, os próprios colonos faziam todo o serviço de cuidado com o rebanho, e com o excedente do leite faziam queijo e manteiga para comercializar (GIRON; HERÉDIA, 2007; GRAZZIOTIN, 2008).

A exploração do artesanato rural com a utilização de excedentes agrícolas diversificou as trocas comerciais internas e externas. A palha do trigo era utilizada para fazer chapéus e esportas/bolsas, com a palha do milho faziam bonecas, chapéus, bolsas e colchões. Cultivavam vime para a confecção de cestões, cestas, empalhar garrafas de vinho e utilizavam para amarrar as podas das parreiras (GIRON; HERÉDIA, 2007; NEVES, 2008).

No ano de 1911, surge no município a Cooperativa Agrícola de Antônio Prado, que impulsionou o desenvolvimento econômico local, possibilitando aos agricultores comercializarem seus produtos agrícolas, pecuários e industriais para

todo o Estado e fora dele. Funcionou durante mais de dez anos, decretando falência em 1924 (BARBOSA, 2014; LIMBERGER, 2008).

O município progrediu de forma expressiva com o surgimento de distintas casas comerciais e de prestação de serviço, com a presença de instituições financeiras, escolas, cooperativas, indústrias do ramo alimentício e madeireiro, e uma intensa produção agropecuária. Tornou-se centro distribuidor da região dos Campos de Cima da Serra, de onde vinham moradores se abastecer de produtos coloniais, especiarias, tecidos, utensílios domésticos, e também utilizar serviços bancários, escolares e religiosos (LETTI, 2008; FERNANDES, 2008).

Em 1962, é criado o Sindicato de Antônio Prado, primeiro sindicato de trabalhadores rurais da região Nordeste do RS. A criação do sindicato beneficiou a comunidade rural que estava desassistida de seus direitos, mobilizando frentes para reivindicar por melhores condições de assistência para os agricultores e sua família (BARBOSA, 2014; ROVEDA, 2019; COOPRADO, 2021).

Na década de 1970, os pequenos agricultores enfrentavam dificuldades de comercialização de sua produção, e de armazenagem dos cereais que acabavam estragando pela falta de um local adequado para a secagem. Muitas safras de trigo eram perdidas pela falta de secagem do grão. Os produtores chegavam a expor o trigo para secar nas calçadas e na praça do município, perdendo a produção quando chovia. Assim, em 1974 é fundada a Cooperativa Agroindustrial Pradense – Cooprado (BARBOSA, 2014; ROVEDA, 2019; COOPRADO, 2021).

Também foi fundamental para o desenvolvimento econômico do município o processo de modernização da agricultura que tem início nos anos 1980, a partir da introdução do cultivo da maçã. De acordo com Schmidt (2001) juntamente com o cultivo de maçã foram trazidos ao município mudanças técnicas modernizantes da agricultura tais como o uso de adubos químicos, máquinas, tratores e agrotóxicos. Neste processo de modernização a Cooprado teve papel fundamental, através da oferta de assistência técnica de agrônomos e técnicos agrícolas para a área da fruticultura, e de veterinários na área da produção leiteira. A loja agropecuária da Cooprado instalada no município passou a fornecer insumos agrícolas como sementes, adubos, corretivos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, acaricidas, produtos veterinários e equipamentos necessários para a produção dos cultivos dos associados (BARBOSA, 2014; ROVEDA, 2019; COOPRADO, 2021).

Mais à frente, o uso das modernas técnicas agrícolas expandiu-se para outros cultivos além da maçã, tais como a produção de pêssegos, de uva e de hortaliças em geral, além da introdução da pecuária de corte de aves e suínos em integração com agroindústrias processadoras (SCHMITT, 2001; OLIVEIRA, 2007).

Em anos recentes nota-se uma nova expansão dos investimentos na agricultura do município com a ampliação e instalação de novos pomares de frutas (pêssego, ameixa, nectarina, morango, amora, framboesa, uva, laranja, bergamota, caqui etc.) e de estruturas de processamento e comercialização (*packing houses*, câmaras frigoríficas, frota de caminhões, etc.). Outro importante investimento que vem sendo implantado é o investimento em cobertura de plástico nos pomares, a fim de melhorar as condições de produção dos pomares.

Segundo Schmitt (2001) juntamente com a introdução de novas atividades e de insumos adquiridos no mercado, intensificam-se os vínculos estabelecidos entre as unidades de produção com o mercado de produtos e alguns produtos agrícolas passam a ser comercializados através de agroindústrias familiares que, por possuírem infraestrutura adequada (*packing houses*, câmaras frigoríficas, frota de caminhões, etc.), assumem a função de intermediação entre a produção local e o mercado global de alimentos. Em muitos casos essas novas empresas continuam pertencendo a famílias de agricultores/comerciantes, mas que agora atuam cada vez mais conectadas a redes globais de produção e comercialização de alimentos.

Outra importante característica do município de Antônio Prado é a presença da produção agroecológica entre agricultores. Antônio Prado é um dos primeiros municípios do Brasil em que agricultores familiares iniciam processos de transição agroecológica. Nesse município, as primeiras experiências em agricultura ecológica tiveram início na primeira metade dos anos 1980, e a partir das primeiras famílias de agricultores que aderem à proposta da agricultura ecológica tem origem a primeira associação de agricultores ecologistas de Ipê e Antônio Prado, a AECIA (Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado). A experiência bem sucedida da AECIA permitiu o surgimento, a partir de 1990, de diversas associações congêneres no município (AECIA, 2021).

A presença de jovens frente à unidade de produção familiar tem potencial de renovar a maneira de gerenciar e trabalhar a propriedade rural, pois muitos procuram se aperfeiçoar tecnicamente por meio de cursos de graduação e técnicos na área agrônômica e administrativa, procurando implementar as novas tecnologias

rurais para maximizar e qualificar a produção, com menor custo e maior aproveitamento dos aparatos agrícolas presentes na propriedade.

2.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS ATUAIS DE ANTÔNIO PRADO/RS

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 a população do município de Antônio Prado é estimada em 12.873 habitantes, sendo 6.505 homens e 6.368 mulheres (IBGE, 2010). A população urbana representa 76,3% da população (9.226 pessoas), com 3.430 domicílios urbanos. A população rural representava 23,7% da população (3.646 pessoas), com 1.063 domicílios rurais. A expectativa de vida é 75,1 anos (IBGE, 2017; SEBRAE, 2020).

A economia do município de Antônio Prado está dividida em três setores, o setor de serviços, que representa 53%, a indústria que representa 31%, e a agropecuária que representa 16% do PIB do município (SEBRAE, 2020). De acordo com o Censo Agropecuário (2017) a agricultura ocupa 22.030 ha divididos em lavouras permanentes (3.219 ha), lavouras temporárias (2.435 ha), cultivo de flores (12 ha), pastagens naturais (688 ha), pastagens em boas condições (427 ha), pastagens em más condições (316 ha). A área das matas ou florestas está distribuída em (901 ha) de mata natural, (4.036 ha) de área natural destinada à preservação permanente ou reserva natural, (731 ha) de floresta plantada e (2.370 ha) de área cultivada com espécies florestais também usadas para lavouras e pastoreio (IBGE, 2017).

Na produção agrícola, a uva é o cultivo de maior expressão, com 1.630 ha de área cultivada, seguido pelo pêssego, ameixa, maçã, caqui, laranja, tangerina, limão, figo, pera, goiaba e noz. Os principais cultivos da lavoura temporária são alho, cebola, amendoim, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, trigo, tomate, hortaliças e leguminosas diversas (IBGE, 2017).

A pecuária do município é diversificada, destacando-se a produção para autoconsumo e a integração com agroindústrias processadoras. As principais atividades da produção pecuária são bovinocultura de corte e de leite, suinocultura, avicultura e apicultura. Incipiente no município se destaca a aquicultura e ovinocultura (IBGE, 2017).

O município possui 1.036 estabelecimentos agropecuários, sendo 83,88% da agricultura familiar (IBGE, 2017). Os estabelecimentos agropecuários ocupam em

média 4,078 pessoas, sendo 2,8 com aços de parentescos com o proprietário do estabelecimento.

Na Tabela 1 a seguir, estão dispostos os números de estabelecimentos divididos por grupos de área total, em que se observa que o grupo da faixa entre 10 a 50 hectares representa o maior número de estabelecimentos, sendo 654 (IBGE, 2017; CIC AP, 2019).

Tabela 1 - Área em hectares por estabelecimento rural do município de Antônio Prado/RS

Área total	Número de estabelecimentos
1 ha	6
1 até 10 ha	296
10 até 50 ha	654
50 até 100 ha	68
100 até 500 ha	10

Fonte: IBGE (2017) e CIC AP (2019).

Dentre estes estabelecimentos 95,27% correspondem a estabelecimentos de terra própria, 64 são arrendados, 13 parceiras e 43 comodatos (IBGE, 2017; CIC AP, 2019).

Do total de estabelecimentos 988 comercializam e 48 produzem para o autoconsumo. No que se refere ao uso da mecanização agrícola, os dados do Censo Agropecuário (2017) mostram que no município existiam 1.199 tratores, 137 semeadeiras/plantadeiras, 16 colheitadeiras, 629 adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário. O uso de irrigação estava presente 19,78% dos estabelecimentos e o uso de insumos químicos em 85,71%. No que se refere ao acesso assistência técnica os dados do Censo indicam que 86% dos estabelecimentos recebem algum tipo de assistência (IBGE, 2017).

Em relação ao acesso dos meios de comunicação os dados apontam que a maioria dos estabelecimentos agropecuários dispõe de telefone (97,69%) e grande parte acesso à internet (58,39%) (IBGE, 2017; CIC AP, 2019).

No município existem 318 estabelecimentos agroindustriais, divididos em treze setores de processamentos (doces, sucos, vinhos, carnes, laticínios, embutidos, farinhas, óleos, madeiras, etc.) (CIC AP, 2019).

Entre as entidades com atuação junto à agricultura familiar cita-se a Cooperativa Agroindustrial Pradense (Cooprado), que trouxe segurança de comercialização para os produtores de seus produtos, proporcionando a diversificação de cultivos; a Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (AECIA) que privilegia e incentiva a agroecológica no município e

região, atualmente são 25 famílias produzindo alimentos ecológicos que são comercializados semanalmente em feiras ecológicas do Estado; três agências de cooperativas de crédito da agricultura familiar, um sindicato de trabalhadores rurais, filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS) e uma associação de agricultores familiares, vinculada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS) (CIC AP, 2019).

Conforme dito anteriormente, Antônio Prado se destaca nacionalmente pela produção agroecológica. Atualmente existem no município 15 estabelecimentos que possuem certificação de produção agroecológica. As famílias organizam-se em duas associações e uma cooperativa, a cooperativa AECIA de agricultores agroecologistas. Os produtos agroecológicos produzidos em Antônio Prado são comercializados em feiras, lojas e supermercados da região, de Porto Alegre e outras capitais do país. O destaque de Antônio Prado, no cenário da agroecologia, não se deve ao número de famílias, mas a história da agroecologia neste município, já que o município foi cenário das primeiras experiências em produção agroecológica do RS e do Brasil e aqui nasceram inovações sociotécnicas que foram fundamentais para os processos de transição agroecológica no Brasil, tais como a certificação participativa, o biofertilizante Super-Magro e a produção de suco de uva integral.

2.2.1 Mudanças recentes na agricultura e no meio rural: investimentos públicos e privados

Entre as mudanças recentes na agricultura e no meio rural destacam-se de um lado o conjunto de investimentos que vem sendo realizados pelas famílias de agricultores e que se concretizam em instalação de novos pomares, estufas, coberturas plásticas, *packing houses*, câmaras frigoríficas, irrigação, tratores, implementos agrícolas, pavilhões, caminhões, entre outros. Como pode-se observar na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Cultivo de uva com cobertura de plástico (anti-granizo)



Fonte: Autora.

Figura 4 - Pomar de ameixa recém implantado



Fonte: Autora.

Figura 5 - Açude para irrigação das plantações



Fonte: Autora.

Figura 6 - Pavilhão agrícola



Fonte: Autora.

Figura 7 - Maquinário agrícola



Fonte: Autora.

Figura 8 - Caminhão para transporte da safra



Fonte: Autora.

Figura 9 - Estufa de morangos



Fonte: Autora.

Figura 10 - Sistema anti-gelada em plantação de pêssegos



Fonte: Autora.

Outro aspecto a ser destacado nesta caracterização, refere-se aos investimentos públicos recentes que tem sido realizado pela administração municipal no meio rural do município. Na Lei Municipal N° 3213, de 24 de junho de 2021, dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Antônio Prado - RS para o período de 2022 a 2025, constam programas de incentivo ao meio rural e a agricultura. Na Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente e Desenvolvimento Industrial, o Programa Agropecuária e Agronegócio tem como objetivos:

Fomentar a diversificação da produção agrícola pela abertura de novas lavouras e cultivos sustentáveis e orgânicos.

Estimular a construção e renovação de infraestrutura para criação de animais e agroindústrias. Melhorar a qualidade dos estudos no interior das propriedades rurais.

Ampliar o uso de tecnologias nas propriedades rurais do município de forma a viabilizar a busca por soluções que aumentem a competitividade e a rentabilidade da produção primária.

Viabilizar a fixação da juventude no meio rural facilitando o acesso às tecnologias e garantindo que os alunos tenham acesso às ferramentas digitais usadas nos diferentes níveis de ensino.

Indicadores do programa: disponibilização de internet fibra óptica para moradores do interior da cidade, índice atual 0%, índice proposto 80% (ANTÔNIO PRADO, 2021, p. 15).

Além deste, o Programa Água Legal tem como objetivo viabilizar a perfuração e legalização junto à Sema-RS (Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul) de poços artesianos para levar água às comunidades do interior do município (ANTÔNIO PRADO, 2021, p. 16).

Na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito o Programa consta o programa Obras, Infraestrutura e Mobilidade tem como objetivo:

Qualificar a acessibilidade e a mobilidade da população das áreas urbanas e rural de Antônio Prado, através de obras de ações no Sistema Viário e no Trânsito.

Indicador do programa: índice atual 4 km, índice proposto 25 km.

Atualmente está em fase de projetos a extensão de 25 km de asfaltamento das principais estradas do interior. Identificam-se obras de conservação, abertura, alargamento, encascalhamento e roçada das estradas.

De forma associada é possível afirmar que é possível identificar importantes mudanças no meio rural do município, com qualificação de estruturas de produção, de comunicação e de transportes. Como pode-se observar pelas imagens a seguir.

Figura 11- Poste com caixa de transmissão de fibra ótica para as famílias do interior



Fonte: Autora.

Figura 12 - Estrada asfaltada da comunidade Borgo Forte



Fonte: Autora.

Figura 13 - Placa de sinalização mostrando as agroindústrias no interior



Fonte: Autora.

Figura 14 - Perfuração de poço artesiano no interior



Fonte: Autora.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a fundamentação teórica necessária para embasar os objetivos da pesquisa. Apresenta-se, inicialmente, uma exposição sobre a conceituação e características da agricultura familiar, após, inicia-se a abordagem sobre a reprodução social e a reprodução social da agricultura familiar. Em seguida, traz-se a fundamentação teórica, sobre o processo de sucessão geracional, seguido pela apresentação das conceituações sobre juventude rural. Subsequentemente, apresenta-se a teoria das representações sociais, seguido pelas representações sociais sobre o meio rural e a profissão de agricultor. Por fim, são apresentadas variáveis que podem estar atreladas as novas dinâmicas na reprodução social da agricultura familiar.

3.1 DEFININDO AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) a agricultura familiar pode ser definida como:

[...] um modo de produção agrícola, silvicultura, pesca, pecuária e aquicultura que é administrada e operada por uma família e que depende predominantemente de trabalho familiar, incluindo homens e mulheres. A família e exploração estão vinculadas, evoluem juntos e combinam funções econômicas, ambiental, social e cultural (FAO, 2018, p. 10, tradução nossa).

No Brasil o debate sobre a agricultura familiar como categoria social teve início partir da década de 1990, impulsionada pelos movimentos sociais do campo que reivindicam, ao campo político, assistência para produção e comercialização de seus produtos agropecuários.

Com a consolidação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro por meio da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, os movimentos sindicalistas rurais da região Sul e Nordeste passam a reivindicar políticas públicas diferenciadas para a nova categoria social, voltadas para a assistência produtiva, financeira e institucional, para estimular a geração de renda, melhorar o uso da força de trabalho familiar e possibilitar o financiamento para fins agropecuário e não agropecuários

desenvolvidos na propriedade rural ou em áreas comunitárias (SCHNEIDER, 2003; LIMA *et al.*, 2019).¹

Em nível de políticas públicas nacional em 2006 foi sancionada a Lei N.º 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que traz em seu Art. 3º:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
 I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 III- tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
 IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
 § 2º São também beneficiários desta Lei: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidade remanescentes de quilombolas rurais e demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2006, p. 1).

Para além das definições normativas é possível identificar um conjunto de autores que definem agricultor e agricultura familiar, a partir de diferentes aspectos.

Para Lamarche (1993), a agricultura familiar é estruturada pelo tripé da família, do trabalho e da propriedade. Sendo compreendida como “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p.15). Gasson e Errington (apud ABRAMOVAY, 1997, p. 74) apontam algumas características básicas que definem a agricultura familiar:

[...] a gestão é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco, o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família; e os membros da família vivem na unidade produtiva (GASSON; ERRINGTON, 1993², *apud* ABRAMOVAY, 1997, p. 74)

Para Wanderley (2001), a agricultura familiar pode ser compreendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Schneider (2003)

¹ De acordo com Schneider (2003) O novo campo conceitual da agricultura familiar abarcou várias categorias sociais como: assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros, além dos indivíduos que não mais se enquadravam nos termos pequenos produtores ou trabalhadores rurais.

² GASSON; ERRINGTON –A. **The farm family business**. Wallingford, Cab International, 1993.

destaca que a agricultura familiar se caracteriza por uma forma social particular de trabalho com a terra e com os meios de produção, desenvolvida em um espaço geográfico específico que conta com a interação de um grupo familiar, inter-relacionados por laços de parentesco.

Para Buainain (2006), a agricultura familiar é composta de características diversificadas em sua conceituação. No qual permeiam variadas características e elementos distintos que envolvem o setor econômico, heranças culturais, experiências e vivências familiares profissionais e pessoais, história dos grupos familiares, diferentes meios de acesso e disponibilidade de recursos naturais, humanos e sociais, inserção distintas em mercados de acordo com o contexto em que estão inseridas, formas diferenciadas de exploração e de vida nos estabelecimentos familiares, entre outros.

De forma geral, infere-se que a agricultura familiar poder ser compreendida como uma categoria socioprofissional em que engloba aspectos sociais, econômicos, culturais, tradicionais, políticos, ambientais, transgeracionais, entre outros. Seu caráter heterogêneo proporciona a constituição de uma identidade profissional, pessoal e social, influenciando o modo como os sujeitos percebem e compreendem o que é ser agricultor.

3.2 REPRODUÇÃO SOCIAL

Um elemento muito relevante para a discussão sobre agricultura familiar trata-se do debate sobre a reprodução social das famílias. O entendimento de reprodução social está relacionado com a perspectiva de continuidade dos indivíduos e/ou grupos sociais. Segundo Spanevello (2008), o conceito de reprodução envolve preocupações e análises dos meios e de como se dá a continuidade de estruturas, grupos, práticas e instituições sociais. “Envolve as dimensões de produção de bens materiais e a organização social dessa produção através do trabalho” (SPANEVERELLO, 2008, p. 39).

É no campo das Ciências Sociais que a ideia de reprodução social é trabalhada e analisada como a preocupação com a continuidade das instituições e grupos sociais. Entre os pesquisadores que trabalham com a questão de reprodução social Durkein (1978), Bourdieu (1989) e Giddens (2002) serão abordados.

Durkeim (1978) compreende a reprodução social através das instituições sociais. As instituições sociais (família, escola, trabalho, igreja e estado) são organizações da sociedade que procuram manter a coesão, estabilidade e a organização social. Elas instituem normas, regras, valores que regem os diferentes grupos sociais que constituem a sociedade. As instituições sociais acabam inferindo sobre o processo de socialização dos sujeitos, no qual seu comportamento é instituído pelo grupo social do qual pertencem.

Os sujeitos não são compreendidos como separados, ou seres únicos, mas parte do todo, por isso, que as instituições ao inferirem suas normas, conceitos, valores, etc. acabam desencadeando a formação da consciência coletiva (DURKEIN, 1978). Desta forma [...] a construção da representação coletiva é a garantia do equilíbrio social na sociedade e da manutenção de sua reprodução (SPANEVERELLO, 2008, p. 39).

Já Bourdieu (1989), parte da análise da reprodução da posição dos sujeitos no espaço social. Utiliza o conceito de *habitus* para elucidar os mecanismos pelos quais os sujeitos aprendem a fazer parte de um grupo social e a reproduzi-lo e/ou modificá-lo continuamente por meios dos comportamentos coletivos. Segundo Bourdieu (1989, p. 91) [...] o *habitus* é definido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturadas e predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e representações.

Então seria a partir do *habitus*, um sistema de disposições permanentes, que seriam produzidos os pensamentos, percepções, expressões, ações, comportamentos, atitudes e valores que teriam como limite as condições do período histórico do qual os sujeitos fazem parte. Ou seja, ao mesmo tempo em que o *habitus* é compreendido como produto da história, ele faz parte da história (BOURDIEU, 1989). Desta forma, a noção de *habitus* atende à forma como o social é capturado pelos sujeitos, infere a reprodução nas esferas individual e social e articula às estratégias de reprodução (SPANEVERELLO, 2008).

Em Giddens (2002), o termo reprodução social está relacionado com a transmissão de normas e valores culturais entre as gerações. A reprodução seria a repetição de algo que já existe e a reprodução social corresponde na transmissão e aquisição de normas, valores e costumes sem abertura para inovações. A reprodução social consiste na manutenção da estrutura social e do sistema de *status*

e papéis sociais de um determinado grupo. A integração e a socialização dos sujeitos na sociedade e em determinados grupos promovem a reprodução da estrutura social existente, ou seja, reproduzem o status quo (GIDDENS, 2002).

O campo social é permeado por elementos simbólicos e materiais que influenciam na perpetuação, ampliação, reprodução ou na reconversão (quando desfavorável para a sociedade) do capital ou da posição social existente. Os meios de reprodução social podem ser biológicos (fecundidade), educacionais (melhores oportunidades profissionais/econômicas), matrimoniais (unificar/manter o patrimônio), econômicos (aumentar o capital), simbólicos (comparação com outros grupos sociais) e de sucessão (transmissão do patrimônio material e cultural) que são executados em conformidade com as estruturas institucionalizadas de reprodução social (BOURDIEU, 2000; SPANEVELLO, 2008).

3.3 REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para Almeida (1986) a reprodução social da agricultura familiar envolve dois focos de reprodução: um que corresponde às questões econômicas e outro a questões extra-econômicas, que podem ser analisados como reprodução de ciclo curto e reprodução de ciclo longo.

A reprodução de ciclo curto (anual) envolve a combinação de elementos relativos ao trabalho, aos recursos naturais e aos conhecimentos tradicionais, e tem como objetivo suprir o consumo familiar e repor os insumos necessários ao reinício do processo produtivo. Desta forma, a reprodução de ciclo curto trabalha com a lógica econômica da família, relacionando elementos como trabalho e consumo (ALMEIDA, 1986; SPANEVELLO, 2008; MATTE, *et al.* 2010; MATTE; MACHADO, 2016).

Já a reprodução de ciclo longo trabalha com os elementos do ciclo geracional da perpetuação das famílias, por meio dos nascimentos, casamentos, mortes e heranças (ALMEIDA, 1986; SPANEVELLO, 2008; MATTE, *et al.* 2010; MATTE; MACHADO, 2016). Na reprodução de ciclo longo também é possível ser acrescentadas as questões sobre a formação de novas gerações de agricultores, a continuidade da propriedade familiar, as questões sucessórias e a passagem da gestão da propriedade dos pais para os filhos (SPANEVELLO, 2008).

Brumer e Anjos (2008), também discorrem sobre o tema da reprodução social em seus aspectos de ciclo curto e ciclo longo de reprodução. Destacam que as pesquisas sobre reprodução social no ciclo curto estão relacionadas com as formas e meios de produção (apropriação e uso de tecnologias), com a sua organização (divisão do trabalho, relações sociais desenvolvidas com outros atores e instituições sociais) e com as condições de permanência/reprodução da unidade familiar produtiva (trabalho dos membros da família agrícolas ou não agrícolas). Para estes autores também são consideradas as questões internas e externas da propriedade familiar, como a forma de utilização da terra, a alocação do trabalho e o uso de recursos naturais, e como estes elementos podem garantir ou não a continuidade de determinadas condições de existência e da propriedade produtiva no ciclo curto por mais de uma geração. Por outro lado, as pesquisas sobre reprodução no ciclo longo estão voltadas para a compreensão dos elementos envolvidos na perpetuação das famílias agrícolas, como os vínculos de parentesco, os casamentos, as transferências de patrimônio e a continuidade da propriedade familiar.

A estrutura produtiva da agricultura familiar que envolve família-produção-trabalho refletirá na forma como a família age econômica e socialmente no contexto em que está inserida, na forma como a unidade familiar atende as necessidades individuais, grupais e de produção, e na forma como o patrimônio familiar será transferido (WANDERLEY, 2001). Nesse sentido, os membros da família trabalham com a noção de saberes e valores capazes de sustentar a produção e reprodução das propriedades, por meio da sucessão, em que os filhos assumem o lugar dos pais (MATTE *et al.*, 2010).

Para que a reprodução social das famílias de agricultores aconteça faz-se necessário à manutenção da reprodução social criando e usando estratégias ou respostas tanto de ciclo curto como de ciclo longo. As pressões macroeconômicas (preços dos insumos agrícolas), as políticas agrícolas, a fragmentação do patrimônio e a ausência de sucessor podem inviabilizar a continuidade das unidades familiares domésticas. No ciclo longo, encontra-se a possibilidade de migração dos filhos, o controle da fecundidade, a exclusão de herdeiros legais, a possibilidade das famílias alcançarem uma dimensão corporativa ou surgir famílias-tronco (ALMEIDA, 1986; SPANEVELLO, 2008; MATTE *et al.*, 2010; MATTE; MACHADO, 2016).

A reprodução da agricultura familiar, tanto no ciclo curto como no ciclo longo, depende da capacidade de cada família fazer escolhas assertivas e desenvolver

estratégias aos desafios que surgem, de ordem interna e externa (questões sociais, econômicas, culturais, políticas, ambientais, etc.), visando manter e assegurar a transferência da propriedade familiar para as próximas gerações.

No atual cenário de mudanças agrárias o meio rural tem passado por intensas transformações sociais, culturais e tecnológicas, as quais têm interferido nas relações sociais da agricultura familiar. A aproximação com o meio urbano tem provocado novos fenômenos nos processos sociais no meio rural, surgindo a pluriatividade como estratégia de reprodução social (PANDOLFO, 2012).

Segundo Schneider (2009), a pluriatividade pode ser compreendida como o exercício de múltiplas atividades pelos membros que pertencem a uma mesma família. Assim, para que um grupo familiar agrícola seja considerado pluriativo, pelo menos um de seus membros deve exercer a combinação de atividade agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas. A combinação entre atividades agrícolas e não-agrícolas pode ser um recurso do grupo familiar para garantir a reprodução social do grupo ou/e pode também representar uma estratégia individual dos seus membros.

Dessa forma, a reprodução social não seria um ato de vontade individual ou do grupo familiar, e nem das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução social deriva do resultado do processo de intermediação entre os indivíduos pertencentes da unidade familiar, interagindo com o ambiente social do qual fazem parte. Nesse processo cabe ao grupo familiar e seus membros um papel ativo, pois suas estratégias, decisões e ações podem acarretar resultados favoráveis ou desfavoráveis para a continuidade da unidade de produção familiar através da reprodução social da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003).

3.4 SUCESSÃO GERACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

A reprodução social de longo prazo está relacionada ao processo sucessório na agricultura familiar, que consiste na transferência do controle e da gerência da propriedade para os filhos ou gerações seguintes (SPANVELLO, 2008). O processo sucessório é marcado pela transferência da gestão e do patrimônio entre gerações e a substituição das gerações mais velhas pelas gerações mais novas, resultando assim na formação de um novo agricultor (STROPASOLAS, 2011). Segundo Bourdieu (1962), a sucessão geracional possui um papel social definido, que é dar continuidade à exploração da propriedade familiar.

Strapasolas (2011) discorre que além da reprodução entre as gerações de um patrimônio material (a terra), o seguimento do processo sucessório na agricultura familiar envolve a transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural. Segundo Gasson e Errington (1993 ³ *apud* SPANEVELLO, 2008), a reprodução social de longo prazo, também designada de reprodução intergeracional, é um processo composto por três partes: a sucessão, a herança e a retirada ou aposentadoria dos pais.

Essas três fases são explicadas por Spanevello (2008), da seguinte forma: a sucessão abrange a transferência do controle, ou da gerência, sobre o uso do patrimônio familiar aos filhos sucessores, ou para as próximas gerações. A herança diz respeito à transferência legal do patrimônio (dos bens imóveis como a terra, equipamentos e maquinários agrícolas). Já a aposentadoria ou retirada dos pais, refere-se à substituição/retirada dos pais do trabalho e do comando da propriedade familiar. Nas palavras da autora:

A agricultura é uma ocupação que busca assegurar a continuidade do patrimônio da família através da transmissão aos seus descendentes. A lógica da sucessão baseia-se na necessidade de manter o patrimônio familiar representado pela terra. Para manter assegurada essa lógica, os agricultores buscam entre seus filhos um sucessor para o seu patrimônio. Nesse sentido, além de ter sucessor é preciso levar em conta o encaminhamento do estabelecimento aos filhos e a forma de transmissão do patrimônio (SPANEVELLO, 2008, p. 22).

Os processos sucessórios são distintos, dinâmicos e complexos, variando no tempo e espaço conforme os fenômenos implícitos e explícitos que permeiam o contexto do qual os sujeitos fazem parte. Para Gasson e Errington (1993³ *apud* SPANEVELLO, 2008), existiriam quatro modelos de sucessão: primeiro – o filho sucessor mora em uma propriedade separada dos pais, exerce sua própria forma de gestão e tomada de decisão de maneira independente. Também é financeiramente independente e assume a propriedade paterna quando os pais se aposentam. Segundo – o filho detém uma propriedade separada e tem suficiente autonomia nas atividades que executa (criação de gado, suínos, frangos, etc.). Aprende a desenvolver e/ou aprimorar as habilidades aprendidas com os pais, possui relativa independência financeira, permitindo a obtenção de algum capital próprio. Terceiro – o filho mora com os pais e trabalham em forma de parceria. Neste modelo o filho vai,

³ GASSON; ERRINGTON –A. **The farm family business**. Wallingford, Cab International, 1993.

gradualmente, aumentando sua responsabilidade na execução de algumas tarefas, como tomada de decisão em conjunto com os pais. Quarta – o filho mora com os pais, mas participa pouco das tomadas de decisões das tarefas da propriedade. O filho é visto como uma força de trabalho essencial na propriedade e assume como sucessor no caso da morte ou aposentadoria dos pais.

Esses modelos não são estáticos, pelo contrário são móveis e se inter-relacionam entre si, e elementos encontrados em determinado modelo, podem ser encontrados nos outros modelos. As características do contexto em que ocorrem os processos sucessórios podem ser implicadas pelo tempo e espaço, período histórico, questões econômicas, sociais, culturais, ambientais, políticas, além das questões singulares de cada ser humano e do grupo familiar.

Estudos realizados sobre sucessão agrícola entre as décadas de 1980-1990, analisados por Burton e Walford (2005), mostraram que os processos sucessórios passam por diferentes fases do ciclo de vida das famílias agrícolas, podendo ser divididos em quatro fases: fase inicial – os filhos dedicam tempo aos estudos e passam a trabalhar na propriedade sob a supervisão dos pais. Segunda fase – ocorre à intensificação do trabalho dos filhos na propriedade. Terceira fase – são delegadas responsabilidades técnicas e implementadas novos esquemas produtivos, aumentando a responsabilidade do filho dentro do grupo familiar. Quarta fase – quando os pais se aposentam e se retiram da gestão da propriedade, transferindo o patrimônio e a gestão para a geração seguinte.

O processo sucessório na agricultura familiar, na maioria das vezes, está relacionado como a figura paterna, em que o pai determina o momento e a forma da passagem do patrimônio, da gestão e tomadas de decisões da propriedade para a próxima geração. O processo de transição, até a passagem definitiva da gestão da propriedade, é definido mais pela vontade e disposição de trabalho do pai, do que as necessidades do sucessor e/ou as exigências econômicas relacionadas com o desenvolvimento da propriedade (MELLO *et al.*, 2003).

O processo de sucessão é marcado pela escolha de um único sucessor pelos pais ou de um filho por propriedade, ocasionando a exclusão dos demais possíveis sucessores como meio de garantir a continuidade da propriedade familiar. A escolha da sucessão geralmente é realizada pela autoridade paterna, em que o pai define o sucessor e encaminha profissionalmente os demais filhos. A garantia de um sucessor possibilita o prosseguimento do projeto coletivo familiar, da reprodução

social da profissão, da propriedade e do nome da família. Além disso, a garantia de um sucessor significa que haverá alguém para amparar e cuidar dos pais na velhice (SPANEVERELLO, 2008; MATTE *et al.*, 2010; MATTE; MACHADO, 2016).

A socialização entre pais e filhos durante o trabalho no estabelecimento familiar pode ser considerada como a preparação para a geração futura trabalhar com a propriedade. Na agricultura familiar a transmissão de conhecimentos para o trabalho agropecuário ocorre por lenta introdução e trata-se de ensinar o que se sabe através do próprio conhecimento e das experiências e vivências cotidianas com o trabalho agropecuário. Além disso, a transmissão de conhecimentos entre gêneros é distinta, baseada na divisão entre trabalho de homem e trabalho de mulher (SPANEVERELLO, 2008).

O exercício profissional da agricultura familiar envolve as novas gerações no aprendizado do ofício de agricultor e na gestão de um patrimônio imobilizado em terras e capital. O capital apresenta um duplo conteúdo social: ele representa a base material de um negócio mercantil, e também representa a manutenção da organização da vida familiar. Estes fatores acabam permeando os conflitos geracionais sucessórios na agricultura familiar, que vão surgir na relação direta de uma geração para a outra (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

Os meios de transmissão do patrimônio são dinâmicos, atravessados pelo contexto histórico, econômico, geográfico e social (BIANCHINI, 2010). Conforme Woortmann (1995), o processo sucessório das unidades agrícolas familiares e os sistemas de herança seguiam os seguintes modelos: o modelo da primogenitura (o filho mais velho é o herdeiro); a ultimogenitura (o filho mais novo é o herdeiro), podendo ocorrer também, a unigenitura (a indivisão da propriedade) ou a partilha igualitária da propriedade).

Para Muton *et al* (1992 ⁴ *apud* ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p.28), a reprodução social da agricultura familiar está relacionada com a “ética da continuidade”, sendo necessário que se cumpra dois objetivos contraditórios: evitar a fragmentação do patrimônio fundiário, o que poderia inviabilizar a unidade de produção, e garantir a acomodação de outros membros através da ampliação da fronteira agrícola.

Para atingir este duplo objetivo desenvolveu-se quatro estratégias:

⁴ Muton *et al.* Uneven agrarian development and the social relations of farm households. In: BOWLER, et al. **Contemporary rural systems in transition**. Wallingford: Cab Internacional, v. I, p. 61-63, 1992.

- a) a instituição do minorato ou ultimogenitura, sendo a terra paterna transferida ao filho mais novo, cabendo o cuidado aos pais na velhice;
- b) o esforço contínuo para prover os filhos mais velhos dos meios que permitam sua reprodução como agricultores;
- c) a valorização das atividades agrícolas como meio de valoração da vida adulta; e
- d) pela mobilidade espacial e o mercado dinâmico de terras entre os agricultores familiares (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

O objetivo principal das unidades de agricultores familiares era garantir que a maioria dos filhos pudesse reproduzir a condição social de agricultor. Enquanto a sucessão não se concretizava a unidade produtora, provia sustentação para a aquisição de novos lotes de terra para apoiar os irmãos mais velhos. Ao mesmo tempo em que o filho mais novo trabalhava com os pais, estava na prática, ajudando os irmãos mais velhos a adquirirem terras em outros lugares, geralmente em regiões de fronteira (ABRAMOVAY, *et al.*, 1998).

Outro modelo, bastante praticado de transmissão do patrimônio e reprodução social da agricultura familiar é o da primogenitura. A primogenitura consiste na transferência do patrimônio para o filho mais velho, e do suporte econômico para os demais filhos, seja por meio de dote para as filhas mulheres, ou no investimento na formação profissional para os demais filhos não agricultores como um meio indireto de compensação (GASSON; ERRINGTON, 1993⁵ *apud* ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

O padrão sucessório da agricultura familiar até o final da década de 1960 foi marcado pelo predomínio do minorato. A partir da década de 1970 ocorre um rearranjo sistemático padrão de desenvolvimento agrícola, com a incorporação dos aparatos de modernização e tecnologização oriundos da Revolução Verde. Essas significativas transformações fizeram com que final da década de 1980 e início da década de 1990 o padrão sucessório não era mais baseado na permanência dos filhos mais novos no campo, mas sua saída para a realização de atividades urbanas, sendo os filhos mais velhos responsáveis pela manutenção e perpetuação da propriedade familiar e/ou outros acordos realizados pelo grupo familiar (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; KUMMER; VANNINI, 2020).

⁵ GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford, Cab International, 1993.

3.5 CONCEITUANDO JUVENTUDE RURAL

A palavra juventude abrange distintos significados de acordo com o contexto histórico, social, econômico, político e cultural vigente. No entanto, o significado mais usualmente encontrado é o que define a juventude como uma “fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, um momento de preparação para um ‘devir’” (SILVA; SILVA, 2011, p. 664).

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) a juventude é uma categoria sociológica que representa um momento de preparação de sujeitos – jovens – para assumirem o papel de adulto na sociedade e abrange o período dos 15 aos 24 anos de idade (SILVA; SILVA, 2011). No Brasil o Estatuto da Juventude instituído pela Lei Nº 12.852 de 2013 considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL, 2013). O Brasil segue o padrão da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), para classificar a faixa etária das pessoas jovens (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

Entretanto, mesmo classificando os jovens pela faixa etária, a juventude possui características distintas conforme o contexto em que os jovens estão inseridos. Por isso, a literatura tem utilizado a palavra juventude no plural. O termo “juventudes” reconhece a importância de considerar que os jovens constituem identidade e singularidades conforme a realidade de cada um (SILVA; SILVA, 2011).

O caráter plural e heterogêneo do termo juventude pode ser analisado por diferentes abordagens, como a faixa etária, o ciclo de vida, a geração, a cultura ou modo de vida e a representação social (WEISHEIMER, 2005). Segundo Strapasolas (2006, p. 180), a categoria juventude “unifica simbolicamente um grupo que é composto diversamente, que encobre realidades socialmente diversificadas”.

As juventudes são marcadas por diversos fatores que permeiam a sociedade em que estão inseridos, como pelo período histórico, pela discriminação, pelas desigualdades sociais, econômicas, culturais e educacionais, pelos sistemas hierárquicos, entre outros fatores internos e externos que constituem o caráter jovem, pois ao mesmo tempo em que a juventudes é uma condição social ela também é uma representação (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

Segundo Weisheimer (2005), as representações sociais transmitem a ideia de que a juventude é um processo de transição que sinaliza a passagem de uma

condição social da dependência (infância) para de independência (adulta). Os jovens estariam sujeitos à inferência de diversos papéis sociais ou funções socialmente impostas pelos processos de socialização, sendo que a alternância desses papéis sociais garante a reprodução ou a continuidade social.

Os jovens considerados sob o termo “juventude rural” apresentam características diversificadas. São mulheres e homens entre 15 e 29 anos de idades, oriundos da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, ribeirinhos, extrativistas, entre outros (CONTAG, 2018). São classificados como jovens do campo, das florestas e das águas, que segundo o IBGE (2010) somam oito milhões de pessoas o que representa 27% da população rural brasileira.

Carneiro (2007) discorrem que a juventude rural apresenta uma dupla dinâmica social. A dinâmica territorial que envolve a família (casa), a vizinhança (comunidade local) e a cidade (mundo urbano-industrial) e, a dinâmica temporal que está relacionada ao passado (tradições familiares) que influencia as práticas e estratégias no presente que se refletirá no futuro. Essas dinâmicas se inter-relacionam e permeiam os espaços de vida e dão conteúdo e sustentação para as experiências dos jovens rurais à sua inserção na sociedade.

Muitas vezes a definição do que é ser jovem está perpassada pelas características do jovem urbano, levando a descaracterização do que seria o jovem rural, homogeneizando a categoria de jovem sem deixar espaço para a diversidade do que seria ser jovem. Por meio da construção de uma identidade do que seja o jovem rural fica mais claro reconhecer as demandas a serem trabalhadas pelas políticas públicas para esse público, além de conseguirem se sentirem inseridos em uma comunidade que acolha suas inquietações, afinidades e reafirmarem sua identidade como trabalhador camponês, agricultor familiar, pescador artesanal, trabalhador de comunidades tradicionais, entre outros (WEISHEIMER, 2004).

O jovem no meio rural pode ser compreendido como [...] um aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão do trabalho na unidade familiar (TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 795). Essa característica pode justificar a invisibilidade e/ou a falta de estudos e definição conceitual desses atores sociais. São jovens que precisam lidar cotidianamente com a invisibilidade da juventude nos espaços decisórios do rural (família, associações, cooperativas, sindicatos, colegiados territoriais, movimentos sociais, entre outros) e que

geralmente são submissos a relações de poder patriarcais e machistas, com consequências negativas principalmente sobre as jovens mulheres rurais e os jovens LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgênero).

O campo da juventude rural também precisa disputar espaço e pautas com o campo da juventude urbana, lutando para superar a visão preconceituosa que identifica o rural como atrasado, residual e sem perspectivas de progresso. São jovens lutando contra a invisibilidade e pelo reconhecimento de seus direitos no campo das juventudes e na sociedade como todo (CONTAG, 2018).

3.6 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é estudada pela Psicologia Social, que é transpassada pelas Ciências Psicológicas e as Ciências Sociais. Ela surge a partir de uma perspectiva sociopsicológica, atravessada pela distinção entre representações individuais e coletivas propostas por Durkheim, que para conseguir estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma, propôs a separação entre os dois fenômenos, em que as representações individuais deveriam ser estudadas pelo campo da psicologia, enquanto as representações coletivas deveriam ser objeto de estudo da sociologia (MOSCOVICI, 2007).

Enquanto Durkheim entendia as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, abrangendo uma classe geral de ideias e crenças, como: ciência, mito, religião, tradição, entre outros, Moscovici procurou investigar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas. Para este autor, o fenômeno das representações está conectado com os processos sociais implicados nas diferenças de compreensão dos elementos sociais nas sociedades, por este motivo Moscovici preferiu a nomenclatura “social” a “coletivo” (MOSCOVICI, 2007).

As representações sociais precisam ser observadas como um meio específico de entender e comunicar o que já sabemos. Toda representação possui duas faces: uma icônica e outra simbólica. Sabe-se que representação refere-se à imagem e significação, em que uma representação irá igualar a imagem a uma ideia, e a ideia a uma imagem. Assim sendo, o objetivo da representação é abstrair sentido dos fatos que ocorrem no meio social, de forma que estes se tornem significativos para os sujeitos que os vivenciam (MOSCOVICI, 2007).

As representações sociais podem ser consideradas como produtos da interação entre pessoas e grupos no transcurso da comunicação e não são criadas por uma única pessoa isolada, sendo que sem a representação não haveria comunicação. Assim que produzidas adquirem vida própria, circulam, interagem, se encontram, se inter-relacionam, se atraem, se repelem, proporcionando o surgimento de novas representações e o desaparecimento das velhas representações (MOSCOVICI, 2007; JODELET, 2001). Nesse sentido, representações são produtos que conseguiram uma estabilidade, por meio da transformação de um produto anterior. A partir disso, Moscovici define uma representação social como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará as pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 1976/2007, p. 21).

As representações sociais são criadas internamente pelos sujeitos, nascem do processo coletivo, determinando o pensamento individual, pois são produtos de nossas comunicações e ações no campo social. No processo evolutivo da sociedade as profissões/ofícios são canais de criação, desconstrução, recriação e transmissão das representações sociais que estão atravessadas em diferentes contextos e campos dos conhecimentos, como: da ciência, da cultura, da tradição, da religião, da política, do senso comum, etc. (MOSCOVICI, 2007).

Para Jodelet (2001, p.8), a representação social é: [...] uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. São fenômenos dinâmicos e complexos que transitam nos discursos, transmitidos por palavras, mensagens e imagens midiáticas, consolidadas em condutas e organizações materiais e espaciais ativados em ações na vida social. Elas ajudam a nomear, a definir, a interpretar, a posicionar e a tomar as decisões frente a diversos aspectos da realidade (JODELET, 2001).

Moscovici (2007) destaca que as representações sociais são construções dinâmicas constituídas de diversificados elementos socialmente elaborados e compartilhados entre os sujeitos no meio social, que vão desde período histórico,

conhecimentos, informações, crenças, tradições, normas, valores, atitudes e imagens até aspectos ideológicos culturais e políticos que constituem e caracterizam a sociedade moderna.

As representações são construções coletivas contextualizadas de determinados grupos sociais, que estão implicadas com os processos de constituição simbólica na construção da identidade social, por meio das relações, interações e comunicações que ocorrem no meio social. Como se verifica na seguinte citação:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. As representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

Dessa forma, as representações sociais são fenômenos (atitudes, códigos, valores, ideias, crenças, condutas, práticas, etc.) que proporcionam aos sujeitos organizarem-se, orientarem-se e comunicarem-se em seu mundo material e social, classificando e nomeando os diversificados elementos que permeiam a realidade individual e coletiva. No entanto, o estudo das representações sociais tem por objetivo “descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade” (MOSCOVICI, 2007, p. 79).

Partindo dessa premissa, infere-se que o estudo em representações sociais contribui para a compreensão de uma variedade de fenômenos sociais, tais como: entendimento público da ciência, ideias populares sobre saúde/doença, desenvolvimento da identidade de gênero, identidade profissional, entre outras. Investiga-se o conteúdo implícito e explícito das representações sociais, analisando a função que essas representações têm no meio social e cognitivo dos sujeitos, e quais processos sociais e psicológicos promovem o desenvolvimento dessas representações (MOSCOVICI, 2007; JODELET, 2001).

3.7 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O MEIO RURAL E A PROFISSÃO DE AGRICULTOR

O território rural pode ser compreendido como um sistema social no qual os trabalhadores rurais interagem de forma integrada compartilhando objetivos, metas e valores construídos de acordo com as situações ali vivenciadas. O trabalho pode ser então compreendido como um conjunto de atividades e funções realizadas individualmente ou em conjunto, que envolvem diversos elementos para a sua realização, criando sentidos e significados diferentes para cada trabalhador (TOLFO; PICCININI, 2007).

As representações sociais podem estar ligadas às relações interpessoais que os trabalhadores desenvolvem no seu ambiente de trabalho. É através das relações interpessoais entre os sujeitos que as representações sociais surgem e estimulam a criação de símbolos, que são fragmentos da realidade social criados pelas atividades desenvolvidas pelo sujeito, dando sentido, formando e transformando o contexto em que está inserido (JOVCHELOVITCH, 2000, 2002).

As representações sociais referentes ao meio rural expressam a percepção e a compreensão dos sujeitos rurais sobre os espaços e as características que permeiam o campo, expressando as vantagens e desvantagens que atravessam o meio rural (GOMES *et al.*, 2019). Segundo Pereira (2004), as representações sociais do meio rural são transpassadas pelas imagens comparativas entre o rural e o urbano que norteiam os diferentes significados que os sujeitos atribuem ao rural. Martinello (2010) destaca que para os rurais o campo é visto como um espaço social, permeado de significados construídos e compartilhados oriundos das experiências, vivências e valores construídos ao longo do tempo e espaço.

Estudos realizados sobre representações sociais do rural constataram percepções opostas em relação ao mundo rural quando comparadas ao mundo urbano. Por um lado, os sujeitos rurais relacionam a imagem do rural com um ambiente que proporciona uma vida simples, tranquila, harmoniosa, ligada à família, a comunidade e à natureza. Em oposição verificou-se o rural como um meio atrasado, longe, de difícil acesso aos meios de comunicação (internet, telefonia, rádio, televisão), com estreadas em condições precárias. No que se refere ao trabalho consideram penoso, contínuo, sem férias e outros direitos sociais e de baixo retorno financeiro. Identificam também dificuldades de produção e

comercialização dos produtos agrícolas. Estes aspectos negativos contrapõem-se com a amplitude de oportunidades que o meio urbano disponibiliza de ocupação, remuneração, lazer, estudo, comunicação, etc. (RAY, 2006; BONOMO *et al.*, 2013; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2014, 2015).

Rye (2006) realizou um importante estudo acerca das imagens do rural de jovens noruegueses que viviam no meio rural. Os resultados demonstraram a predominância de uma representação social que relaciona duas fortes imagens do rural: a ideia de idílio e a do tédio. Na compreensão do autor, tais imagens não seriam propriamente contraditórias entre si, mas sim, complementares.

A ideia de idílio remete uma visão favorável e valorizada do rural. A vida no campo seria percebida como sendo 'mais natural do que a vida nas cidades'. As pessoas que vivem no meio rural detêm um sentimento de comunidade mais forte, por isso estariam mais próximas umas das outras. Outros elementos que corroboram com a ideia de idílio seria a tranquilidade, a calma, a simplicidade, a segurança, o contato com a natureza e a saúde que a vida no meio rural proporcionaria, em oposição à agitação, a inquietação, a insegurança e a falta de proximidade entre as pessoas que a vida urbana oferece. Todos esses aspectos em conjunto são representados na ideia de idílio rural ou 'a concepção do campo como local para a boa vida' (RYE, 2006, p. 411).

Por outro lado, temos a ideia de tédio e uma visão mais desfavorável e desvalorizada do rural. A imagem desfavorável do meio rural é mais expressada pelos jovens, especialmente pelo sexo feminino. A característica 'todo mundo conhece todo mundo' seria mais um ponto negativo que positivo (RYE, 2006, p. 411).

O rural seria mais pacato, chato e entediante quando comparado com as cidades que seriam mais energéticas e vibrantes. A imagem de tédio do meio rural é corroborada pelos jovens que percebem as comunidades rurais como tradicionais, subdesenvolvidas, atrasadas, antiquadas, sem oportunidades, justificando a saída do jovem do campo em busca de estudo formal para ampliar o leque de oportunidades profissionais (RYE, 2006).

Estudos realizados sobre representações sociais do meio rural realizados com jovens e adultos rurais em diferentes regiões do Brasil apresentaram resultados parecidos entre si, com a presença de peculiaridades locais e regionais, além de corroborarem com as ideias de idílio e tédio rural de Rey (2006).

Nos estudos de Sacco dos Anjos e Caldas (2014, 2015) e Gomes *et al.* (2019) que tratou das representações sociais do meio rural, verificou-se que a imagem do meio rural, por parte dos participantes, estava relacionada com a noção de idílio rural ligada à família, à vida simples, tranquila, harmoniosa, ao ambiente natural, a biodiversidade, a belas paisagens, a preservação ambiental, ao patrimônio cultural (festas, rotas turísticas, artigos artesanais), aos produtos agroalimentares tradicionais que promovem a saúde. Com a outra parte dos participantes, observou-se que a imagem do meio rural estava relacionada com a noção de tédio rural relacionada com o arcaico, não desenvolvido, com o tradicional/conservador, infraestrutura baixa (estradas ruins, lugares distantes dos centros educacionais e de saúde, dificuldade de acesso à telefonia móvel, internet, escassez de atividades ligadas ao lazer, festas, esportes, cultura, etc.), sem oportunidades profissionais, trabalho manual, braçal, pesado, penoso, baixo retorno financeiro, dificuldade de produção e comercialização dos produtos agrícolas.

Um aspecto interessante que surgiu nos estudos realizados foi referente à educação. O acesso maior a escola fez com que os jovens rurais se sentissem integrantes da vida urbana, independente da escola estar situada no campo ou na cidade, pois a natureza dos conteúdos pedagógicos e programáticos acaba exaltando os valores da “urbanidade” em detrimento à importância da profissão de agricultor, como produtor de alimentos ou detentor de um saber-fazer, além da supervalorização do ambiente urbano em detrimento das belezas naturais do meio rural enquanto espaço de vida e de trabalho (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2015; GOMES *et al.*, 2019).

Denota-se que as representações sociais da população rural acerca da escolarização, para eles, oportunizam alcançar melhores postos de trabalho fora do meio rural. Rambaud⁶ (1973 apud GOMES *et al.*, 2019, p.67) “já havia percebido que os rurais viam a escola como a instituição que lhes possibilitaria alcançar um futuro melhor, ou seja, como parte integrante das suas vidas, principalmente, no que dizia respeito às novas gerações”.

Sacco dos Anjos e Caldas (2015) partem do entendimento que a educação rural historicamente reproduziu o sistema de valores incumbidos na dinâmica de formação escolar básica dos jovens. A profissão/ocupação de agricultor é vista,

⁶ RAMBAUD, P. **Société Rurale et Urbanisation**. 2^a ed. Paris: Ed. du Seul, 1973.

ainda hoje, como contraditório a uma formação educacional que ultrapasse os primeiros quatro anos do ensino fundamental. Como discorre Camarano e Abramovay (1999, p. 14) se reconhece a ocupação de agricultor como destinado àqueles em que “la cabeza no le dá para más”.

O ponto principal é que hoje com a facilitação e ampliação dos fatores estruturas, tais como a propagação do automóvel, dos meios de comunicação e com a política de escolarização universal, os jovens rurais não almejam mais unicamente a mesma ocupação dos pais. Esses fatores ocasionaram o estreitamento das relações com meio urbano e colaboraram com a construção de uma visão desfavorável do meio rural (SPANEVERELLO, 2008). Embora a atividade agropecuária seja uma opção aberta para pessoas de origens sociais variadas (rural ou urbana), a entrada na agricultura continua sendo, em grande parte, das pessoas oriundas do próprio meio rural, por meio da endoreprodução, ou seja, as novas gerações de agricultores são geralmente provenientes de famílias rurais (SPANEVERELLO, 2005).

Percebe-se, que as representações sociais relativas ao meio rural e ao que é ser agricultor, estão permeadas pelos fenômenos implícitos e explícitos que se inter-relacionam com o urbano e rural. Dessa forma, o campo inter-relacional é transpassado pelo simbólico e pela coexistência de diferentes imagens, percepções, representações ambas relacionadas do meio rural e dos atores que estão inseridos nele.

3.8 NOVAS DINÂMICAS NA REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

O período entre a década de 1960 e 1980 do século XX é caracterizado pela modernização conservadora da agricultura com a introdução de máquinas, equipamentos e insumos químicos, ocasionando a liberação de um grande contingente de mão de obra, causando o êxodo rural (BIANCHINI, 2010). A aproximação entre o espaço urbano e o espaço rural provocado pela abertura social, econômica e cultural do meio rural, provocado pela modernização da agricultura, através da difusão do automóvel, dos meios de comunicação e da política de escolarização, promoveram o estreitamento dos modos de vida rural com o urbano, gerando uma visão desfavorável do meio rural entre os jovens rurais (BIANCHINI, 2010; SPANEVERELLO, 2008).

Estas transformações, seguidas pela globalização introduziram os agricultores em um modelo de agricultura direcionado aos mercados globais, dependentes da indústria de insumos químicos, agrotóxicos, sementes, máquinas e equipamentos modernos para produzir e comercializar sua produção. Tornando os agricultores reféns da lógica produtiva dos mercados, gerando uma série de externalidades ambientais, sociais e econômicas que causaram a seleção, concentração e exclusão de muitas famílias agrícolas do processo produtivo (BIANCHINI, 2010).

Carneiro (2001), destaca que as transformações ocasionadas pela modernização da agricultura interferiram nas relações familiares, instituindo uma ameaça para a reprodução da agricultura familiar, uma vez que os valores familiares são contestados em detrimento dos interesses individuais. De acordo com Champagne (1986) o estreitamento entre o espaço rural com o espaço urbano destituiu a crença de que os filhos dos agricultores não teriam profissão melhor do que ser agricultor, abrindo novas possibilidades profissionais com a ampliação da escolarização para o meio rural.

A partir destas constatações é que surge o fenômeno da crise sucessória: “é quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade (ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p. 36). Segundo Silvestro *et al.* (2001) a agricultura familiar da região Sul passou a sofrer uma dupla ruptura, uma no campo econômico e outra no campo social, desencadeando uma crise na reprodução social da agricultura familiar.

A falta de sucessores nas unidades familiares da agricultura familiar é uma realidade que gera incerteza do futuro da agricultura familiar do país Abramovay *et al.* (1998) têm chamado este processo de crise de reprodução social na agricultura familiar. De acordo com este autor os padrões sucessórios têm sido alterados e, em paralelo, as condições e possibilidades econômicas que o mundo rural oferece não têm garantido a permanência da juventude rural nas propriedades rurais.

A população rural brasileira teve seu máximo em 1970 e desde então vem sofrendo com o declínio relativo e absoluto. Esse declínio é marcado por duas características significativas: a migração feminina e a migração dos jovens, cada vez mais os jovens de ambos os gêneros têm deixado o campo, para exercerem diferentes ocupações no meio urbano (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Até meados da década de 1970, o processo de sucessão geracional na agricultura familiar era determinado principalmente pela tradição cultural independente das condições econômicas. Esse modelo de sucessão marcado pela primogenitura ou ultimogenitura (minorato) acabava deixando uma parte da família fora do processo sucessório, recaindo principalmente na exclusão das filhas mulheres. Nessa época a produção era voltada mais para o consumo interno da unidade familiar do que necessariamente para o mercado, o trabalho agropecuário era mais braçal, com incipiente modernização, sendo a ajuda dos filhos necessária para o sustento da família, dos investimentos na propriedade (KISCHENER, *et al.* 2015; KUMMER; VANNINI, 2020).

As relações interpessoais de comunidade e o sentido identitário eram mais fortes e duradouros, perpassando de geração para geração, sendo a máxima reproduzida: “filho de agricultor é agricultor” (ABRAMOVAY, *et al.* 1998, p. 33). O ofício de agricultor era passado de pai para filho durante os afazeres e práticas diárias realizadas na propriedade agrícola familiar (KISCHENER, *et al.* 2015).

Segundo com Kummer e Vannini (2020, p.9): “o patrimônio familiar é não apenas um elemento de valor monetário, mas um atributo simbólico”, o que significa que a sucessão é ordenada também por memórias e vínculos afetivos que permeiam o lugar e a família. O processo de sucessão não envolve somente a questão econômica, sobre quem ficará com o patrimônio ou sua partilha, mas desperta diferentes fenômenos simbólicos de poder, de prestígio e de valorização social que conduz a reprodução da vida humana (KUMMER; VANNINI, 2020).

Estudos recentes sobre o tema mostram que a força da tradição e do compromisso tem sido enfraquecida e que as perspectivas de que as propriedades agropecuárias familiares tenham sucessores estão inter-relacionadas cada vez mais com as condições externas, tanto econômicas como sociais.

Weisheimer (2011, p. 189), constatou que os projetos profissionais dos jovens do meio rural “é marcada por uma baixa autonomia material e uma distribuição desigual de recursos entre os sexos e as idades”, podendo as condições materiais e os processos de socialização influenciar na tomada de decisão dos jovens rurais quanto à permanência ou não no meio rural. Desta forma, o meio de vida baseado na expansão do mercado influencia diretamente as transformações e reestruturações do processo de sucessão do meio rural (KISCHENER, *et al.* 2015).

Estudos realizados na Europa mostraram que o desinteresse dos jovens pelas atividades agropecuárias está relacionado com a infraestrutura econômica da propriedade. Quanto mais precárias forem as expectativas econômicas das propriedades familiares, maior é o desinteresse por parte dos jovens na continuidade da propriedade familiar (GASSON; ERRINGONT, 1993⁷ *apud* ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

Pesquisas realizadas na região Sul do Brasil apresentaram resultados semelhantes dos encontrados na Europa, Abramovay *et al.* (1998), destaca que é grande a possibilidade de sucessão entre os filhos de agricultores consolidados economicamente. Porém, entre os filhos de agricultores em transição, e em exclusão, a possibilidade de sucessão se torna remota pelas questões econômicas e de infraestrutura.

Estudos realizados sobre representações sociais do rural constataram percepções opostas em relação ao mundo rural quando comparadas ao mundo urbano. De um lado os sujeitos rurais relacionam a imagem do campo com um ambiente que proporciona uma vida simples, tranquila, harmoniosa, ligada à família, a comunidade e a natureza, contrapondo-se com a vida agitada na cidade. Em oposição, percebem o rural como um meio atrasado e de difícil acesso aos meios de comunicação (internet, telefonia, rádio, televisão), e o trabalho na agricultura como sofrido, penoso, com poucos direitos sociais e com baixo retorno financeiro, fatores que se opõem as melhores oportunidades que o meio urbano oferece em termos de ocupação, de lazer, de estudo e de comunicação, etc. (RAY, 2006; BONOMO *et al.*, 2013; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2014, 2015).

O espaço rural a partir da intensificação do estreitamento entre o meio rural e o meio urbano tem se tornado um espaço diversificado, em que convivem indústrias, vias de comunicação, serviços e distintos tipos de residências ao lado dos estabelecimentos agropecuários, a presença destes diversos artefatos sociais urbanos no meio rural pode ser fator de dinamismo ou fonte de conflito (WANDERLEY, 2000). A abertura do mundo rural ao mundo globalizado capitalista vem gerando modificações nas escolhas profissionais dos agricultores familiares, principalmente entre as filhas mulheres e os filhos não herdeiros, pela posição que

⁷ GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford, Cab International, 1993.

ocupam na lógica reprodutiva e nos projetos familiares, tornando-os mais suscetíveis em sair do campo rumo à cidade (CHAMPAGNE, 2002).

A dificuldade na sucessão geracional na agricultura familiar ocorre principalmente devido a dificuldade de reprodução das condições econômicas, mas também, está associado à dificuldade de reprodução da identidade de agricultor familiar, ocasionada pela rejeição do mundo rural, e a tudo que está associado a ele, como modo de falar, de vestir, das tradições, enfim de seus bens simbólicos.

4 O TRABALHO NA AGRICULTURA, A VIDA NO MEIO RURAL E OS PLANOS FUTUROS DE RAPAZES E MOÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos durante o trabalho de campo. Tem como objetivo apresentar os dados coletados em entrevistas realizadas com 30 jovens rurais do município de Antônio Prado/RS, e algumas análises e interpretações. A organização dos resultados obedece ao organograma apresentado na Figura 1, Campos de representações sociais utilizados na pesquisa de campo, no item 1.5.4.

Iniciamos mostrando a caracterização das famílias e das unidades de produção familiar (UPF), passando posteriormente para a análise das representações sociais dos jovens e das famílias sobre a profissão de agricultor ou agricultora, representação dos jovens sobre o meio rural, finalizando com a análise das perspectivas de sucessão geracional das unidades de produção familiar.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Nesta seção são apresentadas as análises sobre o grupo familiar e a unidade de produção familiar (UPF), tais como número membros nas famílias, idade, escolaridade, área e condição de posse, mão de obra, tipos de atividades agropecuárias e tipos de investimentos realizados nas unidades de produção familiar (segundo o relato dos jovens rurais participantes).

A Tabela 2, a seguir, mostra o número de membros na família dos jovens analisados. Observa-se uma grande variação no número de membros nas famílias, que variam de um a oito membros. Observa-se, no entanto que apesar desta grande variação, a maioria dos grupos familiares (15 grupos familiares, entre os 30 grupos) é composta por quatro pessoas.

Tabela 2 - Número de membros nas UPF pesquisadas

Número de famílias	Pessoas por família
15	4
6	5
5	3
2	8
1	7
1	2

Fonte: Autora.

Os dados apresentados demonstram uma possível redução do número de filhos pelos grupos familiares rurais. Durante o século XX, até por volta da década de 1960, o grupo familiar rural, principalmente dos grupos étnicos alemães e italianos, eram marcados por numerosos membros, pois ter mais filhos significava ter mais mão de obra na família para trabalhar na unidade de produção familiar (CARNEIRO, 2001). Recentemente a família rural vem se modificando, sendo possível notar uma redução do número de filhos nas famílias e o conseqüente envelhecimento da população rural (MAIA; SAKAMOTO, 2014).

Na Tabela 3 são apresentadas informações sobre gênero e faixa etária. Algumas percepções que podemos afirmar: que as faixas etárias com maior número de pessoas são as faixas de 15 a 29 anos e de 45 a 60 anos; que grande parte dos membros das famílias encontra-se em idade ativa para o trabalho e que há uma razoável presença de jovens nas famílias analisadas.

Comparando mulheres com homens pode-se ver que nas faixas etárias com maior número de membros (15 a 29 e 45 a 60 anos) há um maior número de homens do que de mulheres nas famílias.

Tabela 3 - Número de pessoas e média por gênero de cada faixa etária nas UPF pesquisadas

Faixa Etária	Mulheres		Homens	
	Nº pessoas	Média	Nº pessoas	Média
Até 14 anos	4	8,2	6	8,8
15 a 29 anos	19	20,5	29	22,2
30 a 44 anos	5	40,6	2	32
45 a 60 anos	23	51,2	27	54,4
Mais de 60 anos	10	77,3	6	67,1
Total	61	42,9	70	37,5

Fonte: Autora.

Percebe-se que os dados apresentados na Tabela 3 corroboram com os dados apresentados pela literatura em que o maior número de pessoas no meio rural é do gênero masculino (neste caso 70 pessoas), sendo também os homens o maior número de indivíduos nas faixas etárias de 15 a 29 anos e a de 45 a 60 anos.

Observa-se também que o maior número de pessoas com mais de 60 anos é do gênero feminino (dez pessoas), corroborando com as pesquisas que mostram que as mulheres geralmente vivem aproximadamente sete anos a mais que os homens (IBGE, 2020).

Entre as décadas de 1960 e 1980 houve uma grande migração da população rural para os centros urbanos. Estima-se que aproximadamente 27 milhões de brasileiros migraram e esse contingente foi marcado principalmente pela saída dos jovens (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999) A saída das moças foi mais intensa do que dos rapazes, marcado por um êxodo rural seletivo, incitando o surgimento dos fenômenos do envelhecimento e masculinização do meio rural, prejudicando a reprodução social da agricultura familiar (DREBES; SPANEVELLO, 2017).

Em questão de faixa etária, a diminuição mais significativa é entre a população rural jovem. No ano de 2010 os jovens representavam 15% da população rural. Contudo, a população idosa rural (pessoas acima de 60 anos) em 2010 cresceu 10% (SPAVENELLO *et al.*, 2017). Segundo o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 70% dos produtores rurais gaúchos tinham naquele período acima de 45 anos de idade, e quase 50% deles estão acima dos 50 anos, caracterizando os novos arranjos da agricultura familiar marcada pelo envelhecimento de sua população (IBGE, 2017).

Na Tabela 4, a seguir, mostra a relação entre gênero e escolaridade. Observa-se um alto índice de pessoas com o ensino fundamental incompleto (65 pessoas) que é caracterizado pelos pais dos jovens pesquisados. Em comparação a esse índice percebe-se o aumento, entre os entrevistados, de pessoas com o ensino médio completo (27 pessoas) que é caracterizado pelos jovens pesquisados. Entre os entrevistados seis cursam ensino técnico e oito cursam o ensino superior, na maioria mulheres.

Tabela 4 - Número de pessoas por gênero e escolarização nas UPF pesquisadas

Escolarização	Mulheres	Homens
Não alfabetizada	6	0
Ensino fundamental incompleto	30	35
Ensino fundamental completo	2	2
Ensino médio incompleto	6	4
Ensino médio completo	7	20
Ensino técnico	4	2
Ensino superior incompleto	5	3
Ensino superior completo	0	1

Fonte: Autora.

A escolarização tem passado por constantes e significativas mudanças entre a população rural. No passado a educação não era prioridade das famílias rurais, pois se difundia a crença de que para trabalhar com a agricultura não seria preciso da educação formal (KIYOTA; PERONDI, 2014). Segundo Arlene Renk (2000¹ *apud* BIANCHINI, 2010, p. 57) para as famílias rurais o “estudo não enche barriga”, sendo que o jovem que se dedicava aos estudos estava direcionado para a carreira religiosa.

Mais recentemente, a educação se torna um meio de inclusão dos agricultores familiares às transformações sociais, econômicas, culturais e estruturais por qual o mundo rural vem passando constantemente. Todas essas mudanças exigem conhecimentos que podem ser acessadas com a escolarização (BIANCHINI, 2010).

Os dados apresentados na Tabela 4, sobre escolarização, demonstram que as famílias rurais, na amostra pesquisada, estão investindo e incentivando os filhos a estudarem, principalmente até a conclusão do ensino médio. O investimento no capital humano proporciona maiores possibilidades de diversificar a renda, ajudando a melhorar a qualidade da produção e a minimizar os riscos, por meio do desenvolvimento de estratégias mais rentáveis e seguras, agregando valor aos produtos, encurtando as cadeias de comercialização e fortalecendo as rendas não-agrícolas, proporcionando segurança para as famílias agricultoras (KIYOTA; PERONDI, 2014).

Quanto à mão de obra utilizada nas unidades de produção das famílias analisadas, pode-se ver no quadro a seguir (Tabela 5) que a maior parte da mão de obra é familiar. Observa-se que existem 14 UPFs que são compostas de uma a três pessoas, e 16 UPFs que são formadas de quatro a cinco pessoas. As contratações de mão de obra ocorrem somente em três famílias que contratam entre uma a três pessoas. Por fim, na categoria mão de obra diarista, observa-se que dez UPFs contam com o trabalho de quatro a cinco pessoas diaristas e uma UPF conta com o trabalho de até dez pessoas (diaristas), sempre em época de safra e/ou também época de poda e raleio.

¹ RENK, A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

Tabela 5 – Tipo de mão de obra nas UPF pesquisadas

Mão de obra	Número de pessoas	UPF
Familiar	1 a 3 pessoas	14
	4 a 5 pessoas	16
Contratada	1 a 3 pessoas	3
Diarista	até 10 pessoas	1

Fonte: Autora.

A estrutura produtiva das unidades familiares costuma associar família-produção-trabalho, produzindo para seu consumo e para o mercado (WANDERLEY, 2001). A agricultura familiar tem como seu principal meio de renda a terra, empregando os membros da família como base de força de trabalho para desenvolver as atividades agropecuárias da unidade de produção familiar. Já o emprego de terceiros geralmente é temporário nos períodos intensos que as distintas atividades agropecuárias exigem como nos períodos de poda, raleio e colheita.

A Tabela 6 demonstra o tamanho da área em hectares e o número de UPFs para cada intervalo de área em hectares, além de demonstrar a condição de posse da UPF (se própria e/ou arrendada).

Em primeiro pode-se ver que nas unidades de produção familiares pesquisadas prevalecem às pequenas propriedades, característica originária da colonização italiana na região² (FARIA *et al.*, 2000). Das 30 UPFs analisadas, 20 unidades possuem até 30 hectares e 25 menos de 40 hectares.

Analisando a condição de posse pode-se ver que na primeira categoria de condição de posse - própria - a área média das UPFs pesquisadas fica em torno de 26 ha. Na segunda categoria - condição de posse arrendada - a média geral de áreas arrendadas fica em torno de 8,5 ha. Pode-se ver também que sete UPFs complementam suas próprias áreas de produção com o arrendamento de terras vizinhas ou em outros locais, com objetivo de ampliar a produção agropecuária.

² O sistema de divisão dos lotes coloniais em linhas e travessões numerados era realizado sem levar em consideração os acidentes geográficos do terreno, gerando o isolamento físico e social entre os grupos familiares. Os lotes eram quadrangulares com 6 a 7 km de comprimento, as linhas eram traçadas paralelamente de leste a oeste a cada 2 km, os lotes eram de 22 a 25 hectares, com 200m de frente e 1000m de comprimento, tendo de fundo a divisa de outro lote (ROVEDA, 2003; BARBOSA, 2014).

Tabela 6 - Área (ha) e condição de posse por UPF pesquisadas

	Própria		Arrendada		Percentual de unidades de produção
	Número de UPF	Área Média	Número de UPF	Área Média	
2 a 10 ha	6	5,9	5	5,8	% sobre 30
11 a 20 ha	10	16	2	15,5	% sobre 30
21 a 30 ha	4	29	-	-	% sobre 30
31 a 40 ha	5	38,2	-	-	% sobre 30
41 a 50 ha	3	45,3	-	-	% sobre 30
51 a 60 ha	1	52	-	-	% sobre 30
Mais de 60 ha	1	90	-	-	% sobre 30
Total	30	26	7	8,5	

Fonte: Autora.

A Tabela 7 destaca os tipos de atividades agropecuárias que são desenvolvidas dentro das UPFs, trazendo o respectivo número de UPFs que trabalham com a mesma atividade agropecuária. Observa-se que os cultivos agropecuários mais praticados nas UPFs analisadas são a fruticultura, sendo os cultivos da uva, pêssigo, ameixa, bergamota e laranja os mais praticados. Já a pecuária é marcada pelo trato com gado de leite, corte e criação de galinhas poedeira, perus e frangos.

Tabela 7 - Tipo de atividades agropecuárias nas UPF pesquisadas

Tipo de atividade Agropecuária	Número de UPF
Uva	22
Pêssego	13
Bergamota	8
Ameixa	7
Laranja	7
Gado Leite	6
Aviário	5
Framboesa	3
Caqui	3
Tomate	2
Gado Corte	2
Amora	1
Morango	1
Maçã	1
Feno	1

Fonte: Autora.

A Tabela 8, destaca os tipos de fontes de renda nas UPFs. De acordo com as nove categorias criadas, a partir dos resultados, observa-se que a combinação da

renda oriunda das atividades agropecuárias com a renda da aposentadoria é mais frequente.

Tabela 8 Tipo de fontes de renda das UPF pesquisadas

Tipo de Renda	UPF
Agropecuária + aposentadoria	8
Agropecuária + não agrícola	5
Agropecuária + não agrícola + aposentadoria	5
Agropecuária + agroindústria + aposentadoria	4
Agropecuária	3
Agropecuária + aluguéis + aposentadoria	2
Agropecuária + agroindústria	1
Agropecuária + agroindústria + não agrícola + aposentadoria	1
Agropecuária + agroindústria + aluguéis + aposentadoria	1

Fonte: Autora.

Outro arranjo que está em constante alta é a combinação da renda oriunda das atividades agropecuárias com a renda advinda das atividades não-agrícolas. De acordo com Graziano da Silva (1997) as atividades rurais não-agrícolas (RNA) abarcam trabalhos nas áreas tradicionais da atividade industrial, e as novas atividades que estão ocorrendo no meio rural como áreas destinadas para lazer, turismo rural, conservação da natureza, confecção de artesanatos, comercialização de produtos coloniais e agroindustrialização. Para Schneider (2009), o crescimento das atividades rurais não-agrícolas é um elemento importante para o desenvolvimento da economia rural. Para Ney e Hoffmann (2007) as rendas não agrícolas (RNA) oportunizam o complemento da renda rural, principalmente para as unidades familiares que exercem unicamente atividades agrícolas.

Na Tabela 9, constam os investimentos realizados nas unidades de produção, pelas famílias da amostra.

Tabela 9 - Tipo de investimentos realizados nas UPF pesquisadas

Tipo de investimentos na unidade familiar	Frequência
Aquisição de maquinários diversos e implementos agrícolas	14
Manutenção, renovação e ampliação de pomares	7
Implantação de sistema de irrigação	4
Manutenção, reforma e construção de pavilhões, galpões	3
Manutenção, ampliação e construção de câmara fria	2
Compra de veículo para transporte da safra	2
Abertura de açude	2
Manutenção, renovação e construção de aviários	1
Manutenção, reforma da casa	1
Construção de estufas	1
Cobertura de pomares	1
Implantação de sistema de energia solar	1
Abertura de agroindústria familiar	1
Unidade familiar que fez algum investimento	24
Unidade familiar que não fez nenhum investimento	6

Fonte: Autora.

Pode-se observar que das 30 unidades da amostra, 24 unidades familiares realizaram algum tipo de investimento em suas unidades de produção, sendo a aquisição de maquinários diversos e implementos agrícolas a categoria com maior incidência de respostas contando com 14 afirmativas. A aquisição de maquinários e implementos agrícolas como tratores, máquinas para colher uva, máquina classificadora, arados, espalhadores, pulverizadores, entre outros são aquisições realizadas pelas famílias para ajudar a facilitar e diminuir a mão de obra externa no trabalho com a agricultura, como se observa pelos relatos:

Sim, foi investido em máquinas e implementos agrícolas para facilitar o trabalho na agricultura e também economizar na mão de obra (JOVEM 7, M).

Sim, na aquisição de máquinas e equipamentos para facilitar o dia a dia no campo (JOVEM 11, F).

A segunda categoria com maior índice de frequência foi à manutenção, renovação e ampliação de pomares, com sete afirmativas. A manutenção, renovação e ampliação de pomares é um investimento necessário, pois com o passar dos anos de produção os pomares vão diminuindo seu rendimento e novas variedades de cultivares são desenvolvidas. O depoimento a seguir demonstra esta questão:

Sim. Na agricultura hoje em dia tem que estar sempre se atualizando e os investimentos foram em máquinas, tratores, energia solar e renovação de pomares para não ficarem defasados (JOVEM 28, F).

Além destes principais investimentos outros citados foram: implantação de sistemas de irrigação e abertura de açudes, que vem aumentando na região devido à ocorrência de estiagens; manutenção, reforma e construção de pavilhões, galpões e de câmaras frias; compra de veículo para transporte da safra; manutenção, renovação e construção de aviários; manutenção e reforma da casa, construção de estufa, cobertura de pomares, implantação de sistema de energia solar e abertura de agroindústria familiar.

4.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS E DAS FAMÍLIAS SOBRE A PROFISSÃO DE AGRICULTOR OU AGRICULTORA

De acordo com o organograma apresentado no item 1.5.4, as representações sociais dos jovens sobre a profissão de agricultor ou agricultora serão analisadas neste trabalho a partir dos seguintes indicadores: representações dos jovens sobre a profissão de agricultor ou agricultora, representações das famílias sobre a profissão de agricultor ou agricultora (segundo o relato dos jovens rurais participantes), futuro profissional pretendido pelos jovens, escolarização necessária para trabalhar com agricultura.

4.2.1 Representações dos jovens sobre a profissão de agricultor ou agricultora

Começamos a seção mostrando uma síntese das avaliações de moças e rapazes da amostra sobre a profissão de agricultor ou agricultora. Na Tabela 10, pode-se ver que 27 jovens rurais entre moças e rapazes têm uma representação favorável da profissão de agricultor/agricultora, e outros três jovens apresentam uma representação desfavorável da respectiva profissão.

Tabela 10 - Avaliações sobre a profissão de agricultor/agricultora para moças e rapazes

	Representação favorável	Representação desfavorável
Número de moças	13	2
Número de rapazes	14	1

Fonte: Autora.

Na Tabela 11, é apresentado os motivos apontados pelos jovens rurais participantes da amostra referente às suas representações à profissão de agricultor ou agricultora.

Tabela 11 - Motivos apontados pelos jovens rurais pesquisados para as diferentes representações sobre a profissão de agricultor/agricultora

Motivos que favorecem a permanência na propriedade	Nº de Moças	Nº de Rapazes
Produz alimentos, para alimentar a população	6	6
Desenvolve a economia da região, do país e do mundo	2	4
Proporciona aprendizado e conhecimento	2	2
Será bem remunerada no futuro	2	0
Produz matéria-prima para a indústria	1	0
Trabalho ao ar livre, do seu jeito, no seu tempo, ser seu próprio chefe	0	2
Motivos que favorecem a saída da propriedade	Nº de Moças	Nº de Rapazes
Profissão pouco valorizada, árdua exige muito esforço físico, exposta ao clima e contínua	1	1
Profissão sem segurança financeira, sem remuneração fixa	1	0

Fonte: Autora.

Entre aqueles jovens que avaliam de forma favorável a profissão estão oito jovens que não pretendem perpetuar a profissão dos pais, mas mantêm uma representação favorável do ofício. O principal motivo é referente à importância do agricultor como produtor de alimentos. Na visão dos participantes seriam os agricultores que produzem os alimentos que abastecem os mercados da região, do país e do mundo, além da promoção do desenvolvimento econômico dos países com a venda dos produtos e derivados agropecuários no mercado globalizado. Também são apontados como motivos de valorização da profissão a possibilidade de trabalhar ao ar livre, fazer seu próprio horário, fazer as atividades do seu jeito e no seu tempo, ser seu próprio chefe.

No entanto, os jovens que avaliam a profissão de forma desfavorável o principal motivo apontado é a falta de valorização da profissão. Além de ser bastante sofrida, que exige trabalho árduo e contínuo, sendo muitas vezes braçal e exposto ao clima (sol, chuva, frio, calor, etc.), sem descaso, sem férias, sem remuneração fixa e não apresenta segurança financeira.

Também foi utilizada a técnica de associação livre de palavras para avaliar a representação dos jovens rurais no que se refere à agricultura e a profissão de agricultor ou agricultora. O primeiro estímulo verbal utilizado foi à palavra *agricultura*

e os conteúdos evocados pelos jovens estão representados na Tabela 12, como pode ser observado.

Tabela 12 – Evocações associadas a partir do estímulo verbal ‘agricultura’

Estímulo Agricultura	Frequência
Produção de alimentos	9
Arte de trabalhar com a terra	3
Futuro promisso	3
O agro é o que move o Brasil	3
O agro é o que move o mundo	3
Plantações	3
Trabalho duro	3
Trabalho no meio rural	3
Fonte de renda	3
Riqueza	3
Acordar cedo todo o dia	1
Aprendizagem	1
Honra	1
Manejo das aves	1
Manejo do gado	1
Manejo do leite	1
Manejo dos suínos	1
Manejo dos grãos	1
Manejo dos hortifrutigranjeiros	1
Misto de profissões	1
Produção de qualidade e quantidade	1
Responsabilidade	1
Trabalho fundamental	1
Trabalho gratificante	1

Fonte: Autora.

Observa-se que as palavras evocadas representam aspectos relacionados com as atividades executadas no meio rural, como: manejo das aves, gado, suínos, leite, grãos, hortifrutigranjeiros, plantações, produção de alimentos e produção de qualidade e quantidade. Trabalhar com a agricultura é visto como uma arte de trabalhar com a terra, por meio de um misto de profissões, que exige trabalho duro, responsabilidade e acordar cedo todo o dia, mesmo com essas exigências gera aprendizagem, gratificação e honra para quem trabalha com a agricultura. Também é possível verificar que a agricultura é relacionada como um meio de fonte de renda, que gera riqueza, sendo fundamental para mover o país e o mundo, com um futuro promissor.

Verifica-se que a palavra mais citada foi produção de alimentos, o que atribui um significado positivo à atividade. As demais palavras citadas também transmitem positividade, atribuindo à agricultura a responsabilidade de alimentar as populações e desenvolver os países pelo mundo.

O segundo estímulo verbal utilizado foi à palavra *agricultor/agricultora* e os conteúdos evocados pelos jovens rurais estão representados na Tabela 13, como pode ser observado.

Tabela 13 - Evocações associadas a partir do estímulo verbal ‘agricultor/agricultora’

Estímulo agricultor/agricultora	Frequência
Trabalhadores	13
Trabalha no meio rural	6
Trabalha com amor	3
Produz alimentos	3
Corajosos	2
Desenvolvimento econômico	2
Importante para o mundo	2
Vencedores	2
Vida dura	2
Pessoas sofridas	2
Desvalorizados	1
Pouco reconhecido	1
Honrados	1
Mora no interior	1

Fonte: Autora.

As palavras evocadas pelos jovens rurais participantes referentes ao estímulo verbal *agricultor/agricultora* evidenciaram que os sujeitos que trabalham como agricultores são pessoas que trabalham e moram no meio rural, produzindo alimentos, por isso, são importantes para o mundo e para o desenvolvimento econômico dos países. Sendo destacadas características favoráveis como pessoas trabalhadoras, corajosas, honradas e vencedoras que trabalham com amor. Também observam-se características desfavoráveis referentes à profissão como sofrida, dura, sem reconhecimento e desvalorizada.

Nos estudos de Ray (2006), Bonomo *et al.* (2013) Sacco dos Anjos e Caldas (2014, 2015) e Gomes *et al.* (2019), e que trataram das representações sociais sobre a profissão de *agricultor/agricultora* os autores identificaram que o trabalho no meio rural é visto de forma idílica - que pode ser compreendida como favorável - ligada ao ambiente natural, à vida simples, a preservação ambiental, ao patrimônio cultural e aos produtos agroalimentares tradicionais. Junto a isso o trabalho na agricultura também é visto de forma arcaica – que pode ser compreendido como desfavorável – por ser um trabalho manual, braçal, pesado, penoso, com baixo retorno financeiro e também devido às dificuldades de produção e comercialização dos produtos agropecuários.

No que se refere aos aspectos desfavoráveis os dados encontrados neste estudo se aproximam com os dos autores citados (penoso, difícil, sofrido, braçal,

sem renda fixa, entre outros). Por outro lado, nos aspectos favoráveis as afirmações dos jovens da amostra se diferenciam dos achados dos pesquisadores citados acima, já que neste caso destacam-se o aspecto favorável da profissão de agricultor ou agricultora como provedora de alimentos, como fonte de renda e como fonte de aprendizado e conhecimentos.

4.2.2 Representações das famílias sobre a profissão de agricultor ou agricultora

As representações sociais estão envolvidas na compreensão dos valores simbólicos dos grupos e não somente do indivíduo. Elas exercem diversas funções, entre elas a função identitária, função de orientação, formulação do saber e função justificadora, no qual explicaria as decisões e atitudes tomadas pelos grupos (JOVCHELOVITCH, 2000). O símbolo evoca, remete a algo. Essa nova configuração da ordem simbólica faz com que, cada um e todos, passem a ressignificar algo.

Para ajudar a complementar a compreensão das representações dos jovens rurais participantes referentes à profissão de agricultor/agricultora, foram questionadas junto aos jovens rurais quais as representações que sua família tem sobre a profissão de agricultor ou agricultora. A família exerce influência direta sobre a futura escolha profissional dos filhos, sendo que estímulo da família pode impactar de forma desfavorável ou favorável na perpetuação ou não da profissão de agricultor/agricultora.

De acordo com Kischener, *et al.* (2015), a profissão de agricultor seria passada dos pais para os filhos durante os afazeres e as práticas diárias das atividades agropecuárias realizadas na unidade de produção familiar. Pode-se deduzir que os pais que estão satisfeitos com sua profissão de agricultores incentivam os filhos a perpetuarem a profissão. Ao contrário, os pais que não estão realizados com suas conquistas na profissão não incentivam os filhos a reproduzi-la, incentivando-os a procurarem outras profissões no meio urbano.

Na Tabela 14 a seguir pode-se visualizar as representações apontadas pelos jovens rurais de seus familiares sobre a profissão de agricultor ou agricultora.

Tabela 14 - Avaliação das representações dos familiares sobre a profissão de agricultor/agricultora (segundo o relato dos jovens pesquisados)

Representações favoráveis	Nº de jovens
Bom ramo, rentável, lucrativa	6
Profissão digna, honrosa, proporciona qualidade de vida	5
Produz alimentos e matéria-prima para a população	5
Importante para o desenvolvimento do país	2
É o próprio chefe, faz seu horário	1
Representações desfavoráveis	Nº de jovens
Profissão não digna, árdua, sofrida, difícil, exposta ao clima e sem descanso	5
Não é rentável, gera custos	2
Depende do clima para produzir	2
Não é valorizada, reconhecida	1
Falta de incentivo dos pais para os filhos darem continuidade a profissão de agricultor	1

Fonte: Autora.

Como vimos na tabela acima (Tabela 14), a profissão de agricultor ou agricultora, para os grupos familiares que têm uma representação favorável, é percebida como uma boa fonte de rendas, como uma profissão honrosa, gratificante, que proporciona qualidade de vida. Também relacionam de forma favorável com o fato de ser produtora de alimentos e matéria-prima para a população, importante para o desenvolvimento do país.

Já, para os grupos familiares que tem uma representação desfavorável a profissão de agricultor ou agricultora é percebida como sofrida, difícil, pesada, de alto risco, devido à exposição ao clima e intempéries (sol, chuva, frio, calor), pouco lucrativa e de trabalho constante.

Segundo Pandolfo (2012) a visão pessimista da profissão de agricultor está associada com a não viabilidade econômica da atividade agropecuária. Um estudo feito por Boscardin (2017), realizado com propriedades familiares sem sucessores no Rio Grande do Sul, também encontrou visões pessimistas da família referente aos filhos reproduzirem a profissão de agricultor, incentivando-os que estudem para encontrarem uma profissão menos penosa, com renda fixa, férias e demais benefícios sociais. O diferencial dos resultados deste estudo, e que merecem destaque, são os aspectos desfavoráveis relacionados às intempéries como seca, granizo e geadas fora de época.

4.2.3 Futuro profissional pretendido pelos jovens rurais pesquisados

Analisando-se o indicador futuro profissional pretendido pelos jovens percebe-se que:

- 19 jovens da amostra pretendem seguir a profissão de agricultor ou agricultora;
- duas jovens almejam exercer a profissão de agricultora concomitantemente com outras profissões, neste caso licenciatura e a agronomia;
- dez jovens não pretendem seguir a profissão de agricultor e, ao invés, seguir profissões como: veterinária, enfermeira/enfermeiro, administrador de empresas, biomédica, vendedora, operador de máquinas e mecânico.
- em apenas um caso, uma jovem, não sabe o que pretende fazer profissionalmente.

Como pode ser observado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Idade, escolaridade e profissão que os jovens rurais pesquisados pretendem seguir

Idade	Escolaridade	Continuar os estudos	Enxerga-se exercendo a profissão de agricultor	Profissão que pretende seguir
24	Médio completo	Não	Sim	Agricultor
22	Médio completo	Não	Sim	Agricultor
20	Técnico	Sim	Sim	Agricultor
23	Superior incompleto	Sim	Sim	Agricultor
22	Médio completo	Não	Sim	Agricultor
24	Médio completo	Não	Sim	Agricultor
23	Fundamental incompleto	Não	Sim	Agricultor
21	Médio incompleto	Não	Sim	Agricultor
24	Médio completo	Não	Sim	Agricultor
24	Médio completo	Não	Sim	Agricultor
24	Médio completo	Não	Sim	Agricultor ecologista
21	Superior incompleto	Sim	Sim	Agricultora
22	Técnico	Sim	Sim	Agricultora
23	Médio completo	Sim	Sim	Agricultora
21	Médio Completo	Não	Sim	Agricultora
21	Técnico	Sim	Sim	Agricultora
23	Médio Incompleto	Não	Sim	Agricultora
16	Médio incompleto	Sim	Sim	Agricultora e agrônoma
21	Superior incompleto	Sim	Sim	Agricultora e professora
17	Médio incompleto	Sim	Não	Administradora e
20	Superior incompleto	Sim	Sim e Não	Biomédica

Idade	Escolaridade	Continuar os estudos	Enxerga-se exercendo a profissão de agricultor	Profissão que pretende seguir
20	Superior incompleto	Sim	Não	Enfermeira
21	Técnico	Sim	Sim e Não	Enfermeira
22	Superior incompleto	Sim	Sim e Não	Enfermeiro
18	Médio completo	Sim	Não	Mecânico
20	Médio completo	Sim	Sim e Não	Operador de máquina
18	Médio incompleto	Não	Sim	Operador de máquina pesada
16	Médio incompleto	Não	Não	Vendedora
16	Médio incompleto	Sim	Sim e Não	Veterinária
21	Técnico	Sim	Sim	Não sabe

Fonte: Autora.

Nos aspectos relacionados à escolaridade dos jovens rurais, visualiza-se que 11 jovens possuem o ensino médio completo, cinco jovens realizaram ensino técnico e seis jovens rurais estão cursando o ensino superior. Outros três jovens rurais estão cursando ensino médio, quatro jovens rurais não completaram o ensino médio e um jovem rural não terminou o ensino fundamental. Ou seja, entre os jovens pesquisados a escolaridade é elevada.

A respeito da pretensão de dar continuidade aos estudos observa-se, que 43% dos entrevistados não pretendem continuar os estudos e que 57% pretendem. Ao contrário desta proporção, entre os 19 jovens que pretendem dar continuidade à profissão de agricultor, 57% não pretendem continuar estudando e 43% pretendem continuar seus estudos.

Entre os jovens que não pretendem dar continuidade aos estudos esta opção pode estar relacionada com a baixa escolarização dos pais e com a ideia de que para trabalhar com a agricultura não há a necessidade de estudar, bastando o conhecimento passado pela família (BOSCARDIN, 2017).

Entre os jovens que pretendem dar continuidade (57% dos entrevistados) percebe-se nas justificativas a presença de ideias que relacionam a agricultura e o meio rural com um ambiente moderno e empresarial, como pode ser observado no seguinte comentário:

Hoje em dia é necessário o conhecimento no meio rural, pois está se tornando tudo conectado e evoluindo muito rápido, e a propriedade familiar futuramente deverá se tornar como uma empresa. Por isso, não basta

apenas ter força e vontade, será necessário ter um conhecimento amplo e isso passa pela escolaridade (JOVEM 14, M).

O acesso à educação pode contribuir para a permanência no meio rural. Para Durston (1999³ *apud* KISCHENER, 2015), a educação expõe o jovem rural a novos conhecimentos e novas ideias, sobre o mundo, sobre os valores éticos e sobre direitos, modificando sua percepção de mundo. Para Kischener (2015) os novos conhecimentos possibilitam a troca de ideias no ambiente familiar e a valorização da contribuição que os jovens podem dar na unidade de produção. No entanto, esta questão representa um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que o acesso à educação favorece o desenvolvimento das aptidões, facilitando a identificação das oportunidades existentes no meio rural, os jovens com estudo tendem a sair do meio rural, entre outros motivos porque não encontram espaço para desenvolver os seus projetos de vida (SPANVELLO, 2008; WEISHEIMER, 2009).

Como demonstrado no Quadro 1, verifica-se que 21 jovens rurais participantes se veem exercendo a profissão de agricultor/agricultora, sendo nove moças e 12 rapazes. Outros quatro jovens rurais não se veem exercendo a profissão de agricultor/agricultora, sendo um rapaz e três moças. E cinco jovens rurais, sendo dois rapazes e três moças já exercem a profissão de agricultor/agricultora, mas pretendem seguir outra profissão futuramente, por isso responderam que “sim e não” para a pergunta se se enxergavam exercendo a profissão de agricultor/agricultora.

Na Tabela 15, a seguir, visualiza-se os principais motivos apontados pelos jovens rurais para seguir ou não a profissão de agricultor ou agricultora.

Tabela 15 - Motivos apontados pelos jovens rurais pesquisados para seguir ou não a profissão de agricultor ou agricultora

Motivos para exercer a profissão	Nº de Jovens
Gosta de trabalhar com a agricultura, com a terra	8
Já exerce a profissão	7
Identifica-se com a profissão, por ter crescido acompanhando os familiares	4
Pretende dar continuidade ao ramo da família	3
Motivos para não exercer a profissão	Nº de Jovens
Quer exercer outra profissão	5
Não se imagina trabalhando com a agricultura	2
Não vai continuar a morar na colônia	1
Falta de incentivo dos familiares para trabalhar como agricultor/agricultora	1

Fonte: Autora.

³ DURSTON, J. **A juventude rural no Brasil e no México**: reduzindo a invisibilidade. Ideias & Debate ITV, n. 27, 1999.

Infere-se que os jovens rurais que acompanharam seus pais desde crianças nas atividades diárias agropecuárias se identificam com a profissão de agricultor ou agricultora, por vivenciarem a rotina agropecuária. A identificação com a profissão proporciona o gosto pelo trabalho exercido, fazendo com que os jovens tenham a vontade de perpetuar a profissão dos pais, para darem continuidade ao ramo de atividades agropecuárias exercidas na unidade de produção familiar.

De acordo com Pandolfo (2012), a socialização laboral agropecuário que ocorre durante a infância e juventude faz parte da tradição das famílias agropecuárias, como estratégia para preparar seus filhos para a vida profissional futura, mesmo que fora da agricultura. Pode-se deduzir que os jovens que acompanharam seus familiares desde crianças na realização das tarefas diárias no trabalho com a agricultura, foram desenvolvendo identificação com a profissão de agricultor/agricultora.

Tolfo e Piccinini (2007) afirmam que o trabalho é o principal meio para a constituição da identidade pessoal e social, pois, por meio das tarefas executadas, permite que o sujeito consiga se identificar com aquilo que realiza. Para Dejours *et al.* (1994), o trabalho é fundamental para a sobrevivência e a nossa inscrição como sujeito no meio do qual fazemos parte.

Pode-se inferir que os jovens rurais que não participam diretamente nas atividades agropecuárias, que desde crianças são incentivados pelos familiares a se dedicarem mais aos estudos ou as atividades domésticas, e os jovens rurais que já exercem atividade não-agrícolas vão se afastando gradativamente da profissão de agricultor/agricultora.

Pandolfo (2012), discorre que a limitação da participação dos jovens rurais nas atividades laborais agropecuários no estabelecimento rural, pode interferir na socialização da agricultura familiar. A inserção dos jovens junto ao trabalho agropecuário familiar representa uma forma de transmissão de hábitos e valores que são fundamentais para a reprodução da agricultura familiar.

4.2.4 Escolarização necessária para trabalhar com a agricultura

Os jovens da amostra foram questionados sobre qual a instrução/escolaridade necessária para trabalhar com a agricultura (Tabela 16).

Tabela 16 - Escolaridade necessária para trabalhar com a agricultura

Nível de escolaridade	Frequência
Ensino médio	17
Ensino técnico profissionalizante	8
Ensino fundamental	3
Ensino Superior	2

Fonte: Autora.

Como apresentado na Tabela 16, o ensino médio completo é o nível de instrução/escolaridade apontado por 17 jovens como necessário para trabalhar na agricultura. Em segundo lugar aparece a realização de cursos do ensino técnico profissionalizante, com oito indicações, com três indicações aparecem a conclusão do ensino fundamental e com e indicações a realização do ensino superior, respectivamente. De forma geral, pode-se inferir que entre os jovens da amostra, há uma representação que a profissão de agricultor requer bons níveis de escolaridade.

Entre os motivos destacam-se: a busca por novos conhecimentos e atualização da prática agropecuária com as novas tecnologias do campo, saber administrar a propriedade para que seja mais produtiva, com otimização de gastos e produza com qualidade. Os seguintes comentários demonstram esses e outros motivos:

Acredito que o ensino médio é à base de tudo, pois a área do agro está em constante crescimento e a busca pelas novas tendências é de grande importância para o crescimento da propriedade e até mesmo facilitando os processos com maior agilidade, menor custo, além de ter boa gestão do negócio que é um fator crucial para o bem desempenho da propriedade (JOVEM 8, F).

O ideal seria um bacharelado em agronomia ou no mínimo cursos técnicos. O importante é sempre aprender se informar para estar preparado e atualizado (JOVEM 10, M).

Eu acredito que no mínimo devemos ter o ensino médio completo e vários cursos técnicos para ajudar no desenvolvimento das nossas atividades. Como disse anteriormente as tecnologias estão em constantes mudanças e inovações e devemos estar aptos a elas. Claro que alguma faculdade voltada na área seria uma maravilha, desde que seja posto em prática o estudo (JOVEM 11, F).

Infere-se que as transformações sociais, econômicas, culturais e estruturais que o meio rural tem passado com a virada do século XX para o século XXI, tem determinado que os agricultores investissem na escolarização como meio de inserção no novo cenário agropecuário que faz uso das novas tecnologias em grande escala. A ideia de que para ser agricultor/agricultora não é preciso de uma escolarização elevada a cada dia que passa, vai sendo substituída pela necessidade de uma escolarização que abranja no mínimo o ensino médio completo.

A escolarização exerce um papel socializador, responsável pela interiorização de normas, valores, estruturas cognitivas e conhecimentos práticos. A escola como socializadora qualifica os jovens rurais para o desenvolvimento de uma profissão futura, seja por meio da aquisição de conhecimentos profissionais de atividades laborais que rompem com a agricultura familiar ou através do contato com saberes e técnicas que auxiliem no desenvolvimento do trabalho no meio rural, adquirindo importância entre as novas gerações de agricultores para a aquisição de novos conhecimentos e aprimoramento profissional (WEISHEIMER, 2009).

4.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS SOBRE O MEIO RURAL

Nesta seção será apresentada a análise das representações sociais dos jovens rurais da amostra referente a representação do meio rural como lugar de vida.

4.3.1 Representação do meio rural como lugar de vida

Entre os 30 participantes, 23 jovens da amostra responderam que o meio rural é o melhor lugar para viver. Entre estes 23 jovens rurais, 11 são do gênero feminino e 12 do gênero masculino. Outros seis jovens participantes, cinco do gênero feminino e um do gênero masculino, não veem diferença entre rural e urbano, e um participante considera que o meio urbano é melhor que o meio rural para viver.

Na Tabela 17 é possível observar os aspectos favoráveis apontados pelos participantes referentes à vida no meio rural.

Tabela 17 - Aspectos apontados pelos jovens rurais pesquisados referentes à vida no meio rural	
Aspectos referentes à vida no meio rural	Frequência
Mais liberdade	11
Tranquilidade, calma, paz, silêncio	8
Melhor renda	6
Contato com a natureza	5
Flexibilidade de horários de trabalho	4
Qualidade de vida melhor	3
Menos movimento, barulho, agito	3
Ter tua própria horta	2
Ser o próprio chefe	2
Sem pressão, estresse	2
Ar mais puro	2
Menos poluição	1
Menos pressão social	1
Lugar aconchegante	1

Aspectos referentes à vida no meio rural	Frequência
Trabalhar com a família	1
Estilo de vida mais simples	1
Não tem muito gasto	1
Não paga aluguel	1
Passa o tempo melhor que na cidade	1

Fonte: Autora.

As principais representações favoráveis de experiência levantadas pelos jovens rurais que declaram que o meio rural é melhor para viver foram os aspectos relacionados com a proximidade e contato com natureza, com a liberdade e tranquilidade do meio rural, como pode ser observado pelos comentários a seguir:

Na colônia, a meu ver desfrutamos de paz e tranquilidade, além de nos beneficiarmos de diversas coisas que só a natureza nos provém (JOVEM 17, M).

Pode ser melhor na colônia, pois tem ar mais natural, menos poluição, menos movimento, menos barulho, sem contar a paz que a colônia trás não tem preço (JOVEM 18, F).

Eu gosto muito da colônia porque aqui tu tem coisas que na cidade são impossíveis, como ter sua própria horta (JOVEM, 22 F).

Colônia, sem dúvida melhor, mais livre, pelo meu ver tem que cumprir horário sim, mas não aquele horário da cidade, que tem hora pra tudo, a tranquilidade passa o tempo melhor do que na cidade (JOVEM 7).

Eu gosto da colônia porque aqui eu tenho minha liberdade, é um lugar aconchegante. E é como a história que minha mãe contava para me incentivar, aqui na minha propriedade sou eu que mando, se eu sair para trabalhar em outro lugar, não tendo meu próprio negócio eu vou ser mandada, então eu acho que na colônia, sim é lugar bom de se viver. Onde tu pode ter qualquer coisa, tu planta o que tu quer, quando tu faz a tua produção produzir, no fim quando tu vai colher é muito gratificante, quando tu vê o retorno (JOVEM 26, F).

A questão de a renda rural ser maior quando comparada com a renda obtida por empregos no comércio e empresas, foi outro ponto bastante destacado pelos jovens rurais.

Tive a experiência de trabalhar três anos na cidade, porém voltei a trabalhar na colônia, e me sinto bem melhor aqui, psicológica, física e financeiramente falando (JOVEM 8).

O trabalho no interior exige mais em certos períodos e menos em outros, compensando, além da renda ser razoavelmente boa em comparação com a maior parte dos empregos da cidade. E apesar de tudo caber a responsabilidade própria, todo o trabalho e renda fica a cargo da escolha do agricultor, por isso prefiro a vida no interior (JOVEM 10).

Depende muito do ponto de vista de cada um, mas na minha opinião na colônia sim é mais cansativo e pesado às vezes, como nas safras, em períodos de inverno e também em verões muito quentes, o clima às vezes com verões e invernos fora de épocas ou secas muito prolongadas atrapalham muito. Agora na questão de ser mais bem remunerado, ter uma qualidade de vida melhor, podendo produzir seus alimentos como verduras

*na sua própria horta, ovos, carne, com certeza a colônia se mostra muito mais favorável para se viver (JOVEM 11, F).
Na colônia, porque a qualidade de vida é melhor. Já que tive a experiência de trabalhar na cidade e continuar morando na colônia, mas o que recebia de salário no final do mês não cobria meus gastos, então voltei a trabalhar com meus pais na colônia (JOVEM 19, M).*

Estes aspectos se aproximam dos elementos levantados em vários estudos foram realizados em diferentes lugares do Brasil sobre as representações da população rural acerca do meio rural. Weisheimer (2004, 2009), Sacco dos Anjos e Caldas (2014, 2015), Gomes *et al.* (2019), Rye (2006), entre outros, que investigaram as representações sociais sobre o meio rural, verificaram que a imagem do meio rural estavam relacionadas com a visão de idílio rural vinculada à família, à liberdade, à simplicidade, à tranquilidade, à harmonia, à natureza, à biodiversidade, à preservação ambiental, ao patrimônio cultural, à alimentos saudáveis e à qualidade de vida.

Para os jovens que aponta o meio urbano como melhor para viver o motivo refere-se à diversidade de empregabilidade, da remuneração fixa e do descanso aos finais de semana. Como observado pelas falas a seguir:

*Na cidade é melhor, porque tem mais áreas para trabalhar, pois áreas fora da agricultura tu vai enriquecer mais, com salário fixo, descanso semanal e férias (JOVEM 20, M).
A tranquilidade que a colônia traz em questão de viver nenhum outro lugar pode trazer, entretanto a cidade sabe-se que a grande maioria de empregos tem sua remuneração mensal, descanso aos finais de semana ou folga, benefícios e dentre outros. A meu ver e poder passar por essa experiência em questão de trabalho prefiro na cidade, mas se pudesse ter a oportunidade de morar no interior seria uma opção. Porém, sempre tem a questão de deslocamento e em muitas ocasiões não convém morar na colônia e trabalhar na cidade (JOVEM 25, F).*

Além das respostas às perguntas do questionário a representação sobre a vida no meio rural também foi analisada utilizando-se a técnica da associação livre de palavras. Neste caso foi solicitado aos jovens participantes que respondessem quais as impressões, sensações e significados que algumas palavras despertavam neles entrem as quais: colônia/interior e cidade.

O terceiro estímulo verbal utilizado foi a palavra colônia/interior e os conteúdos evocados pelos jovens estão representados na Tabela 18, como pode ser observado.

Tabela 18 – Evocações associadas a partir do estímulo verbal ‘colônia/interior’

Estímulo Colônia/interior	Frequência
Tranquilidade	13
Plantações, produção	11
Lugar de trabalho	9
Fonte de renda	4
Qualidade de vida	4
Natureza	4
Subsistência	2
Lugar afastado	2

Fonte: Autora.

As palavras pronunciadas pelos jovens referentes ao estímulo verbal colônia/interior destacaram o meio rural como lugar de trabalho, de produção agropecuária, sua fonte de renda, e como um lugar de tranquilidade, pelo contato com a natureza, proporcionando qualidade de vida. Verifica-se que as palavras citadas na sua maioria transmitem um significado positivo (idílico) ao meio rural, com exceção das palavras “lugar afastado e subsistência” que transmitem uma ideia de tédio, como pesquisado por Rey (2006).

O quarto estímulo verbal utilizado foi à palavra *cidade* e os conteúdos evocados pelos jovens rurais estão representados na Tabela 19, como pode ser observado.

Tabela 19 – Evocações associadas a partir do estímulo verbal ‘cidade’

Estímulo Cidade	Frequência
Constante movimento	13
Comércio, indústrias, serviços	8
Comercialização do interior	4
Distintas áreas de trabalho	5
Lazer	5
Falta de liberdade	4
Barulho	4
Vida agitada	3
Maior acessibilidade	3
Maior custo de vida	1
Muito aprendido	1

Fonte: Autora.

As palavras evocadas pelos jovens rurais referentes ao estímulo verbal cidade destacaram alguns elementos que se contrapõem com os aspectos evidenciados no estímulo colônia/interior. Verifica-se aspectos desfavoráveis relacionados com a cidade como lugar que tem barulho, com falta de liberdade, gerando uma vida agitada e com maior custo de vida.

No entanto, a cidade também é apontada como um local de constante movimento, de comercialização dos produtos agropecuários e como espaço de

comércio, indústria, serviços e lazer. Aspectos favoráveis que proporcionam aprendizado e possibilidade de venda dos produtos agropecuários para diferentes locais. Além do meio urbano ser um local de maior acessibilidade, e que abrange distintas áreas de trabalho para o jovem que pretende sair do meio rural.

Por meio da técnica de associação livre de palavras foi possível verificar a dimensão simbólica que cada palavra representa para os jovens rurais. Percebe-se que os aspectos favoráveis se sobressaem aos aspectos desfavoráveis, inferindo-se que está ocorrendo transformações nas representações sociais sobre o meio rural e a profissão de agricultor/agricultora.

4.4 PERSPECTIVAS DE SUCESSÃO GERACIONAL NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Para a análise das perspectivas de sucessão geracional nas unidades analisadas foram formulados oito indicadores: participação dos jovens rurais nas tomadas de decisões importantes para UFP, destino da renda obtida pelos jovens rurais, divisão e gerenciamento do trabalho na unidade de produção familiar, interesse dos jovens em investir nas unidade de produção familiar e na atividade agropecuária, presença de jovens interessados em dar continuidade à unidade de produção familiar, motivos relacionados à perspectiva de sucessão, razões relacionadas à saída do jovem do meio rural e papel das famílias no futuro profissional e na sucessão geracional.

4.4.1 Participação dos jovens rurais nas tomadas de decisões importantes para a unidade de produção familiar

O tema da participação dos jovens rurais nas tomadas de decisões a respeito das unidades familiar também foi uma questão investigada, já que é um tema com potencial de geração de atritos entre gerações, pois nem sempre os pais aceitam as ideias dos filhos jovens, por considerá-los inexperientes.

Na agricultura familiar a separação entre as relações de trabalho, de gênero e de geração que ocorrem entre os membros da família, geralmente é feita com orientação do pai, “chefe da família”, sendo que muitas vezes os demais membros, esposa e filhos, não participam da tomada de decisões mais importantes para a

propriedade, o que lhe confere uma posição superior na hierarquia familiar (ZANOL, 2013). Este fato acaba reforçando o estigma de que as ideias e/ou o gerenciamento por parte das mulheres e dos mais jovens não são confiáveis ou viáveis (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010).

Neste contexto os jovens, independente do gênero, se sentem desvalorizados por suas ideias não serem consideradas, ainda mais quando muitos têm buscado formação em áreas relacionadas à agricultura e administração com intenção de atuar na gestão da propriedade rural. Para Abramovay *et al.* (1998), a não participação dos jovens nos processos decisórios é um elemento que causa desestímulo aos jovens pelo trabalho agrícola e pela permanência no processo sucessório.

Dentre os 30 jovens rurais participantes, 23 jovens rurais participantes, sendo 12 do gênero feminino e 13 do gênero masculino, relataram que participam de forma ativa nas tomadas de decisões importantes para a UPF. Mesmo os jovens que não pretendem seguir na profissão de agricultor ou agricultora, procuram participar das tomadas de decisões do grupo familiar, pois as decisões tomadas hoje podem impactar para o futuro da propriedade e conseqüentemente na divisão do patrimônio no futuro. Como segue:

Sim, decisões onde exigem maiores investimentos são tomadas em grupo familiar, analisando-se as melhores oportunidades para a família e propriedade (JOVEM 5, F).

Sim, sempre a gente se reúne e todos veem qual é a melhor decisão a ser tomada para que ninguém fique prejudicado (JOVEM 7, M).

Em outras falas é possível inferir que os pais estão aos poucos flexibilizando para os filhos tomarem decisões importantes relacionados à UPF, para que aos poucos os filhos adquiram experiências e para que a sucessão ocorra da melhor forma. Como se observa:

Sim, pois as decisões importantes geralmente envolvem financiamentos e prazo logo, e os pais não têm muito interesse em realizar tantos investimentos, pensando no futuro deles, eles consideram que o que já possuem está de bom tamanho e os novos investimentos são para os filhos (JOVEM 14, M).

Sim, decidimos em família. É levado as ideias na família e decidimos juntos qual seria a melhor forma com a experiência dos meus pais e a minha de jovens (JOVEM 27, F).

Quanto as possíveis diferenças de gênero na participação dos jovens nas tomadas de decisões podem-se observar que dos 23 jovens rurais que declararam participar das tomadas de decisões para a UPF, 12 são do gênero feminino e 13 do gênero masculino. Com isso, infere-se, que neste caso, as jovens mulheres estão conseguindo conquistar espaço de opinião do grupo familiar, podendo colocar em prática os conhecimentos adquiridos por meio do investimento nos estudos. O relato a seguir, afirma este aspecto:

Sim, até por questão de ser mulher têm muitas pessoas que discriminam, mas aqui em casa eu trabalho, tenho meu mérito e eu participo em todas as tomadas de decisões, eu acho que é o correto, porque se a pessoa mercê ela tem que ser reconhecida (JOVEM 28, F).

Entre os que não participam das decisões três jovens são moças e afirmaram que isso ocorre, pois não pretendem continuar a trabalhar no meio rural e por isso optaram por não se envolver com as tomadas de decisões da família. Como segue nos comentários:

Não, quem participa é meu irmão, pois eu não pretendo ficar no interior (JOVEM 18, F).

Não participo, como não vou permanecer na área rural deixo meu irmão se envolver mais (JOVEM 22, F).

Infelizmente não, pois não pretendo ficar na colônia (JOVEM 25, F).

Outros quatro jovens, sendo dois do gênero masculino e dois do gênero feminino, relataram que participam de maneira pontual nas tomadas de decisões importantes para a unidade familiar, que os pais são os que ainda tomam as mais importantes decisões referentes à UPF. Como se observa nas falas:

Pouco, mais é meus pais que tomam as decisões (JOVEM 19, M).

São raras às vezes, quase nunca, nas muitas vezes não levam minha opinião a sério (JOVEM 24, F).

Um estudo realizado por Martins (2019) junto as Escolas Família Agrícola (EFAs) no estado do Espírito Santo, que investigou o projeto de vida e futuro dos jovens rurais, identificou que referente à participação dos jovens rurais nas tomadas de decisões importantes para a UPF, o fator determinante para a participação nas tomadas de decisões é o gênero do jovem, sendo que 62% dos jovens rapazes participavam das tomadas de decisões e somente 23% das jovens do gênero feminino eram consideradas.

4.4.2 Destino da renda obtida pelos jovens rurais

Para a análise do destino da renda obtida pelos jovens rurais foram avaliados três indicadores principais: se o trabalho do jovem é recompensado, se o jovem possui alguma fonte de renda e o que faz com sua renda.

Entre os 30 participantes, dez jovens rurais disseram não possuir uma renda própria e nesses casos os rendimentos da família são concentrados no pai e são utilizados conforme as necessidades da família e para a produção, manutenção e investimentos na propriedade rural. Os outros 16 participantes disseram possuir uma renda obtida pela divisão dos lucros das atividades produzidas na propriedade, sendo esta renda administrada de forma individual para gastos pessoais e investimentos na propriedade. Os outros quatro jovens possuem renda obtida de atividades não-agrícolas fora da unidade de produção, sendo que um deles trabalha no turno inverso da escola como jovem aprendiz.

A renda é um quesito muito importante para a autonomia do sujeito, uma vez que possibilita que possa desfrutar os ganhos obtidos pelo esforço do trabalho com questões pessoais, além das profissionais e das necessidades básicas. Quando a divisão das rendas geradas não é realizada entre os membros do grupo familiar, a harmonia familiar é prejudicada, provocando a saída dos jovens do meio rural, reduzindo assim a possibilidade de ocorrer à sucessão (PASQUETTI; HILLESHEIM, 2014).

Para Weisheimer (2004, 2009) a possibilidade de uma renda oriunda da participação no processo de trabalho familiar agropecuário é um componente que sinaliza o reconhecimento da importância do trabalho juvenil. A remuneração do jovem rural é mais que uma recompensa material, é um estímulo simbólico que colabora para desenvolver sua disposição para permanecer no meio rural trabalhando com a agricultura.

Tabela 20 – Renda dos jovens rurais pesquisados

Renda dos jovens rurais	Feminino	Masculino
Não possuem renda própria	7	3
Renda obtida pela divisão dos lucros da propriedade	6	10
Renda obtida de atividade não-agrícolas	2	2

Fonte: Autora.

Percebe-se pelos dados destacados na Tabela 20 que há diferenças de gênero na obtenção de renda sendo as jovens as mais desfavorecidas. Os números da amostra coincidem com as afirmações de Weisheimer (2009) quando afirma que as jovens mulheres rurais têm menor acesso às rendas derivadas das atividades agropecuárias do que os jovens homens rurais e que quando elas são solteiras geralmente as rendas são centralizadas pelo pai, e quando elas são casadas as rendas tendem a ser gerenciadas pelo marido.

A Tabela 21 apresenta informações sobre o destino da renda obtida pelos jovens ou o que os jovens entrevistados fazem com sua renda. Das respostas obtidas foi possível chegar a seis categorias de destinos para a renda.

Tabela 21 - Destino da renda dos jovens rurais pesquisados

Destino da renda	Frequência
Necessidades pessoais	14
Investe na propriedade	13
Lazer	12
Guarda no banco	7
Pagamentos de contas e mão de obra	5
Ajuda a família	2

Fonte: Autora.

Como mostra a Tabela 21, a frequência maior de destino da renda são as necessidades pessoais, com 14 afirmativas. Como necessidades pessoais estão gastos com cuidado com a saúde, compra de vestimentas e investimento na educação (realização de cursos técnicos ou curso superior).

Investimentos na unidade de produção familiar vêm a seguir, com 13 afirmativas, e nesta categoria estão despesas com a compra de maquinários, implementos e veículos para facilitar o trabalho e modernizar a agricultura e tornar o trabalho menos pesado e manual, despesas com manutenção e benfeitorias de galpões, ampliação e renovação dos pomares, investimentos em tecnologias para assegurar quantidade e qualidade do produto final.

A categoria gastos com lazer com 12 afirmativas ficou em terceiro lugar, e nesta categoria estão os gastos com festas, passeios e viagens. A reserva de recursos nos bancos foi apontada por sete dos jovens entrevistados e nesta estão às reservas para possíveis adversidades pessoais, familiares ou com a propriedade/produção que possam surgir ao longo do ano. Por fim, a categoria

pagamento de despesas e mão de obra de alguma atividade na unidade de produção registraram cinco afirmativas⁴ e a ajuda à família duas afirmativas.

Estudo realizado por Weisheimer (2009) com jovens rurais de distintas cidades do Rio Grande do Sul, e o estudo feito por Zanol (2013) com jovens rurais do estado de Santa Catarina também investigaram o destino dado à renda obtida pelos jovens rurais. No estudo de Weisheimer (2009) a renda destinada pelos jovens rurais ficou distribuída com gastos em bens de uso pessoal, investimentos em atividades agrícolas ou criação de animais, atividades de lazer e diversão, pagamentos de bens duráveis e reservas em bancos (nesta ordem). Já no estudo de Zanol (2013) a renda obtida pelos jovens rurais foi destinada primeiramente para o pagamento de contas de bens duráveis; segundo gastos com bens de uso pessoal, terceiro lugar guarda sua renda no banco e por fim, em quarto lugar gastam com lazer.

Neste estudo os achados foram semelhantes aos de Weisheimer (2009) e de Zanol (2013), sendo que no caso em análise identificou-se uma nova categoria, não presente nos dois estudos anteriores citados, que é a categoria ajuda à família.

4.4.3 Divisão e gerenciamento do trabalho na unidade de produção familiar

A divisão e gerenciamento do trabalho na unidade de produção familiar foi um quesito que também foi investigado junto aos jovens da amostra. Segundo Pasa (2018) o trabalho pode ser considerado como o elemento principal para o desenvolvimento e reprodução social da unidade de produção familiar, sendo as características pessoais e de gênero consideradas na divisão do trabalho entre os membros das famílias.

Conforme Weisheimer (2009) o trabalho familiar é fator central da reprodução da agricultura familiar. Desta forma, toda a força de trabalho familiar tende a ser direcionada e organizada para a realização do trabalho agropecuário, sendo que a organização do trabalho baseia-se em papéis sociais diferenciados por critérios de sexo e idade que caracterizam as relações de gênero e geração social neste meio.

No caso pesquisado, os jovens entrevistados relataram que as atividades agropecuárias geralmente são realizadas, na sua maioria, por todo o grupo familiar,

⁴ Nesta categoria encontram-se as despesas com atividades agrícolas gerenciadas pelos jovens.

já que consideram que todos os membros familiares têm conhecimento para realizar as distintas atividades agropecuárias que são executadas na UPF. Nas falas a seguir esse aspecto está presente:

O trabalho é feito de forma uniforme, tendo a participação de toda a família para as ações (JOVEM 3, M).

Não à divisão de trabalho, todos procuram realizar as tarefas de modo conjunto (JOVEM 5, F).

Os trabalhos a maioria são feitos em conjunto poda, raleio, tirar fruta, tratar os pomares, passar herbicida, não tem problema de divisão, se entendemos fácil, é propriedade familiar todo mundo trabalha junto (JOVEM 28, F).

Na verdade a gente faz todo mundo um pouco de tudo, a questão dos maquinários na hora de tratar é mais meu irmão e meu pai, mas dirigir trator as mulheres também dirigem, podar, colher, todas as mulheres participam, todo mundo participa (JOVEM 26, F).

Estes achados se aproximam do estudo realizado por Bianchini (2010), que identificou 33% das famílias rurais o trabalho agropecuário é realizado de forma conjunta, “parelha” por homens e mulheres. Para Bianchini (2010) estes dados apontam para uma potencial mudança nos padrões históricos de divisão do trabalho rural, onde as atividades desenvolvidas pelos homens estão relacionadas com o “pesado”: lavoura, roça, maquinários, e as atividades desenvolvidas pelas mulheres estão relacionados com o “leve”: serviços domésticos e cuidado com a família.

No entanto, também é possível observar falas dos jovens rurais em que a divisão do trabalho entre os gêneros pode ser identificada:

Não possui muita gerência de mão de obra é bastante flexível, somente a administração do aviário que fica por conta da mãe (JOVEM 14, M).

Eu e o pai cuidamos das lavouras e a mãe dos serviços de casa (JOVEM 21, M). Todos trabalham junto, mas quem puxa a frente na colônia sou eu e minha mãe (JOVEM 23, M).

Meu pai, minha mãe e meu irmão vão na roça, eu fico em casa cuidando da casa e da nona, minha cunhada cuida da casa e dos filhos pequenos (JOVEM 24, F).

A mãe cuida da casa, o tio que é idoso cuida mais dos serviços perto de casa, e eu e o pai puxamos a frente na roça (JOVEM 30, F).

Nestes depoimentos identifica-se que os serviços de cuidados, da casa, crianças e idosos, ainda são restritos às mulheres, que comumente desenvolvem dupla jornada de trabalho, já que além dos serviços de cuidado, também trabalham nas atividades agropecuárias.

Segundo Woortmann (1995) a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar responsabiliza os homens pelo trabalho “produtivo” que envolve as

atividades na agricultura, pecuária, comercialização e administração da propriedade, e as mulheres se responsabilizariam pelo trabalho “reprodutivo” como o serviço doméstico, cuidado com a horta, pequenos animais e a educação dos filhos, além de participarem conjuntamente com os homens das atividades agrícolas tendo seu trabalho considerado como “parcial”, “leve” ou “ajuda”.

Ou seja, a desvalorização do trabalho feminino e juvenil na agricultura provoca a invisibilidade social das suas participações laborais, atribuindo importância secundária para a realização do trabalho familiar feminino rural, mesmo diante das duplas jornadas as quais as mulheres rurais são submetidas.

Atualmente pode-se ver mulheres dirigindo tratores e máquinas, conduzindo caminhões, gerenciando agroindústrias, contratando pessoal para as safras e gerenciando as unidades produtivas de forma geral e ainda realizando as atividades que tradicionalmente são atribuídas ao gênero feminino.

Dado levantados pelo Censo Agropecuário de 2017, apontaram que aproximadamente um milhão de mulheres gerenciavam unidades produtivas na categoria agricultura familiar (SCALON, 2021). O papel da mulher rural está deixando de ser visto somente enquanto dona de casa para ter seu papel enquanto produtora de alimentos (STADUTO *et al.*, 2015).

4.4.4 Interesse dos jovens em investir nas unidades de produção familiar e na atividade agropecuária

Na caracterização das unidades de produção da amostra vimos que em 24 das 30 unidades analisadas ocorreram investimentos produtivos nos últimos cinco anos. Nesta seção o foco é o interesse dos jovens em continuar esses investimentos.

A Tabela 22 evidencia o interesse dos jovens rurais em realizar algum tipo de investimento na UPF. Percebe-se que 12 jovens demonstraram interesse em realizar algum tipo de investimento na unidade familiar.

Tabela 22 - Interesse dos jovens rurais pesquisados em fazer investimentos na UPF

Tipo de investimento de interesse pelos jovens rurais	Frequência
Ampliação da área de plantio e plantio de novas cultivares	4
Construção de pavilhões, galpões	2
Construção de aviários	1
Equipar sala de ordenha	1
Compra de maquinários e implementos agrícolas	1

Tipo de investimento de interesse pelos jovens rurais	Frequência
Abertura de agroindústria	1
Seguir investindo no que já está sendo feito na UPF	1
Quer investir, mas não sabe em que setor	1
Jovens rurais com interesse em investir	12
Jovens rurais sem interesse em investir	18

Fonte: Autora.

A categoria que apresentou a maior incidência de interesse foi à categoria ampliação da área de plantio e plantio de novas cultivares e aqui infere-se uma relação positiva entre dar continuidade a unidade de produção e pretensão de realizar investimentos nas unidades produtivas.

Na Tabela 22, também está representado o número de jovens que não tem interesse em realizar investimentos na unidade familiar, sendo 18 jovens. Destes, dez jovens não pretendem investir na UPF, pois não tem a pretensão de continuarem a trabalhar com a agricultura, investindo em outras áreas de trabalho. E os outros oito jovens, não pretendem investir no momento, pois os investimentos que desejavam realizar já foram feitos e estão trabalhando para pagar os investimentos realizados, antes de realizarem novos investimentos.

4.4.5 Presença de jovens interessados em dar continuidade à unidade de produção familiar

A reprodução social da agricultura familiar, no longo prazo, exige a presença de alguém entre os filhos que pretenda dar continuidade ao trabalho e a gerência da unidade de produção (ALMEIDA, 1986; SPANEVELLO, 2008).

Na tabela a seguir (Tabela 23) são apresentados os resultados sobre os possíveis sucessores nas unidades de produção da amostra.

Tabela 23 - Possíveis sucessores nas UPF pesquisadas

Quem ficará na propriedade	Frequência		Total
	Mulheres	Homens	
Entrevistado(a)	3	10	13
Irmão(ã) do entrevistado(a)	7	0	7
Entrevistado(a) e seu irmão(a)	2	1	3
Os pais do entrevistado(a)	1	1	2
Não foi decidido	2	3	5

Fonte: Autora.

Como ressaltado pela Tabela 23, percebe-se que praticamente quase todas as unidades familiares de produção têm um potencial sucessor (23 UPFs), sendo

que entre essas 23 unidades, três unidades poderão ter mais de um sucessor. Em outras cinco unidades ainda não foi decidido como será a sucessão. Somente duas unidades poderão ficar sem sucessores, caso algum outro familiar não assuma a gerência da propriedade.

Na Tabela 23, acima, é possível verificar a questão de gênero dos possíveis sucessores. Na categoria *Próprio entrevistado*, verifica-se que dez jovens rurais do gênero masculino responderam que serão os sucessores, e três jovens rurais do gênero feminino responderam que serão as sucessoras.

Na categoria *Meu irmão (a)*, percebe-se que sete jovens rurais do gênero feminino responderam que quem ficará na propriedade será seu irmão. Na categoria *Entrevistado e seu irmão (a)* observa-se que dois jovens rurais do gênero feminino ficarão na propriedade juntamente com seu irmão, e um jovem rural do gênero masculino respondeu que sucederá a propriedade junto com seu irmão.

Na categoria *Os pais* percebe-se que dois jovens rurais, um masculino e outro feminino, não ficarão na propriedade, sendo possível que a propriedade fique sem sucessor. Por fim, na categoria *Não foi decidido*, verifica-se que cinco jovens rurais, dois do gênero feminino e três do gênero masculino, a questão da sucessão ainda não foi discutida pelo grupo familiar, sendo possível que haja ou não sucessores.

Juntando os dados verifica-se que 18 jovens rurais do gênero masculino pretendem ficar na propriedade, sendo que um jovem rural masculino dividirá a sucessão e gerência da propriedade com o irmão. Já, entre as jovens do gênero feminino verifica-se que cinco jovens pretendem ficar na propriedade, sendo que duas jovens dividirão a sucessão e a gerência da propriedade com o irmão.

Os resultados encontrados por este estudo corroboram com dados apresentados pela literatura, que afirmam que geralmente quem assume a sucessão da propriedade são os filhos homens (CHAMPAGNE, 1986; BRUMER *et al*, 2000; CARNEIRO, 2001; JUCHEM *et al.*, 2005; SPAVENELLO, 2008). A presença expressiva de sucessores do gênero masculino ocorre por uma combinação de fatores de ordem familiar, social, cultural e econômica, interligados com questões de ordem pessoal marcadas pelo gênero, idade, aptidões e identificação com o trabalho rural.

Conforme Spavenello (2008, p. 109) a possibilidade das mulheres se tornarem sucessoras ocorre geralmente quando são filhas únicas, e/ou quando não constituem matrimônio, sendo a filha celibatária, permanecendo com a família de

origem sob a autoridade do irmão que suceder o pai, e/ou dividindo a sucessão do estabelecimento com o irmão. Neste estudo, cinco jovens mulheres responderam que ficarão na propriedade, sendo uma primogênita, uma filha única, uma casada e as outras duas dividirão a gerência com seus irmãos.

Outra questão importante de ser ressaltada é o expressivo resultado de intensão de jovens rurais permanecerem e sucederem a propriedade familiar. Entre as 30 unidades familiares da amostra em somente dois casos há a possibilidade de não haver filhos ou filhas que sucederão os pais na unidade de produção. Nas demais 28 unidades familiares de produção os jovens rurais participantes apontaram que um filho/filha ou mais de um filho/filha se manterão no trabalho e na gerência da unidade de produção.

Estes dados corroboram com Valadares *et al.* (2016), que vêm analisando junto as séries históricas censitárias informações sobre a população rural e sobre a permanência da juventude rural no campo. Valadares e outros apontam que, nas duas últimas décadas, ocorreu um aumento nas taxas de permanência de jovens no meio rural em quase todas as regiões do país, com exceção da região Sudeste marcada por sua característica urbana. Ou seja, o período entre 2000-2010 foi marcado por um significativo aumento na permanência dos jovens no campo, podendo esse aumento ter derivado da ampliação do acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a promoção da cidadania (VALADARES *et al.*, 2016).

4.4.6 Motivos relacionados à perspectiva de sucessão

O entendimento dos resultados apresentados pelo indicador anterior que investigou a presença de jovens interessados na sucessão das unidades de produção pode ser complementado com os dados levantados pelo indicador *motivos relacionados à perspectiva de sucessão*. Os principais motivos apontados podem ser observados por meio da Tabela 24.

Tabela 24 - Motivos relacionados à perspectiva de sucessão dos jovens rurais pesquisados	
Motivos para ser sucessor	Frequência
Gosta de trabalhar com agricultura, proporciona liberdade, tem flexibilidade de horário, ser o próprio chefe	9
Continuar trabalhando na propriedade e dar continuidade ao ramo da família	7
Profissão com futuro promissor, rentável	3

Motivos para não ser sucessor	Frequência
Pretende seguir outra profissão com renda fixa	7
Não gosta de trabalhar com agricultura, é sofrido, sem descanso e pouco rentável	3
Não decidiu o que fazer	1

Fonte: Autora.

Dos 30 jovens rurais participantes, 19 jovens responderam que pretendem continuar no interior. Os motivos apresentados pelos jovens referentes às suas escolhas perpassam questões de ordem interna como a identificação com o meio rural e seus determinantes naturais, gostar em desenvolver atividades agropecuárias e perpetuar o ramo de atividade agropecuária familiar. Além das questões de ordem externa como a renda, a liberdade de organizar as atividades agropecuárias do seu modo, flexibilidade de horário, ser o próprio chefe. Como se observa nos comentários a seguir:

Sim, porque gosto do lugar que moro, gosto de trabalhar na colônia e da liberdade que ela proporciona, aqui auxílio tanto na roça quanto nas atividades administrativas (JOVEM 8, F).

Sim, pretendo ficar na propriedade dando continuidade na produção de frutas, pois cresci no meio rural e consigo me identificar muito bem nessa atividade, e também gosto do serviço que realizo (JOVEM 7, M).

Sim. Já trabalhei em fábrica de móveis, e acredito que se obtém uma qualidade de vida muito melhor no rural, a renda é melhor e tenho muito mais tempo livre e não devo satisfação para chefe. Pretendo seguir no ramo da uva e dos perus (JOVEM 14, M).

Sim, sendo agricultor. Porque eu gosto de trabalhar com agricultura e posso fazer meu próprio horário, sem chefe para mandar em mim (JOVEM 23, M).

Já, 11 jovens rurais não pretendem continuar no interior, por não se identificarem e não gostarem de trabalhar com a agricultura, preferindo trabalhos urbanos com renda fixa, com direito a férias, descanso nos fim de semana e ser menos sofrido. Como explicitado pelas seguintes falas:

Não pretendo ficar, por mais que goste da colônia, pretendo ter meu emprego e minha renda fixa, morar sozinha e não depender de pai e mãe, mas não sei o que fazendo ainda (JOVEM 1, F).

Não, porque não gosto de trabalhar na colônia, é muito sofrido e pouco rentável, pretendo ser operador de máquinas pesadas (JOVEM 20, M).

Como desta Siqueira (2004) os jovens rurais fazem parte de um contexto que relaciona o grupo familiar com a unidade produtiva. Caracterizado pela inserção no mundo do trabalho agropecuário na infância, desempenhando um papel essencial na construção de sua identidade social (WEISHEIMER, 2004).

Para muitos jovens do meio rural o contato com as atividades laborais ocorre ainda na infância, quando os pais por motivos distintos acabavam levando os filhos

pequenos junto para os locais de trabalho na colônia. Este contato dos jovens participantes com as atividades agropecuárias pode ajudar a desenvolver o gosto, a afinidade com o trabalho no meio rural ou ao contrário, pode gerar aversão ao trabalho no meio rural.

Os participantes escolhidos para este estudo estão dentro da faixa etária de 15 a 24 anos de idade, período que segundo a literatura é marcado pelas mudanças fisiológicas e cognitivas com a qual os indivíduos adquirem novas responsabilidades e experiências (WEISHEIMER, 2004, 2009). As vivências e experiências dos sujeitos desenvolvem modelos, inscrições e registros que formam as ideias, opiniões, gostos e representações que aproximam ou afastam os sujeitos de diferentes contextos, pessoas, ambientes, entre outros, atribuindo cargas positivas ou negativas (GODOY, 2019).

A inserção das crianças e dos jovens nas atividades laborais da UPF faz parte das estratégias educacionais dos pais como um meio de transmissão de hábitos e valores fundamentais para a reprodução social da família, sem se limitar a reprodução do estabelecimento agrícola. Os pais almejam que os filhos saibam valorizar o trabalho, para se tornarem bons profissionais, e que possam se inserir facilmente no mundo do trabalho dentro ou fora da agricultura familiar (PANDOLFO, 2012).

4.4.7 Razões relacionadas à saída do jovem do meio rural

A respeito da compreensão dos fatores que podem influenciar as representações dos jovens rurais sobre a permanência ou saída do meio rural foram investigadas junto aos participantes quais seriam as principais razões que podem levar os jovens da sua comunidade a deixar o meio rural. As principais razões apontadas podem ser observadas através da Tabela 25.

Tabela 25 - Razões que podem levar a saída dos jovens do meio rural

Razões para a saída dos jovens do meio rural	Frequência
Fatores de ordem pessoal	4
Quer trabalhar em outra área, seguir outra profissão	4
Não gostar de trabalhar com agricultura	2
Continuar os estudos, fazer faculdade	2
Sair por causa de namorado (a), marido, mulher	1
Falta de vontade	1

Razões para a saída dos jovens do meio rural	Frequência
Fatores de ordem social	
Falta de incentivo dos familiares	13
Falta de incentivo do goerno, incentivo público	5
Falta de diálogo na família na divisão de tarefas e investimentos	3
Falta de oportunidades	2
Falta políticas para manter o jovem no interior	1
Falta de reconhecimento dos pais	1
Falta de amizades, namoro	1
Pais autoritários	1
Fatores de ordem cultural	
Trabalho pesado, árduo, forçado	5
Trabalho cansativo, sofrido	2
Trabalho braçal, manual	2
Baixa valorização da profissão de agricultor	2
Desvalorização dos jovens na agricultura	1
Trabalho diário no sol, chuva	1
Jornadas de trabalho que não são fixas	1
Visão de vida sofrida	1
Fatores de ordem ambiental	
Clima que não favorece a produção, mudanças climáticas	3
Propriedade com terreno acidentado, com morro, pedregoso	1
Acesso precário a propriedade	1
Estradas precarizadas	11
Fatores de ordem econômica	
Propriedade que não gera muita renda	4
Custo de produção alto	4
Propriedade pequena, com pouca terra	3
Falta de remuneração pelos pais	3
Falta de estrutura na propriedade	2
Preços altos dos insumos agrícolas	2
Preços baixos dos produtos para comercialização	2
Preços altos dos combustíveis	1
Falta de mão de obra	1
Instabilidade econômica	1
Remuneração incerta, sazonal	1
Divisão de terras entre irmãos	1
Ter sua própria renda fixa	1
Pais pretendem tentar algo novo	1
Abrir seu negócio na cidade	1

Fonte: Autora.

As razões apresentadas na Tabela 25 envolvem fatores de ordem pessoal, social, cultural, econômico e ambiental. A principal razão apontada para a saída do meio rural foi à falta de incentivos dos familiares, com 13 indicações. Ainda entre as questões pessoais foram citadas a falta de identificação do jovem com o meio rural e com o trabalho agrícola.

As questões de ordem social abrangem os aspectos econômicos, como a não viabilidade e rentabilidade do empreendimento, os aspectos culturais e tradicionais, na transmissão de costumes e saberes e os aspectos familiares que abarcam o relacionamento interpessoal entre os membros da família. A conexão entre os fatores apontados criam representações sociais sobre o meio rural e a agricultura,

podendo influenciar na saída dos jovens rurais em busca de novas oportunidades no meio urbano.

Bianchini (2010) compreende que o estímulo da família à permanência dos filhos no meio rural é um dos principais se não o mais essencial fator na determinação da opção profissional. A postura dos pais é essencial, uma vez que é por meio da família que são transmitidos os primeiros valores, princípios e concepções a respeito do modo de vida, do trabalho e do estudo.

Spanevello (2008), ao estudar a relação da percepção que a família tem sobre a ocupação agropecuária e o estímulo dado aos jovens para seguir na atividade agropecuária, observou que famílias sem sucessores, na maioria dos casos, apresentavam uma representação desfavorável da ocupação agropecuária e não estimulavam seus filhos a permanecerem no meio rural. Já as famílias que tinham sucessores a representação da atividade agropecuária era favorável e estimulavam seus filhos a permanecerem no meio rural.

A falta de incentivo dos familiares se interliga com os demais motivos apontados posteriormente como um efeito cascata. Por exemplo, os familiares deixam de incentivar os jovens a permanecerem no meio rural por falta de “incentivo governamental”, seja por meio de incentivo fiscal ou por políticas públicas. Os baixos incentivos governamentais e de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar na regulação de preços de custos para produção e venda dos produtos agropecuários, acabam deixando muitas vezes os agricultores familiares reféns do mercado de venda de insumos e implementos agrícolas que apresentam altos preços, além do mercado de compra com tabelas de preços defasadas com baixos preços de venda dos produtos agropecuários, podem provocar “custos altos de produção” e baixa rentabilidade produtiva. Bem como, a “falta de políticas voltadas para os jovens rurais” é percebida como “desvalorização dos jovens na agricultura”, desestimulando com que os mesmos permaneçam no meio rural.

Os possíveis efeitos dos baixos incentivos governamentais por meio de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar pode provocar a desvalorização da profissão de agricultor/agricultora familiar. A desvalorização da profissão pode estar relacionada à visão de uma “vida sofrida”, associada às características apontadas como “desfavoráveis” por ser um trabalho “pesado”, “árido”, “cansativo”, “manual”, “braçal”, “diário no sol, na chuva”, com “jornadas de trabalho que não são fixas”. Estas características apontadas como “desfavoráveis” correlacionadas com a

“instabilidade econômica”, “remuneração incerta, sazonal”, dependente das “condições climáticas” e a “falta de mão de obra” para produção acabam por desmotivar os agricultores com a profissão.

Os fatores como “divisão de terras entre irmãos”, “propriedade pequena”, “pouca terra”, “terreno acidentado, com morro, pedregoso” ligado ao “acesso precário à propriedade” e as “estradas precarizadas” no interior podem ocasionar com que a propriedade não seja “rentável”, gere pouca “renda” para o grupo familiar se manter. E a “falta de terras” com melhores condições terrenas para a produção pode acarretar que os responsáveis pela propriedade saiam em busca de “algo novo” para tentar melhorar a renda da família em outros lugares, provocada pela “falta de oportunidades” de crescimento no meio rural.

Os fatores familiares como “pais autoritários”, “falta de diálogo na família” sobre “divisão de tarefas e investimentos”, associados com a não disponibilização de “remuneração” aos filhos e a “falta de reconhecimentos dos pais” para com o trabalho dos filhos jovens, pode ocasionar com que os jovens partam para o meio urbano em busca de “ter sua própria renda fixa”. Correlacionado com a “falta de vontade” em trabalhar com agricultura por não se identificar com o trabalho, e/ou porque quer “trabalhar em outras áreas”, “seguir outras profissões” no qual os jovens se identifiquem, ocasiona com que os jovens saiam do meio rural para “continuar os estudos”, “fazer faculdade” para poder exercer a profissão desejada ou “abrir um negócio na cidade”.

Os fatores interpessoais de socialização reduzidos pela saída dos jovens no meio rural acabam afetando as relações afetivas de amizade e namoro. A “falta” de jovens de ambos os sexos no meio rural provoca o deslocamento dos jovens rurais para os centros urbanos em busca de relacionamento afetivo, podendo acarretar a saída dos jovens por causa de “namorado/namorada, marido, mulher”.

Todos estes fatores se encontram entrelaçados em uma complexa rede de causas e efeitos que interligam as experiências e vivências favoráveis ou desfavoráveis dos sujeitos rurais sobre o meio no qual estão inseridos. Formando representações sociais que podem ser favoráveis ou desfavoráveis do meio rural, influenciando nas escolhas futuras dos jovens rurais.

4.4.8 Papel da família no futuro profissional e na sucessão geracional

O grupo familiar pode ser considerado como um fator de extrema importância para o desenvolvimento interpessoal do ser humano. A família é o primeiro grupo social do qual as pessoas fazem parte ao longo da vida, e o meio familiar exerce influência nas escolhas pessoais, profissionais e nos projetos de vida dos filhos, seja para a perpetuação dos negócios da família ou para a realização de sonhos não concretizados pelos pais.

Na agricultura familiar a família exerce forte influência sobre o futuro profissional dos jovens e assim sobre as possibilidades de sucederem os seus pais. Grupos familiares que gostam de viver da agricultura e morar no interior têm a tendência a incentivarem os filhos a perpetuarem a profissão de agricultor/agricultora. Ao contrário, grupos familiares que não têm uma boa representação das atividades agropecuárias e da vida no meio rural têm tendência a incentivar que os jovens busquem outras oportunidades profissionais fora da agricultura.

Neste ponto investigou-se junto aos jovens da amostra qual a posição/opinião da família sobre o seu futuro profissional e sobre a possibilidade de sucessão na unidade de produção familiar. Dos 30 participantes, 24 responderam que a família os incentiva para que permaneçam no meio rural, e na profissão de agricultor/agricultora, principalmente para que deem continuidade ao trabalho da família na unidade de produção familiar. Entre estes 24 jovens, 12 são do gênero feminino e 12 do gênero masculino.

Os jovens da amostra destacaram os fatores apontados por seus familiares para incentivar a sua permanência no meio rural, os quais podem ser observados na Tabela 26.

Tabela 26 - Fatores apontados pelos familiares para Incentivar a permanência dos jovens no meio rural (segundo o relato dos jovens pesquisados)

Fatores para incentivar a permanência dos jovens no meio rural	Frequência
Fonte de renda melhor	7
Perpetuar os negócios da família	5
Não abandonar os investimentos feitos na propriedade	3
Trabalho facilitado pelo uso de máquinas	2
Autonomia ("ninguém te manda")	2
Flexibilidade nos horários de trabalho	2
Você é seu próprio chefe	2
Maior qualidade de vida	2
Futuro promissor do país	2

Fatores para incentivar a permanência dos jovens no meio rural	Frequência
Importante para a produção de alimentos	2
Ajudar os pais	1
Trabalho mais livre	1
Trabalho pesado só em época de safra	1
Lugar que pode se fazer de tudo	1
Lugar que se come bem	1

Fonte: Autora.

Os fatores demonstrados na Tabela 26 levam em consideração as condições internas familiares, tanto econômicas como sociais. As categorias fonte de renda, necessidade de perpetuar os negócios da família e necessidade de não abandonar os investimentos feitos na propriedade foram as que apresentaram maior frequência nas respostas.

A renda na agricultura é um dos principais fatores apresentados pelas famílias para incentivar de forma favorável a permanência dos jovens no meio rural. Geralmente os pais usam o argumento de que a renda obtida na agricultura é maior, quando comparada com a renda obtida na cidade em empregos na indústria ou serviços.

Sim, pois quando a safra dá boa ganha-se uma boa renda (JOVEM 9, M).

Sim, me incentivam, pois dizem que é um lugar onde a rentabilidade financeira em longo prazo é melhor (JOVEM 10, M).

Sim, muitos dizem que a colônia dá mais dinheiro que na cidade (JOVEM 29, F).

Estudos realizados por Silvestro *et al.* (2001); Abramovay *et al.* (1998) constataram que no grupo familiar rural capitalizado há maior estímulo para que os filhos continuem na atividade agropecuária do que entre o grupo familiar rural descapitalizado.

Distintos são os fatores representacionais utilizados como argumentos familiares para estimular os jovens rurais a permanecerem na unidade de produção familiar, funcionando como atrativos emocionais e racionais, levando em consideração os aspectos laborais, sociais, culturais, educacionais, econômicos, entre outros. Como apontar questões de organização do trabalho, aspectos qualitativos do contexto rural, importância da profissão, entre outros. Como segue nas seguintes falas:

Sim, porque por mais que seja cansativo, dá mais lucro, não é um trabalho difícil, pode até ser pesado, mas é só na safra e não o ano inteiro. Então são poucos meses mais corridos, porém ninguém te manda e tu não tem

horário para nada praticamente, e porque o pai e a mãe precisam de ajuda (JOVEM 1, F).

Sim, sempre incentivaram mostrando a importância da agricultura para o mundo e como podemos mudar para melhor produzindo alimentos saudáveis (JOVEM 3, M).

Sim, pois enxergam um futuro mais promissor no mundo rural, visto a situação caótica enfrentada atualmente no meio urbano, além de já possuir uma estrutura montada sem precisar investir para que a propriedade seja rentável (JOVEM 5, F).

Sim, porque a colônia é o futuro do país, sem os alimentos que são produzidos na colônia as pessoas não comeriam e passariam fome (JOVEM 19, M).

Sim, eles sempre me incentivaram, uma que eles sempre me levaram para a roça desde pequeninha e eu peguei o gosto disto, mas eles sempre me incentivaram a ficar na colônia. Minha mãe dizia assim: aqui sou eu que mando e se eu for trabalhar fora eu vou ser mandada. Então ela sempre me incentivou a ficar na colônia e ter vontade de trabalhar (JOVEM 26, F).

Outros quatro participantes, sendo dois jovens rurais do gênero feminino e dois do gênero masculino, disseram que sua família não os incentiva que permaneçam no meio rural, argumentando que o meio rural é pouco rentável e sofrido, incentivando-os a procurarem outros lugares de serviço no meio urbano e/ou incentivam que estudem para seguirem uma carreira fora da UPF. E outros dois jovens rurais participantes, sendo um do gênero masculino e outro do gênero feminino, relataram que sua família não interfere em suas escolhas, não dizem que é para sair ou ficar no meio rural, que a escolha que eles fizerem será apoiada pela família. Como refletido pelas seguintes falas:

Não, querem que eu tenha um emprego mais fácil e rentável, me incentivam que seja mecânico (JOVEM 12, M).

Não, querem que eu procure uma área mais rentável e menos sofrida que eu goste fora da colônia (JOVEM 20, M).

Não me incentivam, como eu nunca fui apegada a área rural sempre me incentivaram a procurar algo que eu goste no meio urbano (JOVEM 22, F).

Neste sentido, Bianchini (2010), destaca que a representação favorável ou desfavorável do grupo familiar referente ao seu modo de vida e trabalho, possivelmente é transferido para seus filhos que reproduzirão visões semelhantes às de sua família. Caso a família não exerça o papel de estimular seus filhos a perceberem a agricultura e o meio rural de forma favorável, provavelmente esses jovens rurais não encontrarão em outro lugar estímulo favorável para a reprodução social da agricultura familiar, e possivelmente se afastarão da propriedade em busca de novas oportunidades no meio urbano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar as representações sociais que os jovens filhos de agricultores familiares de Antônio Prado/RS possuem sobre a vida no meio rural e sobre o trabalho na agricultura.

A partir da análise dos dados da pesquisa de campo pode-se inferir que os jovens da amostra possuem representações favoráveis sobre a profissão de agricultor ou agricultora. Neste aspecto destaca-se que 27 jovens, dos 30 jovens rurais pesquisados, apresentam uma representação favorável sobre a profissão, e em especial por esta ser produtora de alimentos, pela importância da agricultura na economia da região e por proporcionar aprendizados e conhecimentos.

Em relação a vida no meio rural a avaliação favorável também predomina, o que pode ser visto a partir das representações de 23 jovens, entre os 30 jovens da amostra, que responderam que o meio rural é o melhor lugar para se viver. Estes jovens destacam que o meio rural proporciona maior liberdade e contato com a natureza, sendo um local de tranquilidade, além de possibilitar uma melhor renda através do trabalho agropecuário.

Os dados acima levam a responder de forma favorável as perspectivas de sucessão geracional nas unidades de produção familiar, visto que, entre os 30 jovens rurais da amostra, identificou-se que 19 jovens pretendem continuar trabalhando com a agricultura, sendo 11 rapazes e oito moças. Dados estes que vão ao encontro do estudo de Valadares et al. (2016), sobre séries históricas censitárias referente a população rural, com foco na permanência da juventude no campo.

Valadares *et al.* (2016) destaca que nas duas últimas décadas (2000-2010) ocorreu um aumento nas taxas de permanência dos jovens no campo em quase todas as regiões do país, com exceção da região Sudeste, podendo esse aumento ser relacionando com a ampliação do acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, segundo os autores.

Verificou-se neste estudo que nas unidades de produção familiar em que foram realizados investimentos de alto custo, como abertura de agroindústrias, renovação e ampliação de pomares, aquisição de maquinários e implementos agrícolas os jovens rurais demonstraram ter interesse de sucederem as propriedades familiares, quando comparados com os jovens rurais em que as unidades de produção familiares não realizaram investimentos expressivos.

Apesar disso, somente os investimentos individuais realizados pelas famílias agricultoras não garante a sucessão da unidade de produção, precisando que a Administração Pública também proporcione melhorias de infraestrutura para os agricultores, como pavimentação asfáltica, distribuição de internet, acesso água potável, entre outros investimentos que possibilite um adequado escoamento da produção agropecuária. Como destaca Carneiro (2005), em áreas rurais que apresentam melhores condições de infraestrutura, tais como boas estradas e acessos à propriedade, e acesso facilitado à telefonia e internet, a comunicação com o meio urbano é facilitada e os jovens são influenciados de forma favorável pela valorização urbana do campo, o que pode contribuir para que os jovens desejem permanecer no meio rural.

Respondendo a hipótese deste trabalho, confirma-se que os investimentos realizados na unidade de produção familiar junto aos investimentos realizados na infraestrutura do meio rural têm despertado o interesse dos jovens rurais a permanecerem na propriedade e desenvolverem a profissão de agricultor ou agricultora.

Neste estudo destacaram-se alguns elementos favoráveis nas representações sociais referentes a profissão de agricultor ou agricultora, entre eles: a profissão de agricultor/agricultora como responsável pela produção de alimentos, a boa renda obtida pela profissão e a possibilidade constante de aprendizado e obtenção de novos conhecimentos. Nas representações desfavoráveis o elemento que mais de destacou foram os riscos a que os agricultores, e a produção agropecuária, estão submetidos, principalmente os riscos climáticos (sol, chuva, frio, calor, etc.)

O elemento risco de mercado (dificuldades e incertezas das atividades agrícolas) que geralmente é identificado em estudos dessa natureza (SCALON, 2021), neste trabalho não foi identificado. Infere-se que o atual cenário nacional de promoção do agronegócio, e as redes de comercialização que tem sido construídas pelas famílias do município, as quais são facilitadas pelas facilidades de comunicação, influencie as representações dos jovens rurais em relação aos mercados.

Entende-se que foi possível atingir o objetivo proposto neste estudo, o qual se propôs analisar as representações sociais que os jovens filhos de agricultores familiares de Antônio Prado/RS possuem sobre a vida no meio rural e sobre o trabalho na agricultura, uma vez que se verificaram as representações sociais dos

jovens entrevistados na sua maioria possuem caráter favorável referente ao meio rural e ao trabalho com a agricultura, despertando o interesse dos jovens rurais sucederem a unidade de produção familiar e perpetuarem a profissão de agricultor ou agricultora.

A fim de apontar futuras investigações aponto um elemento não mesurado neste trabalho, mas que merece ser investigado, o qual refere-se à influência que a proximidade aos centros urbanos, e as facilidades de acesso aos meios de comunicação e ao estudo tecnológico e superior, exerce sobre as representações dos jovens sobre o meio rural e sobre as perspectivas de reprodução social das unidades de produção.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_08.pdf. Acesso em: 26 jan. 2022.

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios de novos padrões sucessórios. Brasília: Edições Unesco, 1998.

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-37.

AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos estatísticos para as Ciências Sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. *In*: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 29 set. 2022.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/01/rbcs01_06.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.

ANTÔNIO PRADO. **Lei municipal nº 3213, de 24 de junho de 2021**. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Antônio Prado - RS para o período de 2022 a 2025 e dá outras providências. Antônio Prado, 2021. Disponível em: <https://antonioprado.rs.gov.br/UPLarquivos/190720211626175.pdf> ppa. Acesso em: 25 jan. 2022.

ANTÔNIO PRADO. Prefeitura Municipal. Secretaria de Comércio e Turismo de Cultura Conselho, Departamento de Cultura, Conselho Municipal de Cultura. **Plano Municipal de Cultura de Antônio Prado – RS**. 2016. Disponível em: https://www.cespro.com.br/7231/2016_L3020.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

BARBOSA, F. D. **Antônio Prado e sua história**. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014. Disponível em: <http://www.projetopassofundo.com.br>. (Obra original publicada em 1915).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BIANCHINI, S. **O futuro das propriedades familiares sem sucessores**: o caso do município de Paraíso/SC. 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em:

http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/2425/1/Dissertacao_Simone_Bianchini.pdf. Acesso em: 6 mar. 2022.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 04 mar. 2022.

BONOMO, M. *et al.* Princípios organizadores das representações de rural e cidade. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/j6SPCKRb9yny3GVvFNbh6Mc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BOSCARDIN, M. **Reprodução social da agricultura familiar**: uma análise demográfica em propriedades familiares sem sucessores no município de Frederico Westphalen, RS. 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172431/001049397.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BOURDIEU, P. A dimensão simbólica da dominação econômica. *In*: LINS, D. (org.). **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papiрус, 2000. p. 93-119.

BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. **Études rurales**, France, n. 5-6, p. 32-136, avr. 1962. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/AsPDF/rural_0014-2182_1962_num_5_1_1011.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL, **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRUMER, A. *et al.* Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIARURAL, 10., **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Internacional de Sociologia Rural, 2000.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 6-17, 2008. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul, 2008. (Relatório de Pesquisa).

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 2006. Disponível em: <http://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/7555/BVE19039839p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BURTON, R.; WALFORD, N. Multiple succession and land division on family in the South East of England: a counterbalance to agricultural concentration? **Journal of Rural Studies**, London, v. 21, p. 335-347, 2005. Doi:10.1016/j.jrurstud.2005.04.00. Acesso em: 24 jan. 2022.

CALEGARIO, F. F. **Padronização e classificação de pêssegos e nectarinas**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2005. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/541003/1/CNPUVDOC.4905.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2022.

CÂMARA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, AGROPECUÁRIA E TURISMO DE ANTÔNIO PRADO - CIC AP. **Perfil socioeconômico de Antônio Prado**: ano base 2018. 2019. Disponível em: <https://www.cicaprado.com.br/UPLarquivos/220520191057064.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. (Texto para Discussão, 621). Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td_0621.pdf. Acesso em: 1º dez. 2021.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/SCGDNz4fpbmR6H5JQkHGH4J/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2022.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E.G. (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.

CARNEIRO, M. J. Juventude Rural: projetos e valores. *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma perspectiva nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p. 243-261.

CHAMPAGNE, P. **L' héritage refusé**: La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950 - 2000. Paris: SEUL, 2002.

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 65, p. 41-64, novembro 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_65_1_2349. Acesso em: 29 jul. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES – CONTAG. **Plano nacional de juventude e sucessão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2018. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1446235174_13082018152308.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

COOPERATIVA AECIA DE AGRICULTORES ECOLOGISTAS - AECIA. **Histórico**. 2021. Disponível em: <https://www.aecia.com.br/historico.php>. Acesso em: 29 out. 2021.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL PRADENSE - COOPRADO. **História**. Ano. Disponível em: <https://www.cooprado.com.br/secao.php?pagina=1>. Acesso em: 20 out. 2021.

COUTINHO, M. P. L.; DO BÚ, E. A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do software tri-deux-mots (Version 5.2). **Revista Campo do Saber**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 219-242, 2017. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/72>. Acesso em: 5 nov. 2022.

DAL MORO, S. M. Ler e escrever entre os italianos no Rio Grande do Sul: condições mágicas ou instrumentos para preservar a identidade individual e do grupo. *In*: BACARRIN, O.; GUZZO, D. B.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2008.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: EST, 2011.

DEJOURS, C. *et al.* **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições de escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DELGROSSI, M. E. *et al.* Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista NECAT**, Florianópolis, n.16, p. 40-45, 2019. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4315/3243>. Acesso em: 22 ago. 2022.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **Holos**, Natal, ano 33, v. 2, p. 360-34, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4210>. Acesso em: 2 jan. 2022.

DURKHEIN, É. **Educação e Sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FARIA, N. M. X. *et al.* Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 16, v. 1, p. 115-128, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/HW5KHvQkLQj5dwhYG59wWXF/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FERNANDES, J. L. S. Análise estatística dos dados socioeconômicos de Antônio Prado. *In*: BACCARIN, O.; GUZZO, D. B.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2008.

FLICK, E. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Food and Agricultural Organization - FAO. **El trabajo de la FAO en la agricultura familiar**: prepararse para el decenio internacional de agricultura familiar (2019-2028) para alcanzar los ODS. Nova Iorque: FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca1465es/CA1465ES.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRON, L. S.; HERÉDIA, V. B. M. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.

GODOY, L. P. **O meu biso passou pro vô, o vô passou pro pai e no caso o pai passaria pra nós**: a sucessão rural e a saúde mental de jovens no processo sucessório. 2019, 79 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213846/001118407.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 ago. 2022.

GOMES, N. *et al.* O campo na perspectiva dos rurais: as representações sociais como indicadores das mudanças nos modos de vida da população que vive no campo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Rural (G&DR)**, Taubaté, v. 15, n. 1, p. 61-75, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/4320/742>. Acesso em: 19 jan. 2022.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193>. Acesso em: 1º jul. 2022.

GRAZIOTTIN, J. E. *In*: BACCARRIN, O.; GUZZO, D. B.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Séries históricas**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas>-

novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=series--historicas. Acesso em: 18 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos, **IBGE Notícias**, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>. Acesso em: 9 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário de 2006**. 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agro 2017, indicadores municipais**. 2017. Disponível em: <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Estudos e pesquisas. Informação geográfica 11, 184, p. 84, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE Cidades**: Antônio Prado. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>; <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/antonio-prado/pesquisa/24/76693>. Resultados definitivos 2017. Acesso em: 19 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Portal do IBGE**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 set. 2022.

INSTITUTO DE SANEAMENTO AMBIENTAL/UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL - ISAM/UCS. **Mapas de Antônio Prado**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2017.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. *In*: GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUCHEM, D. M. *et al.* Principais problemas enfrentados na hora da sucessão na propriedade rural: evidências empíricas. SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 8. 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SEMEAD, 2005. Disponível em:

<http://sistema.semead.com.br/8semead/resultado/trabalhosPDF/92.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2022.

KISCHENER, M. A. A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudeste do Paraná Dissertação. 2015. 175 f. (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1220/3/PB_PPGDR_M_Kischener%20C%20Manoel%20Adir_2015.pdf. Acesso em: 28 nov. 2021.

KISCHENER, M. A. *et al.* Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, Buenos Aires, v.16, n. 33, p. 1-28, 2015. Disponível em: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a07>. Acesso em: 7 mar. 2022.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? *In*: BUAINAIN, A. M. *et al.* (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, p. 1182, 2014. Disponível em: https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/o_mundo_rural_2014.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

KUMMER, R.; VANNINI, I. A. Em busca da terra: estratégias de inserção e permanência no meio rural entre imigrantes italianos e seus descendentes. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 17.; ENCONTRO DO PROFHISTÓRIA, 2., XXIV Semana de História, 24., 2020, Paraná. **O futuro do futuro do Ensino de História**. Paraná: Anpuh-PR, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611931644_ARQUIVO_24a4242e5736f2c7af01a50255be60a2.pdf. Acesso em: 7 mar. 2022.

LAMARCHE, H. (org.). **A agricultura familiar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LETTI, N. Tropeirismo em Antônio Prado e Vacaria e nos Campos de Cima da Serra. *In*: BACCARIN, O.; GUZZO, D. B.; B., V. L. M. (org.). **Raízes de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2008.

LIMA, A. F. *et al.* Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332>. Acesso em: 25 jan. 2022.

LIMBERGER, E. J. K. Cooperativa Pioneira Gaúcha. *In*: BACCARRIN, O.; GUZZO, D. B.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2008.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. *In*: BUAINAIN, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil século 21**. Brasília: Embrapa. 2014, p. 591-620. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINELLO, A. **Cotidiano em mudança**: o rural brasileiro a partir da obra de Carlos Rodrigues Brandão. 2010. 252 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40246/000821259.pdf?sequence=1>. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acesso em: 20 jan. 2022.

MARTINS, L. R. **Permanecer no campo como projeto de vida de jovens rurais**: experiências de formandos e egressos da Escola Família Agrícola no Estado do Espírito Santo. 2019. 229 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/1857/519>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MATTE, A. *et al.* A reprodução social na agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Campo Grande, p. 1-10, 2010. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/extensao/artigos/A%20REPRODUCAO%20SOCIAL%20NA%20AGRICULTURA%20FAMILIAR%20A%20SAIDA%20DOS%20FILHOS%20E%20O%20ENCAMINHAMENTO%20DO%20PATRIMONIO%20ENTRE%20AGRICULTORES%20SEM%20SUCESSORES.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981>. Acesso em: 3 dez. 2021.

MELLO, M. A. de. *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. **Agricultura**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 11-24, 2003. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/asp-1-03-2r.htm>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NERY, C. Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho. **IBGE Notícias**, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>. Censo Agro 2017. Acesso em: 9 jan. 2023.

NEVES, G. R. Antônio Prado no processo de formação do mercado interno no “período da madeira”. In: BACARRIN, O.; GUZZO, D. B.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2008.

NEY, M. G., HOFFMANN R. A construção das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. **Econ. Aplic.**, São Paulo, v.12, n.3, p. 365-393, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eco/a/zLqH93pvMQnmHFNF9bBNsRG/?lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2022.

OLIVEIRA, D. **Mercados e reprodução social um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê – RS**. 2007. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/109251>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PANDOLFO, G. C. **Escola e família: na socialização dos jovens agricultores familiares**. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/81363>. Acesso em: 30 jul. 2022.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PASA, J. **Relações sucessórias em empresas familiares rurais gaúchas e os diferentes grupos étnicos**. 2018. 197 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração da Faculdade Meridional, Passo Fundo, 2018. Disponível em: <https://www.imes.edu.br/Uploads/DISSERTACAO%20DA%20JESSICA%20PASA.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

PASQUETTI, E.; HILLESHEIM, L. P. A sucessão na agricultura familiar no município de Nova Candelária (RS). In: COTRIN, D. (org.). **Desenvolvimento rural e agricultura familiar: produção acadêmica da Ascar**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2014. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/330629/agricultura-familiar-e-desenvolvimento-rural>. Acesso em: 5 jan. 2022.

PEREIRA, J. L. G. de. Entre campo e cidade: amizade e ruralidade segundo jovens de Nova Friburgo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 322-352, 2004. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/253/249>. Acesso em: 20 jan. 2022.

POSENATO, J. **Antônio Prado: cidade histórica**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul**. 2022. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-da-serra-gaucha>. Acesso em 13 jun. 2023.

ROVEDA, F. **Memória e identidade: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional**. Porto Alegre: Metrópole, 2003.

ROVEDA, F. **Padre Schio, amigo e profeta da terra**. Caxias do Sul: São Miguel, 2019.

RYE, J. F. Rural youth's images of the rural. **Journal of Rural Studies**, France, v. 22, p. 409-421, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2006.01.005>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 385-402, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n2/0104-5970-hcsm-21-2-0385.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Ser ou não ser agricultor? Eis a questão. Representações sociais sobre a profissão de agricultor entre jovens de comunidade rural do Sul do Brasil. **Revista de Extensão e Estudos Rurais (REVER)**, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 14-26, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3303>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SANHUEZA, R. M. V. *et al.* **Sistema de produção de morango para mesa na região da Serra Gaúcha e Encosta Superior do Nordeste**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2005. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/MesaSerraGaucha/>. Acesso em: 30 out. 2022.

SCALON, L. **Jovens mulheres e a sucessão na agricultura familiar: um olhar a partir das casas familiares rurais de Saudades e Modelo, Santa Catarina**. 2021. 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232605/001134406.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 ago. 2022.

SCHMITT, C. J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da região serrana do Rio Grande do Sul**. 2001. 355 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198315>. Acesso em: 8 mar. 2022.

SCHNEIDER, S. **A dinâmica local e territorial do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**: um estudo de caso no município de Veranópolis na Encosta Superior da Serra do Nordeste. Porto Alegre, 2002. (Relatório Técnico).

SCHNEIDER, S. A. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b7spy/pdf/schneider-9788538603894.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura social e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SERVIÇO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO Sul - SEBRAE. **Perfil das cidades gaúchas**: Antônio Prado. 2020. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_GauchasAntonio_Prado.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, R. S. da; SILVA, V. R. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/QHfYfV7nPqyJZwV7KTSjqBs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SILVESTRO, M. L. *et al.* A agricultura familiar do Oeste Catarinense: repensando novas possibilidades. **Agropec. Cararin.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 41-44, 2001. Disponível em: <https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/RAC/article/download/1385/1236>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SIQUEIRA, L. H. S. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. 2004. 215 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7053/000538866.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SPANEVERELLO, R. M. *et al.* A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2011v45n2p291/22353>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SPANEVERELLO, R. M. *et al.* A problemática do envelhecimento do meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 15, n. 40, p. 348-32, 2017. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5903>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. *In*: SPINK M. J. P. (org). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

STADUTO, J. A. R. *et al.* **Desenvolvimento rural e gênero**: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jefferson-Staduto/publication/319508687_Desenvolvimento_Rural_e_Genero_abordagens_analiticas_estrategias_e_politicas_publicas/links/59b029330f7e9b3743465dbb/Desenvolvimento-Rural-e-Genero-abordagens-analiticas-estrategias-e-politicas-publicas.pdf. Acesso em: 5 ago. 2022.

STRAPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**, Paraná, v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2019/10/artigo-5-4.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no Horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

STROPASOLAS, V. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/CsLPVp8QgSntXCXjZMsCmBz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

TOLFO, R. S.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 31-46. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/GnLRwtX3KcddXXjnJ8LgRWy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2021.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/xQRmPSyw4yBzZtXcwnccm3K/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2022.

VALADARES, A. A. *et al.* Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. *In*: SILVA, E. R.A.; BOTELHO, R. U. (org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 59-96. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6270/1/Dimens%C3%B5es%20da%20experi%C3%Aancia%20juvenil%20brasileira%20e%20novos%20desafios%20%C3%A0s%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2022.

VELASCO, H. ; DÍAZ DE RADA, A. **La lógica de la investigación etnográfica**: um modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Trotta, 1997.

VELHO, A. Antônio Prado: três momentos importantes da sua história. *In*: BACARRIN, O.; GUZZO, D. B.; BARROSO, V. L. M. (org.). **Raízes de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 87-145, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>. Acesso em: 27 out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J.C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001, p. 21-55.

WEISHEIMER, N. A situação juvenil na agricultura familiar. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15908/000693991.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2021.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: <http://atividaderural.com.br/artigos/568ba7c7c3acf.pdf>. Acesso em: 28/01/2022.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz (RS)**. 2004. 215 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4585/000502487.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jan. 2022.

WEISHEIMER, N. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar gaúcha. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 1, p. 177-193, 2011. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=284. Acesso em: 08 mar. 2022.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.

ZANOL, S. V. **Juventude rural: projetos juvenis no contexto das novas ruralidades**. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122624/325192.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2022.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada

Parte I - Informações gerais sobre a família e unidade de produção familiar (UPF)

1. Sobre a família:

1.1 Quantas pessoas vivem na UPF, especificar entre homens e mulheres.

1.2 Qual a idade.

1.3 Qual a escolaridade.

2. Sobre a UPF

2.1 Localização/localidade:

2.2 Área e condição de posse:

Condição	Área (ha)
Própria	
Arrendada	
Parceira	
Outra	

2.3 Mão de obra:

<input type="checkbox"/> Familiar	Nº de pessoas:
<input type="checkbox"/> Contratada	Nº de pessoas:
<input type="checkbox"/> Diarista	Nº de pessoas

3. Fontes de rendas do núcleo familiar e do estabelecimento/UP e percentual (%) aproximado de cada um destes na renda total.

Tipo de renda	Percentual
() rendas agrícolas, obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento	
() rendas de transformação, beneficiamento ou processamento de produtos – agroindústria familiar	
() rendas de atividades não-agrícolas fora do estabelecimentos – trabalho assalariado ou prestação de serviços	
() rendas de arrendamentos, aluguéis de casas ou outros bens	
() rendas de remessas de fora por outros membros da família	
() rendas de aposentadorias ou pensões	
() rendas de benefícios sociais ou transferências do governo (bolsa familiar, BPC)	
() outras rendas.	

4. Tipos de atividades agrícolas na unidade de produção familiar (UPF)

Ramos/Produtos	
Atividades	Percentual

OBJETIVO 1 - Identificar e analisar o conjunto de representações sociais dos jovens rurais sobre o meio rural

1. Nome do jovem:
2. Idade:

Sobre escolaridade

3. Escolaridade:
4. Você pretende dar seguimento aos seus estudos? Por quê?
5. Qual a profissão que você pretende seguir no futuro?
6. Em sua opinião, qual a importância da escolarização para o jovem do meio rural?

Sobre o seu trabalho

7. Como seu trabalho é recompensado?
8. Você tem fonte de renda? O que faz com sua renda?

Sobre o futuro da UPF

9. A sua família tem feito investimentos na unidade familiar? Que tipo?
10. Você tem interesse em fazer algum investimento na unidade familiar? Qual?
11. Quem ficará na propriedade da sua família?
12. Você participa das decisões importantes do grupo familiar?
13. Como é a divisão e gerenciamento do trabalho na unidade familiar?

Sobre o seu futuro

14. Sua família incentiva que você permaneça na colônia?
15. Se a resposta for negativa: qual o futuro que eles sonham pra você?
16. Você pretende ficar? Por quê?
17. Se a resposta for positiva: exercendo que tipo de atividade?
18. Se a resposta for negativa: qual o futuro que você pretende?

Sobre os jovens no meio rural

19. Seus amigos, vizinhos e parentes jovens pretendem ficar na colônia ou ir pra cidade?
20. Em sua opinião, quais as principais razões que podem levar os jovens da sua comunidade a abandonar o campo.

Sobre qualidade de vida no meio rural

21. Considerando a sua experiência de vida onde a vida é ou pode ser melhor, na colônia ou na cidade? Por quê?
22. O que precisa para melhorar a vida na colônia?
23. Como você percebe os investimentos realizados pela administração pública em benfeitoria e infraestrutura (asfaltamento, melhoramento das estradas, internet, etc.) que estão ocorrendo pelo interior do município?

24. Quais setores ou projetos que a administração pública precisaria desenvolver para incentivar a permanência dos jovens no meio rural?

OBJETIVO 2: Identificar e analisar o conjunto de representações sociais dos jovens rurais sobre a profissão de agricultor

Sobre a profissão de agricultor

1. O que você acha da profissão de agricultor ou agricultora?
2. Você se enxerga exercendo a profissão de agricultor/agricultora? Por quê?
3. O que sua família fala sobre a profissão de agricultor/agricultora?
4. Qual a instrução/escolaridade que você acredita que é necessária para trabalhar na agricultura?

Quando você ouve ou vê as seguintes palavras quais as impressões, sensações e significados que elas te transmitem? (Associação livre de palavras)

- a) Agricultura
- b) Agricultor/Agricultora
- c) Jovem rural
- d) Colônia/Interior
- e) Cidade